

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DISSERTAÇÃO

NA TESSITURA DA INCLUSÃO – ESTIGMAS INTERNALIZADOS –
EFEITOS E CAUSAS – DENTRO DA UFRRJ (1948 AOS DIAS ATUAIS)

Sidney da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Na Tessitura da Inclusão-Estigmas internalizados- Efeitos e Causas- dentro da (UFRRJ) 1948 aos dias atuais)

SIDNEY DA SILVA

Sob a orientação do Prof. Dr. Yllan de Mattos

Dissertação de mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, no curso de Pós-graduação em História, área de concentração Relações de Poder e Cultura

Seropédica, dezembro de 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 16 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.001601/2023-67

Seropédica-RJ, 12 de janeiro de 2023.

SIDNEY DA SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20 de dezembro de 2022

(Assinado digitalmente em 17/01/2023 03:43)

ALAIN PASCAL KALY
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matricula: 1766614

(Assinado digitalmente em 18/01/2023 09:49)

FELIPE SANTOS MAGALHAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGHist (12.28.01.00.00.74)
Matricula: 1625588

(Assinado digitalmente em 12/01/2023 12:37)

JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1168132

(Assinado digitalmente em 12/01/2023 16:53)

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 014.116.847-10

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **16**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **12/01/2023** e o código
de verificação: **5a0854c72f**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t Silva, Sidney da, 1975-
Na tessitura da inclusão - Estigmas internalizados
- Efeitos e Causas - Dentro da UFRRJ (1948 aos dias
atuais) / Sidney da Silva. - Rio de Janeiro, 2022.
95 f.

Orientador: Yllan de Mattos Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, História, 2022.

1. Indiferença. 2. Aproximação. 3. Estigma
internalizado. I. Oliveira, Yllan de Mattos, 1981-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. História III. Título.

A Cristo, esposa e filhos, com especial carinho
À minha filha Cristiny Emanoely in memoriam.

Diferença+ Diferença+ Equidade= Igualdade
Diferença+ Diferença+ Indiferença=
Desigualdade

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Filósofo e Mestre CRISTO, Jesus, que me inspirou a escrever e possibilitou resolução de uma pesquisa de vidas.

A minha esposa Maria de Fatima N.O Silva, parceira, guarda-costas, cúmplice e amiga. Aos meus filhos: Marcus Vinicius e Samuel, que em meio a toda pandemia, foram pacientes com o barulho dos meus leitores de telas, as vezes pela madrugada a dentro.

Ao meu professor orientador, que me deu total liberdade. Aos meus amigos do (PNE) e(UPAB), além de outros que colaboraram fazendo parte de minha trajetória acadêmica.

Aos professores que me orientaram na Qualificação, Alain e José Barros d' Assunção. Agradeço a Universidade, que me possibilitou, fazer um exame aprofundado sobre um mal que persegue a humanidade, o estigma internalizado. As causas e efeitos, um diagnóstico, resultando em uma cura contida em uma aproximação verdadeira.

Por fim, também agradeço a todos aqueles que acreditam e lutam pela construção de uma sociedade inclusiva.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

RESUMO

SILVA, Sidney da. Na Tessitura da Inclusão- Estigmas internalizados- Efeitos e Causas- dentro da (UFRRJ) 1948 aos dias atuais. 2022. Dissertação (Mestrado em Historia), Instituto Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta pesquisa tem por objetivo buscar possíveis soluções para se romper com uma marca, um estigma, que para Goffman, estraga, destrói deixando aquele que é acometido por esse mal não conseguir se desenvolver como um ser humano normal com suas diferenças.

Com um exame minucioso a bibliografias em caráter psíquico histórico e social com a subjetividade presente nas falas dos alunos que responderam ao questionário, todos esses pontos acrescentados a experiência de sete anos do pesquisador dentro dessa área, que em um processo de intersubjetividade, fala sem parcialidade de um problema que persegue a muitos alunos.

Confrontar essa realidade, em uma História Imediata com uso de uma narrativa psíquico histórico social transborda a indiferença, como multiplicador e a aproximação em um sentido de afinidade, como cura para esse mal.

Palavras chave: Indiferença. Aproximação. Estigma internalizado.

ABSTRACT

SILVA, Sidney da., In the Texture of Inclusion - Internalized Stigmas - Effects and Causes - within (UFRRJ) 1948 to the present day. 2022. Master's Degree in History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This research aims to seek possible solutions to break with a mark, a stigma, which for Goffman, spoils, destroys, leaving those who are affected by this disease unable to develop as a normal human being with their differences.

With a thorough examination of bibliographies of a psychological, historical and social character with the subjectivity present in the speeches of the students who answered the questionnaire, all these points added to the researcher's seven-year experience in this area, who in a process of intersubjectivity, speaks without partiality of a problem that haunts many students.

Confronting this reality in a historical social psychic novel overflows indifference as a multiplier and approximation in a sense of affinity, as the cure for this ailment.

Keywords: Indifference. Approximation. Internalized stigma.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

REUNE- Reestruturação e Expansão das Universidades

UPAB- Unidade Preta Alice Bruno

PNEE- Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas

PcD- Pessoa com Deficiência

PNE- Pessoa com Necessidade Especifica

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

MEC- Ministério da Educação e Cultura

CNEPA- Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas

ESAMV- Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária

COVID 19- Corona Vírus

ECE- Estudos Continuados Emergenciais

CEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ENA- Escola Nacional de Agronomia

ENV – Escola Nacional de Veterinária

CAEE – Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão

EAI SL – Escola Agro técnica Ildefonso Simões Lopes

IEEA – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas

IZ – Instituto de Zootecnia

IBA– Instituto de Biologia Animal

UR- Universidade Rural

URB- Universidade Rural do Brasil

PEC- Proposta de Emenda à Constituição.

PET- Programa de Extensão Tutorial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. UM PANORAMA DA TESSITURA INCLUSIVA DENTRO DA UNIVERSIDADE: VÍNCULOS E RELAÇÕES QUE DÃO VIDA AO CORPO INSTITUCIONAL.....	22
2.1 Conceitos e funcionalidades dentro da pesquisa	24
2.2 Um panorama da pessoa institucional.....	25
2.3 Expansão	30
2.4 O estigma como intercessão.....	31
2.5 Políticas de Ações Afirmativas (Cotas).....	33
2.6 Grupos (PNE) e (UPAB).....	35
2.6.1 Fala de um dos componentes do coletivo Unidade Preta Alice Bruno.....	35
2.6.2 Fala de um dos componentes do primeiro coletivo de Pessoa com Deficiência- PNE	35
3. CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DO (UPAB) E (PNE).....	38
3.1 Questionário ao Primeiro grupo de Pessoa com Necessidades Específicas.....	38
3.1.2 Questão II.....	39
3.1.3 Questão III	40
3.1.4 Questão IV	41
3.1.5 Questão V.....	42
3.1.6 Questão VI	43
3.1.7 Questão VII.....	43
3.1.8 Questão VIII	44
3.1.9 Questão XIX.....	45
3.1.10 Questão X.....	46
3.2 Questionário ao grupo Unidade Preta Alice Bruno- (UPAB)	47
3.2.1 Questão I	47
3.2.2 Questão II.....	48
3.2.3 Questão III	49
3.2.4 Questão IV	50
3.2.5 Questão V.....	51
3.2.6 Questão VI	52
3.2.7 Questão VII.....	53
3.2.8 Questão VIII	54
3.2.9 Questão XIX.....	55
3.2.10 Questão X.....	56

4. O AGENCIAMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE GRUPOS DENTRO DA UNIVERSIDADE (A PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA E INVOLUNTÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE COLETIVOS)	58
4.1 Institucionalismo histórico	58
4.1.1 Motivos de caráter Endógenos e exógenos que se completam	59
4.2 institucionalismo da Escolha Racional no cenário das relações (UFRRJ) versus (UPAB) e (PNE)	60
4.3 Institucionalismo Sociológico no cenário das relações (UFRRJ) versus (UPAB) e (PNE)	63
4.4 Estigma da Diferença e Estigma da Desigualdade.....	64
4.5 Interpessoalidade Institucional.....	65
4.6 Vínculos de interdependência presentes nas Políticas Públicas	66
4.7 A Busca por uma Identidade Digna.....	67
4.8 A aproximação Institucional como chave para uma aproximação pessoal.....	69
5. NEBRED (NE-NEGRO/ BRE-POBRE/ D-DEFICIENTE) O DIAGNOSTICO PSÍQUICO HISTÓRICO SOCIAL DE TRÊS ESTIGMAS DENTRO DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	71
5.1 Manifestação do estigma	72
5.2 A Realidade Virtual.....	74
5.3 A Miséria Simbólica.....	74
5.4 A Criação da Pessoa do (PNE).....	76
5.5 O Fortalecimento das partes no todo	76
5.5.1 A ligação Direta com o (NAI).....	77
5.5.2 O Quase Fim das Tutorias.....	78
5.5.3 O Surgimento da Tutoria voluntária.....	79
5.6 Ditando o Conceito na aproximação.....	80
5.6.1 As Consequências da Indiferença.....	82
5.7 A última reunião dos X- (PNE) antes da pandemia que assolou o mundo (COVID-19).....	86
5.8 A Entrada no Mestrado	89
5.9 Capitulo final processo de limpeza do estigma	89
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
7. REFERÊNCIA.....	92

INTRODUÇÃO

a) Delimitação do objeto e problema de pesquisa

O objeto de pesquisa que apresentamos tem por objetivo expor a relação através dos conceitos que regem e podem influenciar na fixação de um estigma sobre as pessoas do UPAB e PNE. Este estudo aponta as causas de um estigma internalizado e suas possíveis soluções, com vista no campo universitário, sobretudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus de Seropédica, com um recorte às origens (início do século XX), fixando nos dias atuais na fala dos alunos, por meio de um questionário, com dez perguntas, capaz de constituir dez características de extrema relevância para nossa pesquisa.

Remontando em um tempo e espaço de aproximadamente um século, veremos que o estigma se reconfigura, os que antes eram chamados de escravos até hoje levam sobre si a marca de classe perigosa, os que eram tidos como descartáveis antes do século XIX, passam em meados do século XX a ser intitulados como doentes, Pessoas com Deficiência, em que sua diferença é rotulada como doença.

Em um processo de construção de Leis, que punam ou mesmo viabilizem condições para uma equidade, podemos acrescentar A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei Caó. Esta transformou em crime o que era visto apenas como contravenção, fixando o início do processo para o fim de mais de cem anos de uma falsa complacência.

O racismo (“crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor”, como destaca a legislação), a partir deste momento, configurou como crime sujeito à prisão – complementando o inciso XLII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Assim, a prática de racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, vindo a ser melhor tipificado com a redação posterior, de 1997 (Lei nº 9.459), na qual pode-se ler a punição sobre “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Em 2015, no dia 6 de julho, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Seu objetivo é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Postas as leis, faz-se de extrema relevância apontar que esta pesquisa tem como objetivo transcender além das problemáticas sociais e políticas, ou seja, partir do objeto já constituído por muitas pesquisas na área que envolvem os grupos negros e de pessoa com deficiência, ao invés de incorporá-las, como reivindicações ou demandas, que foram concedidas ou que ainda tramitem nos dias atuais (Declaração Universal dos direitos Humanos, de 1948, Constituição brasileira de 1988, ou mesmo as Leis de Cotas, que vêm se constituindo ao longo do século XXI).

Este elemento nos permite focar exclusivamente nas relações entre esses grupos e Universidade, analisando com uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, cuja chave para penetrar essa problemática é uma análise nas interrelações entre os pares aqui já apresentados, processo que chamaremos de interpessoalidade, suscitando hipóteses. Como grupos estigmatizados conseguem vencer as barreiras atitudinais alcançando acessibilidade? Em que ponto o estigma pode prejudicar o ensino em um ambiente acadêmico? Quando esse estigma se internaliza, antes ou depois da formação do grupo? Qual a ação do grupo ou da Universidade diante a ação ou constituição desse estigma? Quais as causas e efeitos da indiferença e da aproximação na propagação e erradicação do estigma?

Dessa forma, a análise que coloca ainda hoje a pesquisa de âmbito etnográfico e de caráter qualitativo em uma Universidade, busca conciliar dois grupos distintos (negros e pessoas com deficiência vítimas de estigmatização) no que diz respeito às formas de inclusão, vão encontrar semelhanças quando se observa a forma como foram segregados ao longo do tempo,

ou melhor, a marca, o estigma de proporções sociais ou mesmo internalizado que se faz refletir no meio.

A fim de responder algumas das hipóteses acima, nos concentraremos em marcadores como raça e Pessoa com Deficiência. Utilizamo-nos de uma análise internalizada a pessoas institucionais, ressuscitando uma rede de relações, que migram da pessoa física a uma institucional, com a finalidade de cercar nosso objeto de forma teórico metodológico.

Nessa amplitude trazemos, como bases desta pesquisa, uma proposta que perpassa por nossos dias atuais o indivíduo e suas relações na sociedade, para isso contamos com a distinção feita por GOFFMAN (1975), que coloca em pauta dois tipos de identidade social. Provavelmente, percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está a nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que damos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização "efetiva", uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real (GOFFMAN, 1975, p.7), que traz à tona o estigma social e o internalizado, onde ambos se influenciam e são influenciados.

A partir dessa relação, formulamos a problematização desta pesquisa: como as causas e possíveis soluções a um estigma internalizado sobre as pessoas (UPAB) e (PNE) compõem essa tessitura.

Com uma internalização investigativa a essas pessoas, remontamos às origens da marca, nesse ponto com o critério de bases historiográficas, com tudo fixamos nossa análise em um tempo presente, com uma pesquisa de cunho qualitativo com o objetivo central, não para provar para este, que o futuro não pode ser mudado, mas para que o futuro exista e possíveis soluções tomem o horizonte de expectativas desses alunos e futuros pesquisadores, dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), situada em Seropédica/RJ.

Nosso foco será as relações interpessoais entre “as pessoas do (UPAB), (PNE) e (UFRRJ), os vínculos e relações que intermeiam essas pessoas dentro do campo acadêmico. O que denominamos interpessoalidade. A palavra interpessoal destaca a relação entre as pessoas, bases da interação social, comportamentos e habilidades para lidarmos com diferentes pessoas em diferentes contextos.

Compreender o estigma na visão de GOFFMAN (1975) como a marca que destroi, figurando em uma pessoa de identidade virtual trazendo à tona a evidências de que o confronto social dentro dos campos passa por uma classificação e nesse caso de Bourdieu (1989) onde a identidade fixada pela marca impulsiona em muitos casos a formação dos grupos, na busca por um Capital Simbólico reconhecido. Evidências que prosseguem em se alinhar cauterizando a marca, desenvolvendo na contramão uma teoria que criamos contida na “A Miséria Simbólica”.

Assim como no contato social se desenvolve o estigma, veremos que em um contato mais pessoal vencemos com o preconceito, removendo os efeitos da marca. Nesse ponto constituiremos uma estrutura, capaz de comportar em um mesmo espaço o estigma com suas causas e efeitos buscando explicar a rede de ligações presentes entre os grupos e Universidade, para que possamos de uma forma centrípeta, compreender, como, quando e por que esses grupos internalizam ou não esse estigma.

Dessa forma, nos concentraremos, nessa pesquisa, com respeito ao conceito de estigma referente a sua ação propriamente dita, isso é nos estereótipos depreciativos, que partem de pré-concepções já configuradas por grupos normais, que vão constituir uma identidade social virtual corrompida ou mesmo estragada.

Sendo este preconceito o fermento que materializa a falta de acessibilidade desses e por esses grupos diante as barreiras atitudinais, onde nem mesmo as Leis de cotas com relação ao

ingresso desses grupos na Universidade, não garante sua permanência, isso é, uma inclusão completa.

Quebrar com as barreiras atitudinais firmadas no estigma, denotam uma apreciação quanto aos tipos de relações interpessoais, visualizadas em um primeiro momento dentro da família, passando pelas escolas e Universidades, expandido se para o mercado de trabalho, TECNOP (2011).

Antes de apresentarmos um recorte histórico social, faz-se necessário lembrar o caráter psíquico cognitivo, que influenciado por memórias coletivas antes estigmatizadas, podem ser posteriormente acionadas no cotidiano acadêmico vindo a se fortalecer dentro dos grupos ou mesmo antes que esse aluno manifeste alguma consciência consensual inconsciente, o que na fala de Augusto Cury em sua obra *Armadilhas da Mente* (2013) revela em sua teoria sobre as janelas de memórias killer e light, como o nome já sugere: as memórias “light”, como as boas e as “killer”, as más que se internalizam assim como as boas, porém quando condicionadas como uma marca após uma ação estigmatizante podem vir à tona diante a confrontos acionadas quando estimuladas, o que faz da formação dos grupos Universitários uma forma de escapar ou de cair nas armadilhas de uma mente estigmatizada.

Em um retorno ao enfoque as leis nos permitem, ainda, um outro questionamento: Será que as pessoas que atualmente têm direito à inclusão estão verdadeiramente incluídas? Para sua resposta, será necessária uma reflexão inicial no intuito de observar e identificar quem são aqueles que deveriam estar incluídos, mas que, por inúmeras razões, ainda vivem situações de exclusão. Logo, quem são estes excluídos? Como e por que são excluídos? A primeira parte desta pesquisa, portanto, visa identifica-los para, doravante, entrevistá-los.

A fim de inferir sobre estas descontinuidades ou continuidades, lembramos um breve estudo ao ponto histórico no qual essas pessoas com deficiência eram tratadas como doentes e os negros como classes perigosas. Um recorte de análise do período do início do século XX aos dias atuais sobre estes temas, a partir de documentos internacionais e nacionais importantes, como a Declaração dos Direitos Humanos e as Leis Brasileira de Inclusão e de crimes contra o racismo, interpelando os estigmas presentes nos dois grupos.

Lembrando que a análise a esses documentos não passará de constatação, uma vez que os mesmos não conseguiriam responder sozinhos aos nossos objetivos, toda via nos dão ferramentas, que nos ajudam a compor uma tessitura inclusiva com a devida equidade, o que nos remete a outro ponto de extrema relevância, localizar nossa pesquisa mais uma vez, como: histórica firmada na temporalidade; social, acionada nos grupos e psicológica, nas relações entre os pares. Um estudo que não flutua entre o campo da educação ou a História social, contudo de forma intrínseca apropria-se de todos os mecanismos que nos permitam deliberar resultados satisfatórios.

Baseado em LANNA JR. (2011), na obra *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, verificamos um percurso histórico destes grupos no Brasil. Esta obra envolve não só as relações políticas contidas na História, mas, sem sombra de dúvida, as relações sociais, institucionais e jurídicas que comportam todo esse processo até o ano de 2010.

Outra obra que revela expressando as condições segrega tórias as quais nossos irmãos negros foram considerados como classes perigosas e doentes encontra-se no trabalho do historiador Sidney CHALHOUB (1996): *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte*. Chalhoub, após mudar o rumo das fontes que iria investigar, encontra nos documentos de higienização provas de que o processo de desumanização só mudara de nome de escravizados a classes perigosas e doentes.

Apresentar as obras de Lanna Junior e Sidney Shalhoub, nos permite avaliar o ponto aproximado onde a historiografia apresentada na academia nos coloca a par das condições desumanas antes do final do século XIX de escravizados e considerados defeituosos a ponto de serem assassinados, e mais tarde colocados em manicômios como era o caso das pessoas com

deficiência, que ainda não recebiam essa nomenclatura, que surge com maior força no século XXI.

Antes de continuarmos faz-se de extrema importância colocar que esse termo “Pessoa com Deficiência”, proposto pela Lei Brasileira de Inclusão Nº13.146 de 6 de julho de 2015, coloca a deficiência no ambiente, que é incapaz de receber e manter essas pessoas em igual condições e oportunidades para com os outros.

Se Lanna Junior apontou em sua obra o percurso que a Pessoa com Deficiência passou de descartável ainda no século XIX, para doentes com o tratamento médico no início do século XX, Shalhoub desfaz a maquiagem que fora colocada sobre os negros em sua obra “Cidade febril: cortiços e epidemias na corte”, mostrando que o processo de racialização mais uma vez se reconfigura, de escravizados a classes perigosas e doentes.

Em ambos os processos acima apresentados, pudemos verificar os estigmas que perseguem até hoje tanto negros como Pessoas com Deficiência, classes perigosas e doentes, que chegam hoje nas Universidades marcados, na necessidade de se vincular grupos, que possam se não dar voz ao menos encontrar cumplicidade entre seus pares.

Assim, optamos, nesse trabalho, focalizar nossa reflexão dirigida a dois grupos: (Unidade Preta Alice Bruno) e Pessoa com Deficiência (intelectual, cognitiva sensorial, motora), nos quais demandam grandes adaptações acadêmicas em um caráter sociopolítico e legal, causando uma revolução educacional que garanta a acessibilidade com a quebra das barreiras atitudinais, que separam de um lado os “ditos normais” e do outro os estigmatizados.

Como aponta a legislação e os especialistas no assunto, é imprescindível para uma inclusão que favoreça sua aprendizagem a ocupação de espaços comum a todos. Incluir, nesse sentido, significa conviver e partilhar espaços e saberes, respeitando a individualidade e as necessidades individuais e coletivas.

Diante dos obstáculos apresentados em ambiente acadêmico, a investigação tornou-se necessária junto ao aluno com um impedimento de tempo prolongado e ao que sofre o racismo. Escolhemos abordar as pessoas institucionais constituídas por esses, com vista nos obstáculos referente à acessibilidade atitudinal junto aos estudantes com deficiência e negros, que iremos tratar como estigmatizados.

Quais desafios atitudinais são enfrentados por estes alunos incluídos no cotidiano acadêmico? Como se dá a relação interpessoal entre alunos normais, estigmatizados e professores ou ainda entre as pessoas institucionais? Será que existe um comum acordo nesta interpessoalidade? Qual a interferência desta interpessoalidade no ato educacional? Será que há uma negociação entre a legislação, a necessidade do aluno, a missão da Universidade, o papel do professor e a expectativa dos grupos?

O que pode ser feito neste cenário? Esta pesquisa procura responder estas questões, sobretudo em perspectiva histórica com um Romance psíquico histórico social, capaz de trazer a trajetória de um aluno que sofre os dois estigmas examinados em nossa pesquisa tornando a realidade conceitual em prática.

b) Debate historiográfico

A importância de pesquisas com respeito aos grupos estigmatizados permite a composição de arranjos na tessitura da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) e de negros que sofrem com o racismo no Brasil, ganhando relevância, sobretudo, ao fim do século XX e no século atual.

Flat e Pletsch (2011) expõem várias barreiras que, ainda hoje, impedem ou dificultam o movimento inclusivo que começou na década de 1980 com a relação à Pessoa com Deficiência.

Com relação ao racismo, Luiz Fernando de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, em seu livro Sociologia para jovens do século XXI, esclarecem com respeito ao estigma racial

que “esse movimento teórico tem características etnocêntricas, em que o outro foi estigmatizado e racializado nas ciências – influenciando e gerando consequências para a compreensão do senso comum-, até meados do século XX” (OLIVEIRA, 2013, p. 268), ponto em que a inclusão ganha uma nova configuração de inclusão com relação ao racismo.

Cada pessoa vive de acordo com seus valores, crenças, experiências, conceitos e pré-conceitos, tecer, fiar, construir uma nova tessitura social, começa em mim, em você e no outro haverá “um espelhamento”, que reverberará no espaço físico em que estamos.

Como negociar tudo isto no encontro com outra pessoa? Cada espaço social dita as suas regras de convivência, como acontece, então, o encontro entre pessoas na Universidade, sendo que uma delas tem a condição de estigmatizado?

As habilidades necessárias nas relações interpessoais, na interpeçoalidade, vão além da racionalidade ou da formação acadêmica. Elas são atravessadas por inúmeros sentimentos e comportamentos éticos, tais como empatia, compreensão e solidariedade. A habilidade em estabelecer vínculos positivos fortes relaciona-se ao respeito, e não à simples tolerância.

Todos estes aspectos pautam-se no valor dado à vida. Estas habilidades podem ser aprendidas e utilizadas em mediação de diferentes tipos, a inclusiva é uma delas (COSTA, TORREGO, MARTINS, 2018).

Em situações de conflito ou divergência de posições, o confronto social pode ser negociado através do diálogo e do bem comum. Para que haja a negociação, as pessoas envolvidas precisam se comunicar de modo horizontal, sem opressão ou submissão, respeitando as especificidades de cada um.

Entre os personagens da Universidade: professores, pessoal técnico, alunos estigmatizados e normais há uma diversidade de possibilidades de relação social, com tudo analisar essa inter-relação, não é somente expor ou contabilizar as situações explícitas, mas observar a singularidade e a sutileza no pensamento, no comportamento não-verbal que se apresenta na interação entre esses e suas pessoas institucionais.

Ao fazer uso dos grupos, se apropriando de suas identidades comuns, conseguimos filtrar nessas relações institucionais buscas por: reconhecimento, classificação, que denotaram a posse e a luta por um capital simbólico, que diante a uma instituição maior, permitiram esclarecer políticas excludentes incapazes de contemplar uma equidade verdadeira.

Nesse ponto buscamos em teóricos que tratam da constituição dessas instituições dar forma a nossa pesquisa e materialidade, onde o estigma internalizado ou por internalizar-se no contato com um grupo já estigmatizado, fez da ação dos coletivos, mais do que a busca por simples demandas, contrapondo-se a conceitos únicos, como bem apresentado por Peter A. Hall Rosemary C. R. Taylor em sua obra *As Três Versões do Neo-institucionalismo*, 2003, de forma que contemplar a ação de grupos na construção de instituições que possam dar: identidade, voz, cumplicidade, refúgio, autoestima, ou mesmo de alguma forma vencer com as barreiras atitudinais, ainda que para muitos essas sejam internas, permite com que a análise sobre a forma na constituição, na composição e nas relações entre instituições e agentes, tenham uma abordagem que possa contemplar as três vertentes teóricas: institucionalismo histórico, institucionalismo racional e institucionalismo sociológico

Concentrar-se unicamente em um institucionalismo: histórico, racional ou sociológico, não nos possibilitaria checar a fundo a profundidade que envolve o objeto aqui pesquisado. São as relações de construções que envolvem esses grupos e os motivos, visto que seus conflitos perpassam a condição de subalternos, onde segundo Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003) não basta apenas:

mas os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar

contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão. Além disso, ao invés de investigar em que medida uma situação dada beneficia a todos, eles tendem a insistir no fato de que certos grupos sociais se revelam perdedores, enquanto outros são ganhadores... (HALL E TAYLOR, 2003, P.3)

Sabemos que as instituições não falam pôr si só, contudo tem voz quando representam uma única fala, caracterizando o institucionalismo de ação racional, porém faz-se de suma importância contemplar a subjetividade institucional que varia dentro da cultura influenciada pelo habitus, que só pode ser visualizada, quando em um foque institucional sociológico, conseguimos pontuar em uma única análise tanto a ação da instituição sobre o indivíduo, como este na constituição dessa identidade comum.

Muitos desses grupos depois de constituídos contam unicamente com uma aprovação simbólica, não contemplando um reconhecimento legal por parte de uma instituição maior, lembrando que em nossa análise, propomos a confrontar os pequenos grupos (UPAB) E (PNE) com a grande instituição (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, com tudo examinar internamente foi possível de duas formas: Através de análise ao questionário; Através da experiência contida no Romance historiográfico em um de nossos capítulos.

Uma pesquisa que pode e deve ser observada como base foi a pesquisa estrutura e o funcionamento dos Núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais da região sudeste, por Márcia Denise Pletsch e Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (2017), onde em pesquisa constatou-se como maior impedimento às barreiras atitudinais e comunicacionais, ainda que o objetivo fosse a Pessoa com Deficiência, o estigma, provável causador destas barreiras, perpassa outros grupos.

Comunicar não se reduz a falar, é mais amplo. é a expressão do pensamento, do sentimento e da motivação para o outro. Para observar o resultado do exame as pessoas institucionais na interpessoalidade, podemos focar na qualidade de interação, observar as trocas através das trocas comunicacionais entre as pessoas na academia. Quais são os conceitos e preconceitos predominantes? Como eles se formam ao longo da história?

Em toda essa conjuntura, faz-se de extrema relevância a pesquisa sobre tais grupos: Unidade Preta Alice Bruno (UPAB) e Primeiro Coletivo de Pessoa com Necessidades Específicas (PNE), não pela especificidade de suas demandas, mas pela marca, pelo estigma que os perseguem ainda hoje.

c) justificativa

Nessa magnitude, os mesmos grupos antes apresentados por GOFFMAN (1975) como estigmatizados, que já se reuniam como forma de defesa, hoje, com as leis aqui já destacadas, reivindicam direitos e oportunidade comuns a todos.

Sem generalizar, a ação desses grupos, sobretudo no interesse de socializar as relações entre “ditos normais” e estigmatizados, buscando desencadear através desta pesquisa possibilidades com uma aproximação a fim de superar tais empecilhos através de barreiras atitudinais. Esses empecilhos colocaram, por mais de um século, de um lado “normais” e do outro, as “classes perigosas” e “doentes”.

Agora, com esses pontos já definidos, nos é permitido um aprofundamento que se faz pertinente. Retornaremos à acessibilidade atitudinal, na medida em que a inclusão nos espaços acadêmicos envolve relações interpessoais, isto é, de interpessoalidade institucional. Justificamos esta proposta em diálogo com Freire (1974[1968]), visto que consideramos que a subjetividade contida em cada um é o que compõe o todo.

Se o mundo é o mundo das consciências subjetivadas, sua há de ser a colaboração. O mundo comum mediatiza a originária intersubjetivação das consciências: o auto reconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro; no isolamento, a consciência modifica-se.

A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Está nas origens da “hominização” e anuncia as exigências últimas da humanização. Reencontrar-se como sujeito, e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico. Já a antropologia sugere que a práxis, se humana e humanizadora, é a “prática da liberdade” (FREIRE, 1974 [1968], p. 7).

Nesse ponto, o autor defende que compreender o mundo é participar dele. Para observar o micro, ou seja, as relações sociais próximas, a interpessoalidade, há a necessidade de fazer uso de uma análise que não apenas descreva de longe a realidade. Consideramos importante para a pesquisa que haja envolvimento, aproximação às pessoas que compõem a instituição acadêmica (docentes, discentes “ditos normais” e estigmatizados, pessoal técnico). Cabe esclarecer que esta opção se faz de substancial importância, uma vez o comprometimento atitudinal firma-se nas relações interpessoais, e não meramente nas regras organizacionais. Legalmente, pode-se garantir que as pessoas estudem no mesmo espaço, mas isto não significa que elas interajam positivamente entre si.

Vejamos se expandirmos o conceito de interpessoalidade para aquilo que está contido em cada sujeito, o que seria entre pessoas, bastaria ser entre subjetividades, nesse ponto expliquemos: um historiador faz uso de suas fontes e para isso as interroga, só o faz porque essas possuem subjetividade, gerando uma intersubjetividade, logo tanto o que é pessoal, como o que é subjetivo dialogam, dando as relações, a primazia do diálogo mais do que o contato físico. O que queremos dizer com isso é: enquanto houver diálogo há uma interpessoalidade, fazendo de total pertinência nossa pesquisa nesse momento, ainda que remotamente buscando vencer com a pandemia em quarentena mundial.

Observar que os marcadores aqui apresentados se relacionam com outros como gênero ou mesmo etnias, quando o item discriminação faz-se desfraldado e a relevância da pesquisa ganha um patamar comparativo, permitindo confrontar a ação do estigma antes ou depois de internalizado, podendo salientar o papel de políticas institucionais por parte dos grupos ou mesmo da Universidade, que se façam coercivas quanto a internalização desse estigma.

II. OBJETIVOS

a) Geral

Expôr a relação através dos conceitos que regem e podem influenciar na fixação do estigma sobre as pessoas do (UPAB) e (PNE) apontando as causas e possíveis soluções à um estigma internalizado, com vista no campo universitário, sobretudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus d Seropédica,

b) Especifico

Vivenciar todos os objetivos colocando em relevância os conceitos: indiferença e aproximação;

Descrever a relação interpessoal entre as pessoas do (UPAB), (PNE) versus (UFRRJ) “ditos estigmatizados a partir dos relatos e experiências de discentes, obtidos por meio de questionário

Analisar a concepção e a interferência da interpessoalidade acrescida por uma provável internalização desse estigma no processo educacional e profissional;

Materializar os conceitos em forma de uma narrativa histórica psicossocial;

Apontar propostas educacionais que viabilizem o sucesso da inclusão acadêmica, vencendo com a propagação do estigma, tanto em uma vertente institucional, como por parte dos alunos em sua singularidade.

Com isso a pesquisa ganhou algumas adequações: quanto a forma de imersão, que foi feita remotamente, o contato com os grupos se fez durante esse tempo de forma virtual, onde conseguimos até parte do primeiro período estando na Universidade inseridos, o fizemos agora remotamente inseridos em grupos de WhatsApp.

O universo estudado foi a Universidade pública com alunos estigmatizados incluídos. Esta análise tem o desenho de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo com influência da pesquisa etnográfica (LIMA; DUPAS; OLIVEIRA; KAKEHASHI, 1996; MATTOS, 2011) na educação e da pesquisa narrativa e auto narrativa (MARQUES, 2005, MARQUES; SATRIANO, 2014, 2017). Partimos da adequação e necessidade de um estudo de campo, capaz de observar e vivenciar, na prática do dia a dia, as potencialidades e as falhas nas relações sociais, ou ainda se elas aconteceram, revelando o que vem à tona nas narrativas daqueles que estruturam e são estruturados, quando presentes em uma relação interpessoal.

Não nos detemos no debate que envolve a cientificidade da História oral. concentramos na posição defendida por Ishikawa e Santos (2003) da História Oral enquanto metodologia, na qual se expõe não somente o que é, mas sobretudo o papel da narrativa no presente cada vez mais próximo. Dessa forma, é se dedicar a analisar às partes ligadas a um todo que compões esse quebra-cabeças que insiste em não se encaixar. Decididos pelo método etnográfico, concretizamos o projeto de pesquisa. Consideramos a posição neutra do pesquisador como inexistente, na análise dos dados, trabalhamos com às entrevistas por meio de questionário e informações coletadas junto aos grupos estigmatizados, mas também voltamos a analisar a nossa própria narrativa.

Os quatro anos e meio de Licenciatura mais os dois anos disponíveis no Mestrado, nos possibilitam uma aproximação e mesmo uma participação direta ou indireta com os grupos de universitários que foram entrevistados.

O trabalho etnográfico se encaixa bem nestas condições. Ele valoriza as reflexões e vivências do próprio pesquisador, assim como a análise narrativa dialógica que valoriza as narrativas dos atores sociais e do próprio autor da pesquisa.

Como em toda pesquisa qualitativa, estamos interessados em entender o contexto, as relações, os fenômenos. Como esta questão não está no produto final, e sim no processo, é necessário que, como pesquisador, estejamos incluídos no cotidiano acadêmico, de forma a participarmos não como mero espectador, mas como integrante, dessa pesquisa de vidas ao qual estamos incluídos.

Nesse ponto declaramos, em uma alegoria: que mesmo que o Papa não seja a melhor pessoa a falar sobre o Vaticano devido sua parcialidade, o que vai imperar não é o resultado das entrevistas, todavia o diagnóstico apurado de quem pode sentir na pele, sendo imparcial na construção das perguntas, apartidário, com questões que contemplem benefícios iguais a outros semelhantes, fortalecendo ainda mais a alteridade do pesquisador. Nossa pretensão trás algo de semelhante, quando como: coordenador do primeiro coletivo de Pessoas com Necessidades Especificas- PNE desde 2016 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e agora membro do grupo Núcleo de Universitários negros- NUN, desde o início de 2020, pretendemos interrogar com perguntas que respondam a muitos outros grupos e pesquisadores das áreas da: História, Sociologia, Psicologia além da educação.

A influência da pesquisa etnográfica (MATTOS, 2011) contribui para sustentar teoricamente a minha inserção enquanto pesquisador no local de estudo e ter o contato real com os grupos do contexto educacional (professores, alunos normais e estigmatizados), para poder descrever detalhadamente as relações temáticas explícitas e implícitas do cotidiano. A pesquisa,

nesta abordagem, caracterizou-se por: A) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; B) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; C) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado (MATTOS, 2011, p.49).

A pesquisa etnográfica favoreceu, então, a nossa aproximação para entender a cultura do grupo acadêmico, expressos nos comportamentos espontâneos, nos valores, nas crenças, na rotina, nas interações e relações sociais, entre outros aspectos compartilhados coletivamente. De modo indutivo e holístico (elementos sistêmicos interligados) os modos foram coletados e analisados através de nossa observação participante nas atividades acadêmicas, em contato direto, frequente e prolongado com o dia a dia da Universidade.

Precisamos desenvolver a empatia e a alteridade, para vivenciar o olhar fluido (MARQUES, 2005), e, além de olhar por diversas escalas e lentes, olhar com os olhos dos outros, colocar-me no lugar dos sujeitos de pesquisa.

Esta perspectiva trouxe a fundamentação teórica para o tema de interessoalidade investigado, visto a valorização da interação. Outro aspecto relevante é o espaço para o diálogo interno dos diversos “eus” do pesquisador. A investigação narrativa é pautada na negociação de sentidos, na experiência dialógica do encontro. Tanto o sujeito investigado quanto o investigador podem ao narrar, refletir sobre seus pensamentos, sentimentos e motivações, com isto, podem reafirmar ou reformular suas bases.

Foram utilizados, em nossa pesquisa, procedimentos metodológicos diversos, como: a) pesquisa bibliográfica de trabalhos acadêmicos que possam nos dar substancialidade com respeito ao tema inclusão (pessoa com deficiência e racismo), comportamento atitudinal, interessoalidade e estigma; b) observação participante, para que dessa forma pudéssemos unir o saber acadêmico às nossas pesquisas de campo (remota).

A dissertação contempla: apresentação, cinco capítulos e considerações finais.

No segundo capítulo “Um panorama da tessitura inclusiva dentro da Universidade: vínculos e relações que dão vida ao corpo Institucional” são apresentados por partes um panorama da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tendo como necessidade esclarecer e fragmentar as partes que caracterizam essa pessoa institucional.

Em um terceiro Capítulo, identidades continuam por se constituir. Um questionário com dez perguntas, para cada três alunos de cada grupo. Configuram nossa pesquisa em um cunho qualitativo de caráter etnográfico.

Esse material, permitirá conhecermos internamente essas pessoas institucionais.

No capítulo quatro, iniciamos uma análise aos formatos de instituição e seus tipos.

O agenciamento e a institucionalização de grupos dentro da Universidade (a participação voluntária e involuntária na constituição de coletivos). A intenção desse capítulo se faz em confirmar através de uma apresentação ao modelo institucional que pretendemos utilizar para avaliar a rede de relações, firmada por vínculos de interdependência que tramitam no corpo maior da pessoa da (UFRRJ). Os teóricos escolhidos, são eles: Peter A. Hall Rosemary C. R. Taylor (2003)

Para observarmos neo-institucionalismo, nos concentramos em três tipos, afim de compreendermos a dinâmica capaz de fornecer ferramentas que juntas denotem saídas estruturais que possam nos ajudar na análise das pessoas institucionais.

No capítulo cinco, reescrevemos, toda teoria na prática. A obra *NeBreD : (Ne-negro/ Bre-pobre/ D-deficiente) o Diagnostico Psíquico Histórico Social de três estigmas dentro de uma trajetória acadêmica*. Com uma História Imediata em estilo narrativa baseada em fatos

reais, retratamos de forma breve a História de Sidney, de 2015.2 até os dias atuais, estudante de História dentro da (UFRRJ) interpretado por Ciclope.

Cego, negro e pobre, esse aluno carregou as marcas de três estigmas, que o moveram ao ponto de vencê-los, dando nos instrumentos capazes de na prática revolucionarmos possibilidades, não de vencermos com o estigma, mas pelo menos um remédio, contido em uma aproximação afetiva. Constituído por nós como único conceito capaz de vencer com a ação do estigma internalizado, essa aproximação não pode ser superficial, antes deve tecer cada fio respeitando suas particularidades, fazendo de suas diferenças remendo indispensável na composição de uma vida social inclusiva e digna.

As considerações finais têm a função dentro de toda pesquisa qualitativa, trazer seu produto. Provas da teoria firmada na experiência tem como termino o diagnóstico com um parecer psíquico histórico social, contido em uma realidade possível.

2. Um panorama da tessitura inclusiva dentro da Universidade: vínculos e relações que dão vida ao corpo Institucional.

Contemplar todos os momentos de mudanças dentro da estrutura de construção do que é hoje a (UFRRJ) na história da Universidade certamente não seria possível, contudo buscamos nesse capítulo: mostrar que a estrutura estruturante, antes de tudo é estruturada e como em um panorama buscamos apontar momentos na História em que a construção no estilo neocolonial, voltada em principio para capacitação dos filhos de fazendeiros em 1938 tendo sua conclusão em 1948, sofreu suas alterações ao longo do tempo.

Seja por uma ação estatal, por busca de uma autonomia, ou mesmo mediante um processo de expansão, se adequando a uma nova realidade moderna, flexionada por um turbilhão de transformações, onde fazendo uso dos conceitos adequados, conseguimos dar forma aquilo que em muitos momentos passam despercebidos, deixando sua ação como antes apresentado por Émile Durkheim que firmou na ação coercitiva da sociedade sobre o indivíduo sua teoria.

Em nosso caso a instituição antes instituída tem ação coerciva de mão dupla, tendo essa também na sua própria constituição as marcas visíveis do efeito da ação coerciva por parte dos alunos.

Há alguém que diga: por que tratar de um assunto tão vasto, quando as bases dessa pesquisa têm como objeto o estigma internalizado, ou não, sobre grupos de alunos em um tempo presente?

Antes de adentrarmos nos conceitos de relações e vínculos, observamos ter de um lado um corpo institucional que tem pontos em sua trajetória específicos, reveladores de uma subjetividade, que acionada a formação de instituições menores, como os grupos aqui estudados, reúnem fatores que falam pelos dois sujeitos.

Com uma breve História sobre a construção da (UFRRJ), incluindo a partir de: processos de expansão em momentos da criação de novos cursos; observação sobre políticas públicas, que mexam na característica da pessoa da (UFRRJ), como: a criação da tão debatida Lei do Boi; a criação do REUNE em 2007; apontamentos sobre a Lei de Cotas, refletindo na criação do grupo de negros e a Lei de Inclusão, que mais tarde em 2017 se confirma em ações públicas no grupo de Pessoas com Deficiência.

Do outro um corpo institucional reduzido, que se reúne em grupos menores buscando voz e espaço. Visto isto, vemos que sem um panorama de quem são essas partes seria impossível compreendermos ou ainda diagnosticarmos sintomas, que em capítulos futuros possam atuar direto sobre o objeto central contido no estigma internalizado.

Materiais esses que serão acrescentados às obras de autoras que se aprofundaram na busca de confirmação de uma autonomia, OTRANTO (2003), ou ainda em se tratando de uma expansão no caso da (UFRRJ), tendo como pano de fundo o controle estatal, como já especificado por SILVEIRA (2011), nos permiti uma maior reflexão sobre nosso objeto.

Importante esclarecermos que os objetivos desse capítulo são dois: **A.** provar historicamente os vínculos e relações que materializam a pessoa da Universidade; **B.** fragmentar o nosso objeto em partes que possam ser estudadas separadamente e desfragmentadas por vezes ao ponto de materializarmos nosso objeto contido no estigma internalizado.

Basta olharmos para a arquitetura colonial levando em conta o status e a imponência retratada nas construções e paisagismo de estilo europeu, onde o que já era uma Universidade, a partir dos campos de Seropédica ganha raízes, ou ainda como não retratar um passado que se faz visível a todo instante em cada um dos edificios neocoloniais hoje tombados pelo patrimônio. Nesse ponto podemos constituir uma rede de relações que nos possibilitam inter-

relacionar todas as partes, sejam elas: instituição em seus momentos, ou mesmo alunos e suas características.

Claro que essa logística não necessita levar em conta todos os aspectos, uma vez que aquilo que pode ser invisível as relações historiográficas, tende-se materializar em um diálogo claro e também científico, sendo bem explicadas através da sociologia e psicologia, fitando de forma concreta dentro da historiografia e Antropologia fatos que corroboram junto a essas em suas nuances em caráter econômico, político, cultural e social. Todos esses pontos contidos dentro de duas estruturas distintas e interligadas , nos possibilitam de perto observar os vínculos contidos nesse funcionamento, ou seja, as interdependências, as ações institucionais subjetivantes, frente ação de alunos que em um corpo flexionam e são flexionados por mudanças a todo tempo de caráter Sócio institucionais.

Constatar que o objeto dessa pesquisa, o estigma internalizado, faz-se representados pelo corpo de alunos presentes em coletivos que institucionalizados nos grupos, geram instituições ligadas a uma instituição maior, permitindo compreender não somente a relação, que perpassa suas Histórias, mas acima de tudo confrontar articulações que comprovem uma intersubjetividade institucional, digo isso quanto o corpo social que em um todo ou em parte se relacionam, subjetivando e sendo subjetivados.

Antes que comecemos a correlacionar as relações socio institucionais dentro da Universidade, faz-se necessário familiarizarmos alguns termos que nos permitirão junto ao leitor, compreendermos como em uma tecitura musical, o lugar do social e o institucional como se harmonizam em um ritmo temporal, que para nossa pesquisa nos permitirão confrontar toda essa variedade de conceitos, ligados ao nosso objeto “estigma internalizado”, perpassando OS GRUPOS: unidade Preta Alice Bruno- UPAB e Pessoa com Necessidade Especifica- PNE Contidos em uma instituição maior, à saber:

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ.

2.1 Conceitos e funcionalidades dentro da pesquisa

Começamos pelo nosso objeto estigma revelando o estigma social externo ao indivíduo e o internalizado, onde ambos se influenciam e são influenciados por outro de mesma valia com maior amplitude, que iremos chamar de estigma institucional apresentando-se muitas das vezes já internalizado.

Nesse ponto a instituição constituída antes por sujeitos pensantes, possuem em seu interior códigos sociais ou antes sociais, de forma que o primeiro contempla uma diversidade, onde um potencial de equidade, que logo defino, como: consciência das diferenças de classe, raça, dificuldades de tempo prolongado, etnias e outras, permiti uma inclusão gradativa desses grupos, onde a estrutura que sofre suas alterações arquitetônicas visa respeitar cada indivíduo em suas particularidades físicas, cultural e cognitivas.

Em contramão esse processo, o que torna o segundo visível, está contido no desrespeito ou demora no cumprimento as leis que absorvam demandas significativas, movendo de uma estrutura neocolonial à uma estrutura moderna, onde o produto visa em sua maioria um menor espaço, com uma maior quantidade de alunos, buscando acessibilidade: em rampas de acesso, portas largas, elevadores, sem uma consciência devida do que seja incluir, pensam que a deficiência está no aluno, como se algumas obras de reparos possam dar condições de aprendizado ou mobilidade para esses, o que precisavam aceitar é que a deficiência não está no aluno, mas se bem observado os parágrafos e alíneas da Lei nº 13.146, saberíamos que: A educação constitui direito da pessoa com deficiência em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, argumento presente na LBI, no Capítulo IV, Art. 27... (BRASIL, 2015). se há alguma deficiência essa está no ambiente, o que faz de medidas paliativas um descaso referente a essa Lei.

Em se tratando de adaptações de espaço e acessibilidade, colocamos duas Leis em destaque: Lei de Cotas Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (com atenção ao racismo) e a Lei Brasileira de Inclusão-LBINº 13.146 , trazendo a necessidade de uma transformação, que possa comportar uma grande demanda provinda de grupos menos favorecidos da sociedade as quais trataremos mais a frente, consciente de que as cotas referentes a negros, pardos e indígenas, fixa um debate que não nos aprofundaremos no corpo dessa pesquisa, antes nos concentraremos no estigma aos negros, tidos até hoje como classe perigosa e as Pessoas com Deficiência, taxadas ainda como doentes.

Voltando nossa atenção aos conceitos, vemos que a intersubjetividade se faz tanto na subjetivação do aluno para os grupos, dos grupos para a Universidade e vice-versa, determinando a formação dos vínculos, que exemplificamos acrescentando o espaço Universitário a teoria de TECNOP (2011), onde a interdependência que parte da família passa pelas escolas chegando a um nível superior , a subjetividade que a criança adquire com a relação com seus familiares, acrescenta e é acrescentada na escola e mais tarde na Universidade gerando em uma multiplicidade de relações uma rede, que chega agora diante a uma instituição maior, acionada por uma série de ligações em vista do seu corpo.

Influenciando e sendo influenciadas, que quando saldáveis, geram uma total interdependência, configurando uma intersubjetividade, marcada por um comprometimento subjetivo atitudinal, que como veremos, presente no corpo institucional, como em cada aluno em sua singularidade, permiti que observemos de perto nosso objeto, a marca, o estigma e suas possibilidades para uma internalização.

Outro conceito de extrema relevância se faz no que chamaremos de interpessoalidade institucional, ponto de relevância quando tratarmos mais à frente das pessoas da (UFRRJ),

(UPAB) e (PNE), todos já caracterizados, com suas identidades configuradas pelas partes do todo a qual pertencem, nos permitirão confrontar tanto um com os outros como internalizar este exame a ponto de buscar evidências do nosso objeto.

O conceito interessoalidade institucional, parte diretamente do termo já bem aprofundado de autores que analisaram com base na pessoa física, concentrando observação as relações entre pessoas, onde se apropriando dessas inquirições obtidos nas pesquisas de (CARVALHO; POLITANO; FRANCO, 2008) , ampliamos e convertemos a uma interessoalidade institucional, além é claro em se tratando de relações que envolvem alunos, não poderíamos deixar de lado a teoria de Paulo Freire (1968) onde fixamos a intersubjetividade, levando a de igual forma a um nível institucional. Esclarecido a origem conceitual, prossigamos, para então mais a frente detalharmos como se dão esses conceitos entre essas pessoas não mais na sua singularidade, mas agora em uma multiplicidade de pessoas que ouvem e falam como um.

Tratar um objeto como o estigma internalizado, requer manobras que possam fragmentar sua estrutura, que é uma das pretensões desta pesquisa. Todas as partes se configuram na estrutura institucional, que se completa em: burocrática, social, econômica, política e cultural, que em seu todo corresponde em um corpo físico da Universidade e seu vínculo direto com os alunos, que antes de desenvolvermos com uma maior amplitude, podemos apontar algumas mudanças que impulsionadas pelo quantitativo revelam a figuração, espaço onde tramitam o ser institucional do qual todos inseridos modelam e são modelados pelo ambiente a sua volta.

Importante salientarmos que o estigma, como apresentado por Goffman, que marca e destrói a pessoa, será visto mais a frente também com um sentido identitário. Neste ponto as sejam dadas a teoria de Norbert Elias (2001), permitindo que entendamos uma das necessidades da formação desses grupos. Seja na figuração, classificação envolvendo toda uma relação de poder, conduzir ao eixo do estigma é nossa pretensão.

Posto a relação dos conceitos com o nosso objeto, podemos agora constituir o que foram Algumas das transformações na estrutura institucional dentro da UFRRJ. De uma forma diferente da historiografia usual não incorporamos os fatos como é usual a quase todos aqueles que queiram tratar da construção dos campos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, antes selecionamos alguns momentos que nos possibilizem mexer com a matiz da nossa pesquisa, contida aqui no estigma, possibilitando uma mistura da História institucional com a História social dos alunos enquanto alunos dos campos.

2.2 Um panorama da pessoa institucional.

Uma arquitetura neocolonial a altura da classe de fazendeiros; implantação de políticas públicas, como a Cota do Boi; as mudanças do restaurante; mudança do lugar da biblioteca ; a construção de novos edifícios com uma estrutura mais linear, com arestas retas características de uma estrutura moderna; criação de repartições internas em quase todos os edifícios, principalmente os de estilo neocolonial, alterações que de uma forma breve de apresentação expõe claramente que se as partes são: os alunos, professores e pessoal técnico, constituindo o todo , que neste caso é a Universidade, logo: o Tudo se faz nessa rede de relações.

Processo que se configura em um primeiro momento com vista a uma consolidação de uma Agricultura em modernização, que como bem pesquisado por Magalhães (2018), referente as “POLÍTICAS PÚBLICAS DE “INCLUSÃO”: A “LEI DO BOI” E O ACESSO AO CURSO DE AGRONOMIA DA UFRRJ (1968-1985)”, apesar do grande debate acerca dos beneficiados com essa cota, fica de relevante a nossa pesquisa dois pontos:

. A mesma Cota serviu a vários níveis da sociedade.

. Causou alterações no corpo da pessoa da (UFRRJ), possibilitando uma heterogeneidade social, que mais tarde adentraria com futuras expansões de cursos oportunidades as minorias já fixadas por direitos comuns.

A Lei federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida popularmente como “lei do boi” deu início a mudanças que influenciadas por um Capitalismo global, não parariam por aí. Da preparação do homem para se preparar a terra, afim de modernizar a Agricultura à uma expansão de cursos que cobrissem as necessidades do Sistema vigente, que agora acabava por inserir aqueles que mais tarde reuniriam demandas, fomentando a formação de grupos menos favorecidos.

Durante este percurso atentemos como exemplo, as mudanças ocorridas com a biblioteca central da (UFRRJ). Construída de início no segundo piso do pavilhão central- (P1), ganha no finalzinho da década de sessenta com a mudança do Ministério da Agricultura para Ministério da Educação e Cultura, com ligação agora direta apenas com o (MEC), dar-se início a um primeiro momento de expansão e logo nos primeiros anos da década de setenta inaugura-se o primeiro edifício da biblioteca central construído para quem vem de fora do lado esquerdo do pavilhão central, contudo mais uma mudança viria após a grande expansão com o (Reune) em 2007, as obras com a nova biblioteca já começadas desde 2003 esperam ainda a consolidação da Lei (LBI), para somente então inaugurando a obra em 2018:

A Universidade tinha mais uma vez seu momento histórico: A nova Biblioteca Central foi reaberta ao público no último dia 15 de agosto, em concorrida solenidade que contou com a presença de docentes, discentes e técnicos administrativos da Rural, além do reitor Ricardo Berbara e da equipe da Administração Central. Também estiveram presentes os ex-reitores Ana Maria Dantas Soares; José Antônio de Souza Veiga; Manlio Silvestre Fernandes; e Ricardo Motta Miranda que, juntos ao professor Berbara, descerraram a placa de inauguração... (INFOMATIVO (UFRRJ)),2018, p.5)

Em um sobrevoo temporal veremos a busca por uma autonomia conceitual, que dá a nossa Universidade uma identidade, contudo não deixando nada sem seu devido esclarecimento, a identidade aqui reclamada perpassa mudanças dentro do quadro político, social, econômico e cultural, fazendo de uma Universidade em um primeiro momento de apenas dois cursos voltados para o rural (Agronomia e Veterinária) , com o passar dos anos, seja por uma intervenção estatal, como diria SILVEIRA (2011), ou ainda a busca por uma liberdade de produção e decisão , presente nas palavras de OTRANTO (2003), uma rede , que devidamente entrelaçada constitui seu todo, com mudanças que influenciadas pelo processo de autonomia, que configura o ser institucional que tentamos e tentaremos nessa pesquisa expor em demandas e condicionamentos que juntos acionam mudanças no corpo institucional, que fala, ouve e reage, dando vida a esse ser múltiplo, que como tantos outros pode sofrer o estigma, ou ainda internalizá-lo.

Lembrando que quando conseguimos tratar a Universidade como um, acionamos possibilidades a essa de tratamento igual a um indivíduo institucional, ainda que pareça meio antagônico, podemos visualizar na instituição uma ação comum, dando a essa sua devida pessoalidade institucional.

Uma pergunta que todos saberiam a resposta: Qual o estigma que persegue hoje a pessoa da (UFRRJ)? Rural, do interior, da Baixada, o que esses ainda não sabem, contudo, esta pesquisa nos esclarece no seu desenvolvimento, é que essa mesma pessoa, sai de Rural à Universidade do Brasil, assumindo em 1967, com a mudança de Ministério da Agricultura para Ministério da Educação e Cultura, o título de Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ampliando sua visibilidade além do Rural.

Em uma rica condição fazemos uso das imagens da década de 40 desde a inauguração da Universidade que até hoje permanecem inalteráveis. Retratar as mudanças ainda que superficiais na estrutura, sobre tudo profundas com respeito as políticas, ao longo dos anos, nos permite mais do que o proposto pelo historiador da Arte: Georges Didi-Huberman “Quando as imagens tocam o real” PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMGs :Porque a imagem é outra coisa que um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares - fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles - que não pode, como arte da memória, não pode aglutinar. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardente (Revista do Programa de Pós graduação em Artes,2012, p. 16)

Compreender que se as imagens tocam o real, podendo se queimar ao longo do tempo, percebemos da seguinte forma :hoje estou diante do prédio central (P1), em estilo Neocolonial, onde o mesmo prédio que representava o CNEPA Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas, inaugurado em 1947 na presença do presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, na administração do Diretor Geral do CNEPA, professor Waldemar Raythe e do Reitor da Universidade, professor Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho. Agora, com poucas alterações como, o crescimento de arvores internas em sua área interna central e diante do portão principal, algumas camadas de pinturas sobrepostas, a adaptação de aparelhos de ar-condicionado escondidos em meio a paisagem de árvores que tomaram quase toda a fachada frontal, facilmente seria reconhecido por alguém da época de 4 de junho de 1947. Nessa conjectura se uma imagem toca o real, o que dizer do real que nos transporta a 63 anos atrás, o passado se faz presente, por isso a necessidade de retratar a pessoa institucional, ainda hoje na ativa entre nós, com poucas rugas em suas fachadas e muito a declarar.

O mesmo local antes pertencente a antiga fazenda Santa Cruz, onde nas palavras de: Grillo (1938) apontou três motivos para a impropriedade do local. O primeiro era a distância que dificultaria o regime de extermato estatuído no regulamento, além dos embaraços que oporia à organização do pessoal docente”. O segundo dizia respeito ao estado de ruína dos edifícios localizados na fazenda, “de modo a não permitir seu aproveitamento”. O terceiro referia-se ao solo, afirmando que não era “de natureza variada, como conviria, às terras dessa fazenda experimental... (GRILLO, 1938 p. 10, Apud OTRANTO, 2003, p.32), proposta essa que tramitava desde 1910, sendo iniciada em 1938 com inauguração em 1947.

Representação era o que a ESAMV almejava como principal representante da elite agrária e assim o foi o processo que já perdurava, após a segunda guerra e o redirecionamento dos interesses do Estado em manter suas políticas agrárias, faz se manifestar na revista acadêmica de Veterinária como o modelo de Universidade Rural tinha suas representações, principalmente no Ministério da Agricultura, angariar espaço para as pesquisas nos respectivos setores, além da valorização do setor de pesquisas com uma ação direta em um primeiro momento por parte do Estado definia as unidades de uma elite agrária, que como bem sabemos era e ainda é a força de um país como Brasil, basta olharmos para vasta extensão de terras ainda produtivas em nosso país, o que define bem o retrato dos edifícios até hoje presentes na (UFRRJ) .

Segundo ARAUJO (2011), dos 17 edifícios a serem construídos dez seriam entregues na presente data, comportariam as Escolas de Agronomia e Veterinária, além dos cursos de capacitação e especialização que seriam transferidos até 1948. Grifo meu, o vínculo da Universidade, que a princípio ainda era Universidade Rural estava ligado aos agricultores e suas especialidades e gostos, tendo no ultimo seu retrato, no estilo Neocolonial proposto pela arquitetura da época, que influenciada pelo paisagismo das cidades jardins europeias e o estilo

colonial fixava ainda mais o status, dando até os dias de hoje o capital simbólico ostentado pela mesma e seu corpo de professores, alunos e profissionais técnicos, que tem na Universidade um nível a ser alcançado.

Com pouco menos de três anos para uma terceira idade, o campus de Seropédica sabe falar e tem como vimos na pessoa institucional sua fala, seus costumes, as vezes maus, outras vezes bons, de certo que agora com essa idade se relaciona mesmo em meio a pandemia de corona vírus (COVID 19) com seus pares, subjetivando e sendo subjetivada, o que antes não podíamos ver, tem nessa obra sua materialização em cada parágrafo que fala de um todo como um.

Claro sem perder de vista nosso objeto que fala, mas precisa ser ouvido, toda a estrutura arquitetônica, assim como o espaço geográfico e burocrático que sofreu a ação do homem subjetivando e sendo subjetivado, acarretou mudanças, sejam de caráter administrativo, econômico, ou mesmo social.

Como podemos verificar, no fim da CNEPA, em agosto de 1960, que depois da longa trajetória da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária- ESAMV por vários pontos do Rio de Janeiro, o quadro das relações agora no espaço que seria a Universidade Rural do Brasil, sofre alterações marcantes, nome esse já adotado pelos pesquisadores, que manifestavam desejo comum por uma maior autonomia frente a condição das outras Universidades, que estavam sob vínculo direto à Ministério da Educação e Saúde, pretenderam como em ofício, documento enviado pelo Diretório Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária ao Ministro da Agricultura em 1950. Como aqui apresentado por OTRANTO, 2003:

Por esse motivo, como medida inicial, solicitamos a V. Excelência a autonomia para a Universidade Rural. Já não é possível que persista como parte do C.N.E.P.A., o que só lhe tem trazido entraves e dificuldades às iniciativas universitárias, colocando-nos em situação de inferioridade em relação a todas as outras universidades do Brasil e do estrangeiro. Só a autonomia viria atender rapidamente às necessidades dos docentes e discentes, únicos capazes de sentir o que seja o espírito universitário, e conseqüentemente com habilitações para fazerem progredir essa obra. (ESAMV, 1950, p. 88, apud OTRANTO, 2003, p. 46).

Começava aí depois de dois anos estabilizados, a tessitura que comporia a grande arte que é hoje à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, nos permitindo expor a figuração contida não em todas as partes, mas sobre tudo com respeito a estrutura institucional e sua relação com o corpo acadêmico. Algumas associações fomentam mudanças nos cursos dentro da Universidade.

Os decretos de Leis como o “ n° 48.644/60, desvinculou-a do CNEPA, dando-lhe maior possibilidades diante do jogo de cadeiras que possibilitou a autonomia da Rural acabando por agregar os institutos que já atuavam no Km 47 da Antiga Rio/ S. Paulo(), ficando assim: (ENA) Escola Nacional de Agronomia; II(ENV) – Escola Nacional de Veterinária; III(CAEE) – Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão; IV(EAISL) – Escola Agro técnica Ildefonso Simões Lopes; V(IEEA) – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas; VI(IZ) – Instituto de Zootecnia; VII (IBA)– Instituto de Biologia Animal; VIII – Posto Experimental de.. IX – Posto Meteorológico do Km 47; X – Horto Florestal de Santa Cruz; XI – Serviço Escolar; XII – Serviço de Desportos; XIII – Serviço Médico; XIV –

Superintendência de Edifícios e Parques; XV – Turma da Administração; XVI – Biblioteca (OTRANTO, 2003, P.52), mudanças que condicionariam alterações futuras na estrutura da instituição.

Todo o percurso que vai da ESAMV (1910), passando pela Universidade Rural (1943-1960); Universidade Rural do Rio de Janeiro (1961); Universidade Rural do Brasil (1962-1967, (UFRRJ de 1967- até os dias de hoje alcança seu maior entrave durante a ditadura militar no Brasil, como bem pontuado por ARAUJO (2011: Assim, a Universidade sofreu séria repressão política, tendo seu reitor, Ydérzio Vianna, e alguns outros professores “cassados”, os diretorios estudantis fechados, e um total controle interno da Instituição.

Ao final do ano de 1966, a Universidade contava com um total de (seis) escolas. Além das cinco já enunciadas, foi criada a Escola de Química TPF152FPT, visando a acomodar 100 alunos excedentes TPF153FPT do vestibular da Escola Nacional de Química da UFRJ, (ARAUJO, 2011, p.127), tirando esse recorte com respeito a repressão, ainda que sem nos aprofundarmos sobre a questão é fácil verificar como a instituição responde a um corpo fragmentado, que tem na sua figuração o vínculo entre os pares dentro da academia.

Exemplificado por CHARTIER em prefácio a obra de Norbert Elias em “A Sociedade de Cortes”(2001), que coloca a figuração como ponto chave, onde os figurantes atuam, sendo aqui a Universidade e não a corte como o centro, onde ligados e interligados como em um jogo fixam para nossa pesquisa o objeto contido nos pares, acionados nos fluxos e direções que devemos seguir juntando a formação dos grupos, com suas micro configurações que concentram o foco de nossa pesquisa, contido no estigma internalizado.

Com base neste subjetivo institucional, figurado na ação dos pares dentro da Universidade é que pudemos mover um breve ensaio as obras de OTRANTO (2003): e SILVEIRA (2011): entende-se que a autonomia das universidades se aprimora à medida que os indivíduos envolvidos no processo ampliam a participação nas discussões e na apresentação de soluções para os problemas da universidade.

Aumentando a autonomia interna, a instituição se fortalece para ampliá-la externamente e para interferir, qualitativamente, na contraposição às políticas públicas que possam restringir práticas autônomas em seu interior, impedindo-a de cumprir sua missão com a sociedade. Vista por esse ângulo, a autonomia universitária é variável e relativa ao todo social.

É, portanto, um processo em construção (OTRANTO, 2003, p.12), nesse contexto podemos perceber que a capacidade de se governar por seus próprios meios está ligada ao grau de inter-subjetivação do corpo acadêmico, definindo as demandas agora representadas por um corpo institucional, que como vimos aciona mudanças significativas em vários pontos, como: legal, administrativo, econômico, político e social. Lembrando, que as bases desse estudo fixam-se nos dois últimos, ponto onde conduzimos nossa pesquisa.

Antes de continuarmos nosso capítulo panorâmico, mas sobre tudo conceitual, precisamos mais uma vez compreender a profundidade em se utilizar de experimentos já constituídos, quando misturamos o conceito de autonomia estudado por OTRANTO (2003) ao nosso de subjetivo institucional, não deixamos de lado o debate e a tentativa de esclarecimento, que define autonomia de forma total ou relativa, acrescentando na fala de Cury “autos significa por si mesmo, algo que se basta.

Já a palavra nomia é polissêmica. Tanto pode significar lei, regra, modelo a seguir, como pode significar uma região delimitada” (Cury, 1991, p. 25, Apud OTRANTO, 2003, p.17), em ambos os sentidos conseguimos dar materialidade ao corpo institucional, que nasce, cresce, se reproduz se modificando ao longo do tempo, fixando mais uma vez que todas as mudanças estão intrinsecamente ligadas ao corpo, onde independente de autonomia se subjetivam, nos permitindo continuarmos nossa caminhada.

A posição do Estado seja na ditadura ou fora dela repercute em nossa pesquisa, quando Leis, como nº 5.540/68 reconheceu, em seu texto, a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira das instituições universitárias (art. 3º, Apud OTRANTO 2003, p.26), ciente que somente essas permitiriam e permitem transportar do aluno, muitas das vezes somente quando ligado a grupos suas demandas, que incorporadas a instituição maior acionam as múltiplas fragilidades de um corpo diverso, que como veremos tem como fruto transformações diversas, contudo nos concentramos aqui no processo de expansão dos cursos e a adequação sofrida por ambos os corpos, tendo de um lado a Universidade e do outro os alunos podendo acionar um fato que parece obvio, ligado a construção, ampliação ou mesmo mudanças de edifícios como no caso do restaurante Universitário e Biblioteca, mas diante os direcionamentos da pesquisa, ressignificamos mudanças que a princípio pareceriam apenas estruturais, dando a figuração das partes a chave que materializa o outro contido na pessoa da Universidade.

2.3 Expansão

Bem salientado o processo de materialização da instituição (UFRRJ), podemos nos concentrar em um fato que aproxima temporalmente os grupos e a instituição mediante sua expansão, que dê certo nos leva até os dias atuais, contida na necessidade de uma adequação, que: de Escolas de Agronomia e Escola de Veterinária a Institutos, que com a expansão repercutindo, como exposto: oferecidos no contexto do “1967” 79: Instituto de Agronomia (Agronomia e Geologia), Instituto de Veterinária (Veterinária), Instituto de Florestas (Engenharia Florestal), Instituto de Biologia (Ciências Naturais/Biologia), Instituto de Tecnologia (Engenharia Química), Instituto de Física/Matemática/Química (Ciências com habilitação em Física, Matemática e Química), Instituto de Zootecnia (Zootecnia), Instituto de Educação 80 (Licenciaturas em Ciências Agrárias e Educação Física) e Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Economia Doméstica, Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis). Observa-se, já nessa divisão, uma sobrecarga dos Institutos de Ciências Humanas e Sociais e de Educação, que culminaria, décadas mais tarde, com a presença quase absoluta destes institutos no processo de expansão futuramente determinado pelo Reuni... (CILVEIRA, 2011, p. 116), ainda como bem apresentado, foram os mesmos institutos que vão dar origem aos futuros cursos com um critério de adequação contínuo por um corpo, que como podemos ver sofre todo tempo ação de seus pares.

Sintetizando os dois primeiros momentos, fixando o primeiro, que se faz em 1947 mediante a inauguração do campus de Seropédica, onde a agricultura e a pecuária, tinham uma importância acentuada no governo de Getúlio Vargas, com um plano de contingência em atraso desde a crise com a República do Café com Leite, precisava-se posicionar uma elite e sua importância dentro da sociedade moderna e um segundo em 1967, que dava o título de Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e vínculo direto ao Ministério da Educação, encerrava-se ali as relações diretas única e exclusivamente com o Ministério da Agricultura, um atraso diante as outras Universidades que já antes eram vinculadas a esse Ministério, precisava ser alcançado, tendo em seu corpo um maior número de cursos, portanto maior investimento, essas Universidades perdiam muito menos que a (UFRRJ).

Finalmente depois de um longo processo de expansão chegamos em 2007, etapa na qual iremos nos concentrar em vista da sua proximidade com a criação das cotas e dos grupos (UPAB) e (PNE), deixando aqui um pouco da fala de SILVEIRA (2011), que melhor pode esclarecer o vínculo estatal que transcende a História da (UFRRJ), colocando o crescimento de vagas e diversidades de cursos como um fator expansivo e de controle da mesma:

A expansão das graduações, reiniciada na virada dos anos 1990 para os anos 2000, após o “vazio” 6 dos anos 1980, é ampliada com a instituição pelo MEC, em abril de

2007, do Reuni. Por conta deste programa, a UFRRJ discutiu e elaborou o seu Projeto de Reestruturação e Expansão (PRE), aprovado em 26/11/2007. Vale ressaltar que o incentivo à expansão na oferta de graduações já vinha sendo mencionado em outro documento, de data anterior ao Reuni e ao PRE: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2006, que traçou metas para a UFRRJ seguir no interstício de 2006 a 2011. (SILVEIRA, 2011, p.15),

Como apontado ainda na obra uma corrida se iniciou na década de 70, era preciso ampliar a oferta de curso diante a nova condição de relações com o (MEC), processo esse que tem uma parada na década de oitenta, retomado na década de noventa, contínuo até os dias de hoje.

Diante dos pontos veremos que os mesmos sofrem alterações mediante as demandas que surgem, de forma que conseguiremos acionar mudanças no corpo estudantil, que flexionam e fazem flexionar ao ponto de constituirmos às instituições sua subjetividade como corpo burocrático instituído.

Estando nítida à ação estruturante, podemos agora tecer a composição até o ponto onde as Leis de Cotas e Lei Brasileira de Inclusão se confrontam a situação dos alunos nos ajudando em uma operação centrípeta fazer um exame minucioso de onde parte esse estigma em sua maior intensidade, gerando uma internalização por parte do outro, se dos alunos ou mesmo da instituição Universidade?

Lembrando que nossa intenção continua a de tentar situar as posições do institucional e diante o aluno e do aluno diante do mesmo, um capítulo de Dissertação que visa dar fundamentos para uma pesquisa de cunho qualitativo e caráter etnográfico, sendo essa apresentação uma medida de respeito a todo estudo bibliográfico feito até agora sobre essas instituições.

Antes de adentrarmos em pôr menores a essa ou a outra política de ação afirmativa, precisamos compreender historicamente como e porque essa se faz digna de tanto debate na atualidade, apesar de não nos aprofundarmos, precisamos esclarecer cada aspecto, conceito, que trazem na historiografia as marcas, prometo ser breve, com tudo esclarecedor.

Negros e Pessoa com Deficiência, dois marcadores distintos que se entrelaçam no estigma. Como foi o panorama sobre os campos da (UFRRJ), adentremos aos marcadores ou melhor ao estigma, marcado por um recorte temporal, capaz de esclarecer um pouco da trajetória daqueles que antecedem as políticas de ação afirmativas, que como sabemos tem por intuito incluir grupos menos favorecidos dentro da sociedade.

2.4 O estigma como intercessão

Na propriedade que o passado não existe para provar para o presente que o futuro não pode ser mudado, e, sim, que o passado existe para que futuro exista, caminemos até quando deixávamos de ser considerados escravizados, finalzinho do século XIX, mais propriamente nas pesquisas do historiador Sidney CHALHOUB (1996): *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte*. Chalhoub, após mudar o rumo das fontes que iria investigar, encontra nos documentos de higienização provas de que o processo de desumanização só mudara de nome de escravizados a classes perigosas e doentes, fato triste que se revela com nossos irmãos com deficiência, onde como panorama basta citarmos a obra de LANNA JR. (2011), na obra *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, que nos possibilita um percurso histórico destes grupos no Brasil. Esta obra envolve não só as relações políticas contidas na História, mas, sem sombra de dúvida, as relações sociais, institucionais e jurídicas que comportam todo esse processo até o ano de 2010, chegando a triste conclusão que para muitos ainda somos e permanecemos como doentes ou mesmo classe perigosa.

Assim como CHALHOUB (1996) consegue descortinar o estigma que perpetuaria sobre os negros até hoje, revelando em sua pesquisa que o verdadeiro interesse por de trás do processo de higienização, seria a retirada total de uma parcela da sociedade que buscava um espaço de sobrevivência, onde negros, pardos e indígenas ou mesmo imigrantes que não tinham uma ligação direta com os grandes fazendeiros, não conseguiriam desenvolverem-se como cidadãos de uma República, a proposta de Lanna Junior (2010) com História da Pessoa com Deficiência no Brasil, se assemelha a dos negros pela discriminação como classe perigosa e doente, definindo todo o processo que vai do século XIX, adentrando as primeiras décadas do século XX, como doentes que precisariam de tratamento, ou grupos perigosos.

O paradigma médico, característico do séc. XIX, abre novos horizontes para as pessoas com deficiência. Antes deste paradigma, as pessoas com deficiência ao longo da História, foram mortas, banidas do convívio, mitificadas, esquecidas ou abandonadas a sua própria sorte. Com o desenvolvimento do conhecimento médico, suas vidas são prolongadas pelos cuidados terapêuticos e ganham nova visibilidade social. Pode-se considerar este, o início de uma etapa histórica para as Pessoas com Deficiência.

As pessoas passam a ser consideradas parte da sociedade (mesmo que segregadas) e requerem do Governo, do Estado Maior, inicialmente cuidados à saúde, com isto alcançado, passam a requerer mais do que condições para sobrevivência. Com o tempo, passam a pleitear educação. O paradigma médico avança, pode-se dizer que evolui, e se desdobra no paradigma da educação. Surge o movimento do paradigma da integração. As pessoas sobreviventes, anteriormente (ou atualmente ainda) excluídas socialmente, com o passar dos anos, lutam por dignidade e direitos sociais, isto é, o direito à qualidade de vida, o direito à educação, saúde, trabalho e moradia, a este ponto se uniram os nossos irmãos negros. As etapas históricas fluem, se entremeiam, mas podemos apontar marcos de transição.

Como bem podemos observar relevância dessa pesquisa vem atrelada a uma série de transformações transitando em uma serie de códigos e leis. A nível internacional, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948), que tem por base firmar princípios como igualdade e dignidade como direito de todos. Esta declaração é outro dos marcos do início desse imenso processo que é a inclusão. Se antes não se considerava todos seres humanos, as palavras nos artigos da declaração _ “Toda a pessoa” ou “todos”, constataam a intenção de dirigir-se para a totalidade e não para a parte. Um exemplo é o artigo VIII desta declaração que versa sobre o direito de todas as pessoas “a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei” (ONU, 1948).

Assim, cabe destacar, que neste documento fora declarado não só o direito dos antes incluídos, mas principalmente, daqueles no processo excluídos, por exemplo, aqueles que apresentam uma deficiência seja: motora, sensorial mental ou de qualquer outra espécie, ou mesmo os antes escravizados, que mesmo não sendo descartados como nossos irmãos com deficiência, eram coisificados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos sustenta de modo mais contundente, o direito à vida e à educação, além de comprometido com a cidadania, portanto propondo mais participação. Ela firma princípios como: igualdade, dignidade, saúde, educação e outros, como direito de todos. Reforça-se que se antes não se considerava todos seres humanos como parte dessa cultura, a mudança se encontra nas palavras como: “Toda a pessoa” ou “todos”, citados na declaração dos Direitos humanos, com: Artigo VIII: “Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei” (ONU, 1948, Artigo VIII), ali fora reafirmado não só o direito dos antes incluídos, mas principalmente, daqueles que por apresentarem uma deficiência seja: motora, sensorial mental ou de qualquer outra espécie

que antes eram excluídos, com essa declaração, reafirma-se que fica exposto ao mundo o que é exclusão.

Até aqui, com a Declaração dos direitos Humanos em 1948, temos a vinda das Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária para o campus da (UFRRJ), mesma época que em pesquisas feitas por CARDOSO (2008) obtemos a confirmação das origens de todo esse processo de políticas de ação afirmativa nessa mesma década, “incluídas cotas para ingresso de minorias no ensino superior, estão presentes em outros países há pelo menos meio século, sendo atribuída à Índia a história mais longa...” (CARDOSO, 2008, p.15), processo que para nós brasileiros, alunos da (UFRRJ) só se manifesta na segunda década do Século XXI.

Uma marca a favor de um dos grupos se consolida com a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei Caó, transformando em crime o que era visto apenas como uma contravenção, fixando o início do processo para o fim de mais de cem anos de uma falsa complacência. O racismo (“crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor”, como destaca a legislação), a partir deste momento, configurou como crime sujeito à prisão – complementando o inciso XLII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Assim, a prática de racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, vindo a ser melhor tipificado com a redação posterior, de 1997 (Lei nº 9.459), na qual pode-se ler a punição sobre “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Outro ponto é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 apesar de não explicitar a proposta da inclusão defendida na Declaração de Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), a perspectiva da inclusão brasileira começa a tomar corpo. As discussões buscavam o comprometimento de todos, pessoa com deficiência e toda comunidade, para o fim da segregação.

A deficiência é uma condição que ganha sentido no coletivo, e não está circunscrita no sujeito como fruto meramente de aspectos orgânicos. Ou seja, o significado da deficiência é social, e não biológico. Em um ambiente acessível, a deficiência desaparece (SASSAKI, 2005). Assim, a proposta de avanço social está na ideia de que todos com suas diferenças agora sejam incluídos a um único sistema, de forma que as diferenças não sejam identificadas mais nas pessoas, e sim nas relações e contexto social.

Feito um panorama histórico do racismo e discriminação da Pessoa com Deficiência, embasando algumas Leis, pudemos salientar semelhanças quanto: a falta de oportunidades em um meio educacional de nível médio superior, uma vez que esses antes de tudo deveriam ser reconhecidos em suas diferenças e não por elas, onde o primeiro incluem e o segundo segrega.

Quando colocamos o (REUNE) - 2007 como auge da expansão de cursos das Universidades Federais, com base nos estudos de SILVEIRA (2011), detalhamos que a (UFRRJ), não só mudou de nome, (UR), (URB), (UFRRJ), como de identidade, a pessoa institucional, passa de uma lida direta com o campo, por um processo de transição, que se inicia como já vimos com a troca de Ministérios da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, onde novas subjetividades se subjetivam caracterizando uma nova pessoa institucional, que aqui poderemos bem relacionar com a necessidade das Leis de Cotas, que sabemos bem ser advento da expansão dos cursos principalmente por parte da (UFRRJ).

2.5 Políticas de Ações Afirmativas (Cotas)

Como havíamos ensaiado antes o ponto fundamental que iremos nos concentrar com respeito as cotas se revela na continuidade da discriminação racial e segregação da Pessoa com Deficiência- (PcD) , retrato que apresentamos com base na experiência das pesquisas do

Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (OPAAS/UFRRJ, programa que foi criado em 2014 no intuito de reunir dados que pudessem contribuir com um panorama das instituições e suas ações após a implantação da Lei de Cotas 12711/ 12, neste ponto apenas com ênfase ao racismo e financeiro, nos fazendo migrar para outras pesquisas que pudesse incorporar outro grupo também presente na Lei, afim de desenvolver ambas em conjunto, acabando por levar-nos a pesquisas no próprio site da (UFRRJ) afim de encontrarmos a fala ou quem fale sobre cotas para Pessoas com Deficiência.

A separação desses grupos implicou na busca por uma variedade de fontes que falassem acerca da Pessoa com Deficiência comportando como na lei a cima citada:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE...

(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Dessa forma chamamos ao debate José D’Assunção Barros com seu artigo “Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades “, podemos acordar para essa realidade:

O que são as “políticas de afirmação” — a exemplo dos “sistemas de cotas” que reservam vagas na educação superior para setores discriminados — senão uma forma de resistência contra a indiferenciação”, aqui tomada no sentido de desconsideração das diferenças e desigualdades efetivas com vistas ao estabelecimento de uma desigualdade com aparência de igualdade?. (BARROS, 2018, p.22)

Como todo ponto que merece relevância, debateremos mais a frente em nosso capítulo IV “O agenciamento e a institucionalização de grupos dentro da Universidade (a participação voluntária e involuntária na constituição de coletivos) “na possibilidade de exemplificar os termos diferença e desigualdade na seguinte composição: estigma da diferença e estigma da desigualdade com uma maior amplitude, que nos ajudarão a diluir a complexidade dessa marca.

Depois da instauração da Lei Brasileira de Inclusão- LBI de 2015 sancionada em 2016, faz-se gerar movimento capaz de incluir as Pessoas com Deficiência a posição de cotistas verdadeiramente por parte das Universidades Federais: em 2017 foi sancionada a Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. É a chamada Lei de Cotas para pessoas com deficiências. Esse documento representa mais um avanço em caráter legal e dá garantias de acesso as pessoas com deficiência no ensino superior. (UFRRJ, 2020, p. 10).

Posto uma apresentação de como foi a fixação das Cotas para os dois grupos aqui pesquisados, nos resta agora dar ênfase a História desses grupos, que faremos com base em publicação em redes e principalmente com a alteridade a mim concedida como participante de ambos os grupos: Unidade Preta Alice Bruno- UPAB e primeiro coletivo de Pessoa com Necessidade Especifica- PNE.

2.6 Grupos (PNE) e (UPAB)

2.6.1 Fala de um dos componentes do coletivo Unidade Preta Alice Bruno-UPAB

Caracterização: Jovem aparentando vinte e três a vinte e oito anos, sexo masculino, de cor negra discursa: “Fundada sobre o coletivo negro Unidade Preta Alice Bruno e o outro sobre a comissão de acolhimento para alunos cotistas onde alguns dos alunos do coletivo negro foram membros dessa comissão”. Coletivo Negro (Unidade Preta Alice Bruno)

O coletivo de Unidade Preta Alice Bruno teve seu surgimento em setembro de 2018 durante as eleições presidenciais, nascemos a partir da necessidade de nos unimos para criarmos estratégias e maneiras de manter a nossa integridade física e mental para o que estava por vir.

A princípio nosso objetivo visava garantir a saúde mental dos estudantes que participavam das nossas reuniões por meio de: dinâmicas e integração em grupo, encontros de lazer, leitura de textos e formação teórica. Com o passar do tempo devido a diversos fatores, como: demandas acadêmicas, questões pessoais entre outros fatores, observamos o esvaziamento do grupo sendo necessário uma nova reformulação de ideais. A partir daí, criamos um nome para o nosso coletivo, não tínhamos uma identidade definida, o nome Unidade Preta foi definido devido ao histórico do coletivo de mesmo nome que surgiu durante a ocupação dos alunos na instituição.

Na Instituição, no ano de 2018, foi contra a PEC 241 e a Unidade Preta Alice Bruno também foi incorporada ao nome por conta do histórico desse coletivo dentro do campus de Seropédica e por toda a luta do coletivo Alice Bruno, então o nosso objetivo principal é: a luta contra o racismo ou sistema de opressão que nos agride e adocece, todos os nossos debates gira em torno desta pauta. Interagimos, nos acolhemos, por meio de rodas de conversas e discussões de filmes e textos, a partir da nossa união percebemos a importância de estarmos presentes em reuniões deliberativas da instituição que permeiam assuntos inerentes à nossa causa e para que tenhamos efetividade solidez nas nossas ações estamos sempre em busca de formação com embasamento teórico. E aí agora falando um pouco do que nós já conquistamos que vai além das diretrizes do coletivo.

Como conquista após muitos diálogos com a Reitoria recentemente: tivemos a formação da comissão que está averiguando e julgando os alunos que fraudaram cotas, que foram denunciados por fraude de cotas e crime de racismo dentro da instituição e além disso contribuimos com propostas relacionadas a essas questões que serão possivelmente incluídos no regimento interno da universidade, após discussões nas instâncias superiores. Falando bem brevemente da comissão de acolhimento para alunos PPI- pretos pardos e indígenas na universidade foi formado uma comissão de acolhimento que ela já existia anteriormente só que por conta da pandemia ela teve que ser tudo online. A comissão é responsável pelo acolhimento dos alunos pretos pardos e indígenas que ingressaram no ano de 2020 na universidade realizamos reuniões para esclarecer sobre direitos e deveres dos discentes para com a Instituição e conversamos sobre o histórico da implementação das cotas no País, assim como toda a problemática e desafios relacionado as pautas raciais.

2.6.2 Fala de um dos componentes do primeiro coletivo de Pessoa com Deficiência- PNE

Caracterização: Homem de quarenta e seis anos, de cor negra, deficiente visual, discursa: “Ao me deparar com todas estas barreiras presentes na Universidade, fiquei “balanceado”, com dúvida em relação a permanecer ou não no curso. Duas pequenas grandes mulheres, professora

Valéria Marques (Departamento de Psicologia) e professora Ana Zinner (Departamento de Letras e professora de Libras) se aproximaram de mim e de minha esposa dizendo fazer parte do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIRural) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)”.

Já quase no meio do primeiro período, surge uma esperança. Era a primeira vez que eu ouvia falar a palavra inclusão dentro da Rural (como é chamada, de modo abreviado, a UFRRJ).

Em um processo de inclusão árduo, com uma logística agora apoiada pelo NAIRural, fui apresentado pela professora Valéria, em 2016, a universitários com necessidades educacionais específicas (NEE) como eu, mas, de outros cursos. Neste encontro, formou-se o trio que deu origem ao Primeiro Coletivo de Pessoa com Necessidades Específicas (Coletivo PNE) na universidade.

Sabemos que a inclusão, como todo processo que envolve seres humanos, necessita de mobilização social. Mobilização esta, resultante não da demanda de um, como “este assunto tratasse só de mim”. Mas mobilização política resultante da ação de um conjunto, pessoas unidas com um vínculo interpessoal, capaz de apresentar demandas que supram as necessidades de todos.

O coletivo não como parte da exclusividade, mas como ação coordenada, luta política de um todo, aproximando-se do tudo, que é expresso na acessibilidade. Acessibilidade refere-se ao respeito e garantia de direito a todas pessoas, dito de outra maneira, qualquer pessoa tem o direito de acessar os bens simbólicos e materiais da coletividade. A consolidação desse coletivo, se deu com sua fundação em 9 de junho de 2016, reconhecido pela reitora Profa. Dra. Ana Dantas e apresentado ao corpo de coordenadores da UFRRJ.

Uma primeira demanda do Coletivo PNE foi dirigida ao NAIRural: era preciso atuar junto à universidade no sentido de garantir os direitos instituídos por lei, entre eles os direitos apontados na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Podemos citar algumas das demandas apresentadas ao NAIRural que obtiveram sucesso no seu atendimento: a) a criação de uma tutoria com bolsa, que acompanharia os universitários com deficiência, buscando suprir a deficiência que por sua vez não está no aluno, mas no meio onde esse é inserido.; b) a criação de uma bolsa PNE (Pessoa com Necessidade Específica), que possibilitou a mim, por exemplo, a compra do mesmo notebook que transcreve essas palavras; Antes de continuarmos a falar sobre esses grupos, faz-se de extrema necessidade compará-los em alguns pontos que futuramente serviram de análise capaz de nos aproximar de nosso objeto de pesquisa, que nos enveredou até aqui, contido no estigma internalizado.

Quanto ao momento da criação dos grupos, percebemos que o coletivo (UPAB), não tinha a mesma intenção no início da formação do grupo como apresentado na fala de seu representante, que a princípio sinalizou ser um grupo sem a intenção de levantar demandas, contudo alguma coisa mudara diante das demandas e necessidades, agravadas com a participação do grupo no movimento de ocupação organizados por alunos em 2018 contra PEC. 241, nesse ponto somente ai, o coletivo busca uma identidade, se une a outro grupo e forma o grupo de alunos negros que militariam por suas demandas. Do outro lado o primeiro coletivo de Pessoa com Deficiência, já nasce com essa intenção, de ter voz, de aparecer, de ser reconhecido.

Nesta breve colocação do principal objetivo dos grupos em um primeiro momento, percebemos que de um lado os negros acordavam para uma realidade latente e vergonhosa, a discriminação racial, que ínsita a todos a dar um basta, enquanto do outro as Pessoas com Deficiência, precisavam ser visualizados, na posição de doentes eram ignorados e subestimados, iniciando a formação do grupo com uma única intenção: ter voz, falar, ter visibilidade.

A marca o estigma tem aqui duas faces que se fundem, de um lado a discriminação racial, do outro o preconceito contra a Pessoa com Deficiência, ambas segregadas do meio social, se o negro luta para ter um espaço, a Pessoa com Deficiência luta para ser vista.

Em um segundo momento, confirmamos que é no contato social, isso entre as partes do corpo acadêmico, onde principalmente os negros evidenciam uma miséria simbólica, desenvolvida pela estigmatização por parte do outro, tendo seu auge no estigma quando internalizado.

Em semelhante configuração podemos visualizar no caso das Pessoas com Deficiência, sobretudo com uma marca na maioria das vezes, não contida na cor ou na classe, mas visível, uma diferença que limita diante a classificação do nível de perfeição, a facilidade desse grupo em ter esse estigma já internalizado se faz bem maior na maioria das vezes.

Me detenho aqui por um breve momento, como é de praxe para esclarecer o conceito citado acima, miséria simbólica. Na contramão ao capital simbólico de Bourdieu, a teoria que surge com esse conceito de nossa autoria, revela parte do produto que alcançamos, onde o estigma internalizado, colocado por nós como o estágio mais elevado dessa miséria, diminui a autoestima desse aluno e ainda que não fiquem presos a uma autocomiseração, tem ela revelada e acordada todo instante no contato social.

Tanto esse como todos os outros conceitos não foram os objetivos desse capítulo, contudo nos permitiram tecer como que por fios a tessitura que compõe a exata harmonia entre esses, e o objeto de nossa pesquisa, revelando a subjetividade da pessoa institucional, flexionada por vínculos e relações de interdependência com os grupos, ou mesmo diretamente com os alunos.

Um mergulho a essa estrutura pareceria simples se o nosso objeto fosse quem sabe físico, mas é por sua abstração, que o fragmentamos em partes (Universidade, grupos e alunos), com isso conseguimos nosso principal objetivo, que era dar vida a pessoa da (UFRRJ), nos permitindo mostrar que se no início Nossa pessoa era simples e do campo, bem lá no início da criação do campus de Seropédica, onde o que se buscava era uma autonomia, como experiência obtida na obra de OTRANTO (2003), na década de sessenta a corrida pela expansão até os dias de hoje, com experiência a obra de SILVEIRA (2011), provocou-nos a evidenciar ainda que superficialmente, visto não ser o objetivo desse capítulo, a acareação dessa pessoa diante o estigma internalizado.

A luta da pessoa institucional pela autonomia, a expansão, as mudanças, os conflitos internos, as relações estigmatizantes antes e depois da troca de Ministério por parte da (UFRRJ), o processo de integração dessa, faz-se semelhantes aos dos alunos. Com isso podemos definir integrar como: colocar em um meio, esperando que essa pessoa se consiga por seus próprios esforços se igualar a um único grupo homogêneo. Imaginemos alguém que cuidava da roça em um espaço de tempo aproximado de quarenta anos, nesse caso coloquemos a década de noventa, tendo que se deparar com a Química, a Física, Administração e uma série de outros cursos a direcionar suas perspectivas.

Diante a toda essa conjuntura, podemos com base nos conceitos que recortam essa pesquisa, por sua vez já bem explorados por BARROS (2018), constituir as seguintes equações:

Diferença+ diferença+ equidade=igualdade

Diferença + diferença+ indiferença=desigualdade

3. Caracterização das pessoas do (UPAB) e (PNE)

Como podemos observar o trabalho no início da Dissertação, estruturado em dar pessoalidade a instituição (UFRRJ), expande-se agora para outras duas pessoas ((PNE) E (UPAB)), Instituições que se formam em uma necessidade comum. Veremos em pesquisa por meio de questionário único, semelhanças e diferenças, onde ambas conduzem a um denominador comum, o estigma internalizado três análises de casos de alunos de cada grupo, visando dar vida a essas pessoas, representadas agora no corpo dos grupos. Há quem diga: mas o grupo não é o todo? Então eu respondo: o todo são as partes de um tudo, logo os alunos selecionados têm total alteridade ou mesmo autoridade para falar em nome do grupo. Por que não dizemos que cada aluno se identifica em uma só pessoa institucional?

Pois bem, agora esclarecido a que pessoas nos referimos, analisaremos daqui por diante os questionários preenchidos por cada um dos alunos. Com três alunos em cada um dos grupos, faremos das respostas traços de uma identidade comum dentro das pessoas do (UPAB) e (PNE).

As perguntas embasadas aos grupos Unidade Preta Alice Bruno- UPAB e Pessoa com Necessidades Específicas- PNE, se dispõem em um único corpo de dez perguntas juntas, por terem como ligação de análise o estigma internalizado ou não.

O questionário desenvolvido, visa compreender a realidade vivida por alunos que possuem uma História, onde as lutas e buscas por reconhecimentos os acompanham por mais de um século, muitas das vezes na posição de grupos menos favorecidos.

Dentro dessa conjuntura analisaremos como em um acorde musical. Representado por três notas distintas, que falam, mas não propriamente dentro de uma particularidade única, todavia consensual quanto ao corpo do acorde, harmonizam-se deixando fluir uma única melodia. Dessa forma se avaliamos em momentos as notas, ou os alunos em suas particularidades, seja em parte o resultado busca caracterizar uma só pessoa, a saber as pessoas institucionais (UPAB) e (PNE).

3.1 Questionário ao Primeiro grupo de Pessoa com Necessidades Específicas- (PNE).

3.1.1 Questão (I)

I. Qual sua formação, quando entrou na Universidade? Qual o seu papel dentro do grupo, (membro, secretário, colaborador, etc.)? Quanto tempo faz parte?

Respostas:

Aluno PNE1/3

Caracterização: mulher branca, aparentando entre trinta e trinta e oito anos, deficiente motora, responde:

Graduação Plena em Física, com início em 2013, coordenadora desde a fundação em 2015. Aluno PNE2/3

Caracterização: Mulher branca, aparentando entre vinte e vinte e cinco anos com deficiência motora.

Membro

Geologia 2020-1

Aluno PNE3/3

Caraterização: Homem branco aparentando entre vinte e vinte e cinco anos com deficiência auditiva.

Membro

Curso pedagogia

Entrada em fevereiro 2020

E-mail: betinhonit@hotmail.com

Análise a primeira Resposta da pessoa do (PNE).

Podemos verificar nas posições dos alunos como parte do grupo, uma experiência que se renova da origem aos dias atuais, isto é apresentado facilmente quando vemos que um deles é um dos fundadores desde 2016 e outros ingressaram em 2020. Um processo que para esta pessoa institucional comporta todo um amadurecimento, indo da Licenciatura ao Mestrado. Dando a este a sua primeira característica, de pessoa experiente.

3.1.2 Questão II.

II. Em algum momento na sua carreira acadêmica você sofreu algum preconceito, se sofreu conte com detalhes?

Respostas:

Aluno PNE1/3

Sim, tanto por ser mulher quanto por ser PcD. Por ser mulher sempre havia um menosprezo a minha capacidade em disciplinas de exatas, até mesmo havendo indignação por parte de homens do curso quando minhas notas eram melhores que as deles, onde em uma situação específica fui até chamada de “desgraçada”. E como PcD em vários momentos duvidaram da minha capacidade em continuar no curso após ter sofrido o acidente que me deixou sequelas, e houve um momento onde foi dito claramente, e na minha presença que “ninguém tinha nada com isso se eu estava numa cadeira de rodas” quando pediram para eu fazer uma atividade logo no primeiro grupo e não precisar retornar outro dia a universidade por conta da dificuldade de deslocamento.

Aluno PNE2/3

Não de forma maliciosa, mas há uma constante tentativa de ajudas sem necessidade. O que acaba sendo uma demonstração de carinho também!

Aluno PNE3/3

Sim, houve vários fatos. O mais comum é mesmo pessoas sabendo da condição de surdez, se aproveitam para isolar o diferente ou participarem de atividades onde a acessibilidade não está presente. Isso compromete com vínculo social e aprendizado de todos.

Análise a segunda Resposta da pessoa do (PNE).

Aqui podemos verificar facilmente três pontos que perseguem a Pessoa com Deficiência:

. A Segregação que os persegue desde um primeiro momento quando estes deixaram de ser considerados doentes; condições de incapazes, quando suas deficiências não são reconhecidas ao ponto de serem interrogados sobre o que verdadeiramente necessitam;

Outro ponto bem claro de segregação, podemos observar em uma inclusão mal feita. Segundo Lanna Jr. (2010) o período do tratamento com as Pessoas com Deficiência se estende do início do século XX, chegando no seu meado com uma proposta de integração, para melhor explicar este conceito faço minha as palavras de Sasaki (2005) apontando marcos do processo de transição do paradigma da integração para a inclusão: o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1983), as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1994), ambos da Organização das Nações Unidas, e a Declaração de Salamanca (1994), da Unesco. Todos os documentos valorizam a conscientização da sociedade quanto o lugar da deficiência.

Uma integração das Pessoas com Deficiência, se define em colocar essa pessoa em um ambiente sem as mínimas condições de recebê-la ou mesmo mantê-la, fazendo com que esta venha a tentar se incluir ao invés de ser incluída.

Nesta conjuntura conseguimos constituir mais uma característica a pessoa do (PNE), estigmatizada em caráter internalizado. Para isto basta que consideremos duas das respostas e veremos, que tanto o excesso no cuidado, como o descaso com as necessidades, diferente a dos outros alunos, trazem no contato social um aumento a baixo autoestima, configurando-se antes em duas possibilidades:

. Na marca presente no aluno, que em contato com o grupo internaliza sua marca a essa pessoa institucional.

. Na marca presente no grupo, onde como pessoa institucional envolve esse aluno, unificando os pensamentos como forma de subsistência.

Bastou uma pergunta com respeito ao preconceito sofrido, que sentimento de inferioridade é expulso de dentro para fora, o mesmo que em algum momento da vida fora entronizado dentro da pessoa, agora serve de alerta e defesa contra possíveis casos de segregação e discriminação destes grupos.

3.1.3 Questão III

III. Se lembra de ter se sentido deprimido alguma vez dentro da Universidade, acrescente os motivos e causas se possível?

Respostas:

Aluno PNE1/3

Várias vezes, principalmente pelas sequelas do acidente onde eu sentia muitas dores e não havia nenhuma acessibilidade na instituição que pudesse amenizar a situação. Algumas vezes pela “implicância” de outros discentes e até mesmo por parte de docentes do meu curso.

Aluno PNE2/3.

Várias vezes, porém nenhuma delas envolveu diretamente minha dificuldade de locomoção, eu precisava me organizar melhor por conta das distâncias.

Aluno PNE3/3.

Sim, muitas vezes e toda vida acadêmica teve momentos de desistir por não haver condições de concluir. Porém pela minha insistência, eu precisei de atestado de insuficiente, para então pleitear as condições e conseguir êxito.

Análise a terceira Resposta da pessoa do (PNE).

Para uma análise sobre a depressão, com base nas respostas dos alunos (PNE), que responderam: várias vezes e muitas vezes terem sofrido de depressão dentro da Universidade, podemos salientar, que: o vazio e tristeza sintomas agravados com a falta de prazer e desejo, fazem desse aluno refém do estigma internalizado.

Explicando esta construção e como chegamos nela, caminhemos paralelamente.

Se para alguns o mal do século é a depressão, para CURY (2013) em sua obra “Ansiedade:

Como enfrentar o mal do século”, esse mal é estimulado pela aceleração dos pensamentos nos dias atuais.

Quando cogitamos que entre as características da ansiedade, estão: depressão, estresse e pânico. Observamos que além de estar na disputa como a doença que mais aflige a humanidade, a depressão aqui pode ser medida ou ainda caracterizada pela incapacidade de: controlar a situação, por parte dos alunos no entorno. Ponto bem salientado nas três falas, que anunciam a posição desses diante uma situação que envolvia um despreparo, não dos alunos, mas da pessoa institucional em recebê-los. Fato que dá a estes a característica de pessoas resilientes, por não se deterem aos obstáculos ou mais do que se integrarem-se, reconstituírem diante a cada obstáculo, confirmam essa condição.

3.1.4 Questão IV

IV. O que você acha das leis de Cotas, no que se refere a sua condição como aluno, isso é as oportunidades e a aceitação por parte dos colegas?

Respostas:

Aluno PNE1/3

Infelizmente muitos entendem como um “privilégio” ou “vantagem” fornecida, não percebem todas as demandas adicionais que acabamos tendo pela falta de estrutura ao longo da formação escolar e até mesmo da própria graduação.

Aluno PNE2/3:

Sinceramente, é uma complicação tão grande por conta dos documentos que entrei por AC, porém eles não teriam problemas!

Aluno PNE3/3:

Bem, eu em momento algum usufruir das cotas. Todas as minhas conquistas por não haver dentro das cotas condição para me candidatar e todas foram em ampla concorrência. Mas sei que quem as utiliza precisa ou deveria precisar para se manter a equidade societária.

Análise a quarta Resposta da pessoa do (PNE).

A consciência da importância das Cotas e toda burocracia envolvida para obtenção desses direitos, afastam as possibilidades fazendo com que a livre concorrência seja a única opção mais plausível para maioria dos alunos.

Ao responderem, que: demandas são diferentes, onde os padrões burocráticos devem ser reavaliados e o que se interpreta por privilégios se confirmem verdadeiramente em Leis. Concede a essas a característica de pessoa esclarecida mediante seus direitos e opções propostas pelo Sistema.

3.1.5 Questão V

V. Como você se definiu ontem e se define hoje dentro da Universidade?

Respostas:

Aluno PNE1/3:

Eu entrei na universidade sem muitas expectativas por conta da idade, depois de todas as dificuldades eu hoje me esforço para não desanimar por perceber que parte das pessoas que supostamente estão lá para garantir nossos direitos mais nos atrapalham do que garantem alguma coisa.

Aluno PNE2/3:

Sempre fui uma aluna aplicada, com dificuldades em algumas matérias, mas acho que todo mundo tem algumas dificuldades em determinadas coisas. Então, concluo que sou uma aluna apaixonada pelo que faço.

Aluno PNE3/3:

Acredito que houve uma melhor em crescimento, conhecimento, oportunidade. Mas todas as conquistas dependem de nossos esforços, posso dizer que hoje serei sempre melhor que ontem e sempre estarei motivado para seguir em frente.

Análise a quinta Resposta da pessoa do (PNE).

Com base nas respostas, podemos verificar na consciência do seu lugar como Pessoa com Deficiência, na paixão pelo que faz e na fé, características de uma pessoa confiante.

Alunos que encontraram no grupo confiança, parte de sua identidade confirmada no outro, uma melodia formada por acordes que se identificam nas notas.

3.1.6 Questão VI

VI. Como você entrou para o grupo, quais eram suas expectativas, hoje mudaram ou permanecem as mesmas?

Aluno PNE1/3:

As expectativas eram as mesmas, mas a intensidade delas só aumentou com todas as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, a necessidade de lutar por condições melhores e respeito só se intensificam a cada dia.

Aluno PNE2/3:

Na verdade, eu não tinha expectativas. Havia inclusive um certo receio, pois já vi em muitos lugares uma "disputa" (Como se a minha dificuldade de locomoção, que por vezes se torna uma locomoção nula, não fosse tão importante como outras comorbidades). Como sempre fui muito bem tratada e acolhida pelo grupo, creio que me sinto bem em relação a ele.

Aluno PNE3/3:

Eu entrei para o grupo perguntando e procurando uma forma de me socializar. Não havia expectativas, por isso, acredito que toda conquista foi e será bem-vinda. Hoje ainda busco melhorias para aqueles que necessitam mais do que eu.

Análise a sexta Resposta da pessoa do (PNE).

Diante dessas respostas, verificamos um processo de engajamento, que se configura, caracterizando no ato da resposta, uma pessoa engajada a um corpo, a pessoa do (PNE). A dificuldade em se encontrar como pessoa igual foi o ponto salientado por ambos os alunos, havia uma necessidade de apoio por parte não dos semelhantes, como se uma deficiência pudesse ser comparada a outra, mas sobre tudo daqueles que buscavam as mesmas demandas dando condições para serem ouvidos ao invés de serem tratados como doentes.

3.1.7 Questão VII

VII. Se há preconceito, quando você consegue visualizar o preconceito, seja nos colegas ou Universidade, exemplifique se possível?

Respostas:

Aluno PNE1/3:

Sim há. Percebo pelos olhares de piedade ou desprezo. Quando me desloco pelas áreas do campus, em geral com muita dificuldade, e as reações mais recorrentes são os olhares de piedade ou incomodo quando preciso pedir mais espaço para conseguir me deslocar. Algumas pessoas se incomodam e ainda olham com cara feia. Mas também há quem ofereça ajuda. Mas o maior preconceito pra mim, foi acharem que eu era obrigada a ficar em casa quando me

acidentei, sempre com o argumento de “não é necessário você ter que passar tanto transtorno só pra vir a aula, peça exercício domiciliar e depois você volta”, essa escolha era minha e de mais ninguém.

Aluno PNE2/3:

Não há preconceito direto, eles inclusive me perguntam como vou querer liderar o campo, para ser feito no meu ritmo. Tenho uma aceitação e uma turma muito boas!

Aluno PNE3/3:

Todo preconceito é um pré-conceito, onde as pessoas ou instituições tem características culturas de separar o diferente. Eu visualizo no sentido de isolar para não agregar um preconceito.

Análise a sétima Resposta da pessoa do (PNE).

Vemos por parte dos três alunos uma consciência do preconceito presente, contudo ambos concordam que a chave para vencer o conceito preconcebido, está no conceito de aproximação, que avaliamos nesta pesquisa, único capaz de diminuir os efeitos contidos em nossa teoria, presente na Miséria Simbólica. Verdadeiramente a aproximação gera um conceito sobre o outro, dando a alteridade que precisamos para vencer toda forma de preconceito entre os seres humanos.

O preconceito, como processo é extremamente relevante, com tudo como assimilação faz-se tão reprovável quanto o conceito fixado como verdade. A ação em internalizar esse preconceito em nosso todo é mutável, diferente do conceito constituído, que por ter suas raízes no consenso, fala em nosso lugar, fazendo com que cheguemos mais próximos do estigma internalizado, através do conceito, uma vez que a concepção varia tanto externa como internamente ao ser.

Posto essa relação, conseguimos compreender que ambos precisam ser confrontados a outros conceitos pré-elaborados ou ainda consensuais, o que nos leva em um caso entre pessoas a uma interpessoalidade e em casos particulares a uma intrapessoalidade

Como o todo se fixa nas partes e o tudo no todo, sem trocadilhos, conseguimos a todo instante confrontar tanto a rede de relações internas quanto externas a essas pessoas, fixando a pessoa do (PNE) a característica de altruísta, visto sua sensibilidade em confrontar o preconceito como um processo a ser vencido com a aproximação.

Conseguimos entender que o preconceito exposto por cada um dos alunos, se revela na ignorância do outro, de forma que o egoísmo desponta como contraria a proposta desse grupo

Diante a essa feita, caminhamos até acabarmos de constituir as pessoas do (PNE) e (UPAB), assim como feito a pessoa da (UFRRJ), possibilitando-nos adentrar as suas intimidades em uma análise interna, observando o estigma internalizado. Em um processo diferente de outras pesquisas, buscamos verificar a ação do todo ou melhor da pessoa social com vista as suas partes internas formadas pelo corpo de alunos aqui representados.

3.1.8 - Questão VIII

VIII. Você acha que suas dificuldades dentro da academia são agravadas por sua raça, ou no caso de Pessoa com Deficiência, agravado pela mesma, se sim ou não, poderia falar um pouco?

Respostas:

Aluno PNE1/3:

Muito, tanto pela dimensão do campus quando pela estrutura dos prédios. A falta de acessibilidade em corredores, banheiros, entrada e saída dos prédios, ligações entre prédios e também com os estacionamentos, entre tantas outras falhas estruturais, além da falta de planejamento para a parte pedagógica e das atividades desenvolvidas no curso.

Aluno PNE2/3:

Não! Minha dificuldade é a locomoção entre os prédios, então, eu conseguindo me organizar para levar o tempo necessário, não sinto a dificuldade além do que seria a natural.

Aluno PNE 3/3:

O desafio diário de luta é para todos, a PcD, Raça ou qualquer grupo destacado do “Comum” pela sociedade, tendem a ter suas atividades e necessidades mais dificultadas. Porém é comumente aceitável os desafios por não pertencer ainda a sociedade justa e igualitária. Cabe a cada um pertencente de qualquer grupo, incentivar os demais a fim de amenizar esse agravamento.

Análise a oitava Resposta da pessoa do (PNE).

Levando em conta as três respostas (muito, não e pouco), conseguimos observar no a consciência da falta de estrutura institucional, uma procura por parte destes em se adequar as condições do ambiente, um diálogo que nos leva as barreiras atitudinais.

Apesar de em outras respostas falarmos da integração dos alunos a instituição, compreendemos com base nas pessoas (UFRRJ), (UPAB) e (PNE), que para vencermos com a principal barreira na acessibilidade, a todos sem exceção é preciso um comportamento atitudinal/ pessoa institucional positivo. Processo que faz destes grupos uma ponte significativa na aproximação entre essas pessoas institucionais.

Em um debate mais afrente, veremos que à adaptação parte tanto dos alunos quanto dos grupos. Ainda que as pessoas dos grupos ((PNE) e (UPAB)) adentre a Universidade tendo que se adaptar as suas condições, igual processo ocorre, quando a pessoa da (UFRRJ) tem como obrigação de reconhecer estas pessoas, adentrando em seu meio institucional, tendo que respeitar suas normas e padrões muita das vezes já instituídos. O que dá a esta pessoa a sua principal característica, contida na representatividade, fixando uma multsingularidade, fragilizada no seu todo.

3.1.9 Questão IX

IX. Em uma escala de 0 a 10, qual o seu grau de familiaridade com as seguintes leis: (A) Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei Caó, transformando em crime o que era visto apenas como uma contravenção; (B) Lei nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão- LBI de 2015; (C) Lei Nº 12.711, DE 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) , Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à

proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo observação: não se preocupe se não conhecer, é exatamente sua relação até o devido momento que importa para pesquisa:

Respostas:

Aluno PNE1/3:

A-(0) B-(9) C-(9)

Aluno PNE2/3:

A-(10) B-(10) C-(10)

Aluno PNE3/3:

A-(0) B-(10) C-(10)

Análise a nona Resposta da pessoa do (PNE).

Diante a essas respostas, podemos verificar que a intimidade com as Leis de Cota e da Pessoa com Deficiência, permite a Pessoa do (PNE)um respaldo jurídico, fixando direitos e deveres, resultando em uma autonomia, ainda que na pessoa do grupo, podemos identificar na fala desses alunos uma alteridade das partes sobre o todo, resultando em uma autonomia, única capaz de dar voz e principalmente visibilidade a essa pessoa. Confirmando sua independência representativa.

3.1.1.1 Questão X

X. Diante a toda diversidade e multiplicidade de grupos dentro do campus da (UFRRJ) em Seropédica, qual seria sua sugestão hoje em 2021 para uma inclusão satisfatória?

Respostas:

Aluno PNE1/3:

Primeiro ouvir o público alvo da inclusão que se deseja promover, é impossível ser inclusivo excluindo as pessoas de explicarem o que elas precisam. Há situações comuns entre um mesmo grupo, mas a quantidade de situações diversas é muito maior.

É preciso planejar antes de receber esse público e para promover inclusão de fato é necessário incluir as pessoas em todo planejamento após a sua chegada para as adaptações que possam surgir com o tempo.

Aluno PNE2/3:

Uma melhor acessibilidade dos prédios, um caminho para fazer a caminhada para os campus de forma segura!

Aluno PNE3/3:

Divulgação das necessidades dos grupos, cursos com aprendizagem em inclusão, participação de toda esfera da Universidade (Docentes, administrativos e discente), comprometimentos de todos como universidade. E comportamentos de crescimento grupal como empatia, esclarecimentos das necessidades, acompanhamento de acordo com a necessidade, e inovação para sempre manter melhor convívio e qualidade de vida.

Análise a décima Resposta da pessoa do (PNE).

Mediante as respostas dos três alunos, no que diz respeito a uma inclusão positiva, observemos que as barreiras atitudinais sobressaem as: comunicacionais e estruturais, fazendo dessa consciência por parte deste, a confirmação de uma pessoa de comportamento atitudinal positivo, portanto solidária;

Posto as falas e suas análises, podemos agora de maneira segura apresentar a pessoa do (PNE), como:

Nascida em 2016, com a união entre três alunos, hoje possui mais de vinte pertencentes ao grupo. Uma reunião foi feita ao fim de 2019, em pleno jardim do Pavilhão Central- (P1), tendo como principal pauta: a eleição de novos dirigentes, pois parte estava para se formar e outros iriam para o Mestrado. A decisão tomada unanimemente foi com base no lema do grupo “Nada sobre nós sem nós”. Diante disso foi acordado entre os seis presentes, que não haveria mais títulos, mas que todos ali presentes se engariam uns pelos outros mesmos estando no Mestrado ou Doutorado.

Para uma compreensão dessa pessoa elenquemos aqui suas principais características, no intuito de melhor viabilizar o debate mais para frente nesta Dissertação:

Experiente; estigmatizada em caráter internalizado; Resiliente; Esclarecida; Confiante; Engajada; Desprendido; Fragilizada; Autônoma; Solidária.

3.2 Questionário ao grupo Unidade Preta Alice Bruno- (UPAB) -2021.

3.2.1 Questão I

I. Qual sua formação, quando entrou na Universidade, qual o seu papel dentro do grupo, (membro, secretario, colaborador, etc.), quanto tempo faz parte?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Caracterização: Mulher negra, aparentando vinte e dois a vinte e cinco anos, .

Eu componho como membra do coletivo desde 2019.

Aluno-UPAB2/3:

Caracterização: Homem negro, aparentando entre vinte e três e vinte e cinco anos.

Sou membro do Coletivo a 2 anos e 5 meses, encerrando minhas atividades/responsabilidades no grupo no mês de fevereiro, pois me formei no fim de 2020.

Marcos Vinicius da Conceição Braz

Aluno- UPAB3/3:

Aluno trans. negro, aparentando entre vinte e vinte quatro anos.

Sou educanda no curso do LEC, Licenciatura em Educação do Campo, faço parte a 2 anos deste coletivo e sou membro.

Análise a primeira resposta da pessoa do (UPAB)

Podemos dizer que a experiência também se faz presente não só pelos 2 anos apresentados por cada um dos participantes, mas sobre tudo com relação ao grupo ao qual fazem parte. Palco de profundos conflitos ao longo da História, as lutas raciais são reavivadas a cada instante em que há uma discriminação racial no mundo.

3.2.2 Questão II

II. Em algum momento na sua carreira acadêmica você sofreu algum preconceito, se sofreu conte com detalhes?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Sim. Uma vez fui no P1 porque precisava de um documento e uma secretária da PROAES e ela ficou fazendo perguntas sobre o meu cabelo e disse: “Em você fica legal, mas tem gente que fica feia porque não combina”.

Aluno-UPAB2/3:

Na academia nunca sofri o preconceito escancarado, mas ocorreram algumas situações sutis na fala do outro, que configura racismo. Como por exemplo, ao tirar uma nota baixa em uma matéria do meu curso, o professor verbalizou que como aluno negro/cotista eu tinha obrigação de me dedicar mais do que os outros alunos.

Aluno- UPAB3/3:

- Sim, algumas contáveis vezes, por ser uma mulher travesti na universidade onde só existe 1% de alunes trans., difícil é não passar por alguma invisibilidade

Análise a segunda resposta da pessoa do (UPAB)

Quando observamos a resposta dos três alunos percebemos que o preconceito segundo eles não se dirige diretamente a raça, mas como bem apresentou em sua obra “Cidade Febril” Sidney Shalhoub acrescenta: após o fim da escravização, o processo de desumanização apenas se reconfigura, o racismo agora implícito e o que era escravo é sempre lembrado por vestígios de uma marca já internalizada na maioria dos casos.

De forma que seja no cabelo, no gênero ou ainda relacionado a demandas, para o psiquiatra e psicólogo Augusto Cury, todo contato pode vir a provocar disparos de memória do tipo Killer, que como já vimos são as más memórias, podendo vir à tona em um contato com o outro. Colocando que se estas memórias são também os estigmas já internalizados, podemos caracterizar essa pessoa como detentora do mesmo mal.

3.2.3 Questão III

III. Se lembra de ter se sentido deprimido alguma vez dentro da Universidade, acrescente os motivos e causas se possível?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Sim. Como coletivo, estamos há dois anos tentando que um crime de Racismo, por parte de aluno contra um professor, consiga dar em alguma justiça. Mas ficamos sabendo ano passado, durante a pandemia, que a pessoa já estava formada e num mestrado. Foi um momento muito difícil porque parece que tudo que eu tinha feito até ali tinha sido jogado no lixo. Até hoje isso me abala no sentido de que “será que vale a pena continuar com esse ativismo já que nunca dá em nada?”. E é muito complicado porque essa impunidade teve ajuda, fundamental, da própria Instituição e, principalmente, do Reitor Barbara pois ele recebeu a denúncia das nossas próprias mãos prometendo que o racista não sairia ileso, mas não cumpriu o que prometeu já que assinou a colação de grau do rapaz. Acho que ser uma pessoa que está num grupo desprivilegiado, tendo a noção da sua posição dentro da, estrutura social, política e econômica racista em que vivemos, estar deprimido é quase parte da rotina.

Aluno-UPAB2/3:

Me senti deprimido nos momentos de dificuldade financeira, onde pensei que não conseguiria dar seguimento na graduação.

Aluno- UPAB3/3:

- Me senti oprimida pelos funcionários da instituição, pelo fato, da própria, não capacitar seus profissionais para ter contato com a gama de diversidade que ela possui e com isso, passei alguns constrangimentos, no refeitório, na parte administrativa.

Análise a terceira resposta da pessoa do (UPAB)

Diferente da pessoa do (PNE), que relaciona a depressão firmada na falta de controle externo do indivíduo, condicionada a uma provável fragilidade internalizada. A pessoa do (NUPAB) tem como resposta um sentimento de frustração semelhante a todos que sofrem de

depressão. Concluímos nesse ponto que a mesma pergunta que dá a pessoa do (PNE) a condição de resiliente, que se transforma no confronto, dá a pessoa do (UPAB) um sentimento de insegurança, fixando a característica de insegura frente as dificuldades impostam por uma sociedade injusta e desumana.

3.2.4 Questão IV

IV. O que você acha das leis de Cotas, no que se refere a sua condição como aluno, isso é as oportunidades e a aceitação por parte dos colegas?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Eu acho incrível e uma conquista enorme que foi resultado de anos e anos de reivindicação do movimento negro e dos movimentos sociais que se debruçaram/debruçam na discussão do acesso à direitos básicos como a educação. Eu ingressei na Rural através de cota racial, escola pública e renda e acredito que sem a existência delas eu não conseguiria alcançar o ensino superior público. Não porque penso que eu seja menos inteligente ou tenha menos capacidade do que qualquer outra pessoa, mas devido as condições de acesso à educação que tive durante minha formação no ensino fundamental e médio. E, acho importante dizer que, mesmo que eu tenha ingressado por cotas sociais isso não foi uma tarefa fácil, as vezes sinto que ao ser cotista na imaginação de alguns parece que é nos dada de mão beijada, porém não é assim. Eu tive que fazer durante dois anos um pré-vestibular social para poder conseguir recuperar o que não me foi passado durante meu percurso escolar básico. E, o que eu acho é que depois que você consegue acessar a tarefa mais difícil é conseguir se manter dentro dela (Universidade) seja por motivos financeiros, de acessibilidade, de pertencimento. Por partes dos colegas nunca ouvi nenhuma oposição, nem dos professores nem de pessoas da minha convivência. Acredito que isso se deva bastante por eu estar no Curso de Ciências Sociais, mas com certeza, em outros cursos, a não aceitação possa ser bem grande.

Aluno-UPAB2/3:

As leis de Cotas são fundamentais para o ingresso daqueles que não tem condição ou oportunidades de estarem inseridos num ensino de qualidade. O fato foi um marco para inclusão dos menos privilegiados na academia, e se faz necessário defender essa lei sempre que a mesma estiver em ameaça.

Aluno- UPAB3/3:

Acho muito importante, pois é através dela que consegui entrar na universidade e outros também, e com isso, vejo que se torna possível o acesso de pessoas pobres ao ensino superior.

Análise a quarta resposta da pessoa do (UPAB)

Todos os alunos respondem em um caráter altruísta, considerando a importância da Lei de Cotas a todos os alunos menos favorecidos.

Uma luta que ecoa a muito mais tempo que a formação do próprio grupo, representatividade, fala mais alto, a voz do (UPAB) rege a opinião comum.

Exemplificarei melhor, afim de entendermos o conceito altruísmo: Vejamos um casal pobre, que passava por um momento de dificuldades financeira e lhe é requisitado uma ajuda por parte de pessoas em piores condições econômicas e até mesmo de saúde, esse mesmo casal não hesitou apesar de não ter dinheiro, tinham amigos intercederam em um grupo de WhatsApp, ao ponto de angariarem dinheiro para o medicamento e duas sextas básicas. A moral da História pode ser definida assim:

Altruísmo= au/ tro/ismo, onde au- se refere a algo automático; tro- refere-se ao outro; ismo- referindo-se a pratica.

Portanto a sensibilidade com o outro quando automática torna-se em pratica, deixamos de lado o egoísmo e passamos a ser altruístas, como no caso acima analisado, ponto bem revelado em um acorde perfeito na valorização das Cotas, mesmo por parte daqueles que não precisavam. Se apesar de não precisarem, não conseguissem enxergar o outro seriam egoístas.

3.2.5 Questão V.

V. Como você se definiu ontem e se define hoje dentro da Universidade?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Eu entrei já sabendo que a estrutura da Universidade refletiria muito o que somos enquanto sociedade, sabia que teria todos os tipos de preconceito e injustiças que acreditamos não haver nela devido ao seu teor democrático. Durante todo meu percurso até aqui só me fez reforçar o que eu já pensava sobre o ambiente universitário não por “achismo”, mas devido aos desfechos dados em relação a vários assuntos e acontecimentos como: estupro, assedio, racismo, machismo etc. A grande dificuldade que tenho até hoje é com a nossa grade curricular, nós temos uma diferença dependendo de alguns cursos, mas elas são mínimas, em sua grande composição curricular é formada apenas por teorias brancas sem questionamento social – as vezes bem racistas – que nos leva a um grau de zero diversidade sem levar em consideração que somos um Mundo muito diverso em sua caminhada e formação histórica. Entendo que a Universidade me possibilitou uma expansão de horizonte, mas grande parte dessa ampliação veio por vontade minha e não porque foi algo incentivado pela Instituição. Hoje, tento me enxergar como um ser humano, acima de qualquer coisa, para tentar não ser engolido por toda essa desigualdade Institucional e acredito que se eu entrei achando que seria uma passagem com grandes críticas a essa hegemonia em que se coloca a Universidade eu vou sair reforçando que precisamos criar um ambiente melhor e mais crítico na prática, sair da teorização, para construirmos um ambiente menos racista, menos preconceituoso, menos europeu.

Aluno-UPAB2/3:

Antes da academia não tinha tanta dimensão do meu potencial. Hoje sei o que quero e aonde desejo chegar.

Aluno- UPAB3/3:

Ontem eu me definia esperançosa, pois ela me daria acesso a conhecimentos que só a ótica da instituição poderia me oferecer para me desenvolver seja lá qualquer área que fosse. Hoje eu já não sei o que será das universidades públicas por conta do desgoverno atual onde a intenção do atual presidente é atingir o acesso à educação de todos.

Análise a quinta resposta da pessoa do (UPAB)

Em observação as respostas de cada aluno, conseguimos identificar o grau de esclarecimento dessa pessoa diante a todos obstáculos presentes em todo o corpo institucional que contempla tamanha diversidade étnica, cultural e social. Concluimos, que o esclarecimento expulsa o pessimismo e concretiza a característica de realista a pessoa do (UPAB).

Todo o contato entre alunos e pessoa da (UPAB) e (UFRRJ), segundo as partes desse acorde contido na tríade, Hage e reagem em todo tempo.

3.2.6 Questão VI

VI. Como você entrou para o grupo, quais eram suas expectativas, hoje mudaram ou permanecem as mesmas?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Entrei devido a necessidade de dividir e desabafar agonias que nem sempre são entendidas pela sociedade, pelos nossos familiares, pelos nossos próprios professores enfim, externar com pessoas que estavam abertas a ouvir e fazer mudanças juntas. A expectativa do grupo sempre foi conseguir se mobilizar pra nos fortalecermos, cobrar melhorias por parte da Instituição no quesito desigualdade e injustiça racial, levar à comunidade acadêmica debates e reflexões em torno da nossa negritude e, também, estarmos unidos para quando for necessário nos defender. Hoje permanecemos acreditando nisso tudo, apesar de as vezes desacreditar, e continuamos tentando fazer valer o que o movimento negro em si vem se debruçando desde muito tempo, que é trabalhar para ver nosso povo melhor.

Aluno-UPAB2/3:

Desde que entrei na Universidade, em 2014, tinha a vontade de aproveitar tudo que a Instituição tinha pra me dar. Aos poucos fui sentindo a necessidade de entender mais sobre a causa do Coletivo Negro e me tornar um aliado ativo. Hoje as minhas expectativas superaram o que eu imaginava que seria. Uma vez no Coletivo, tive o conhecimento, que nós como alunos temos uma força potente juntos, onde é possível lutar e conquistar pautas que beneficiam todos os discentes cotistas, diminuindo assim a desigualdade dentro do campus.

Aluno- UPAB3/3:

Alguns amigos resolveram reativar o coletivo pelo fato de podermos ter uma representatividade na universidade onde nossas demandas (até os dias atuais) não eram assistidas pela universidade e com isso nos juntamos para pressionar a instituição, minhas

expectativas continuam as mesmas em relação a população de pessoas pretas que na universidade são pouco ouvidas.

Análise a sexta resposta da pessoa do (UPAB)

Diante das respostas dadas pelos três alunos vemos, que a busca por uma representatividade da pessoa do (UPAB) foi unânime. Neste ponto em comparação ao (PNE) vemos que o engajamento foi a solução, diferença significativa, que só alguém que tenha alteridade em ambos os grupos poderia acionar.

No que diz respeito a pessoa do (PNE) vimos que: seu lema sempre foi “Nada sobre nós sem nós”, de forma que a diversidade de dificuldades de tempo prolongado presentes neste grupo, faz com que um deva sempre falar sobre a dificuldade do outro, onde o corpo deve ser lembrado sempre em suas partes, definindo a diversidade de Pessoas com Deficiência de vários tipos.

Visto antes que o tudo permite uma única voz, ocultando a imagem, no caso do (UPAB),” são um no que diz respeito ao preconceito racial”, neste caso o tudo consegue se estruturar representando na imagem e voz as partes.

Diante da exemplificação buscamos aqui esclarecer, o porquê apesar das duas pessoas buscarem representatividade, uma visa ter voz e a outra visibilidade. Onde a figuração das partes no caso da pessoa do (UPAB) é explícita, uma vez que a imagem é comum a todos, dando a estes a característica de pessoa democrática,

A fim de esclarecermos coloquemos assim: o engajamento configura a democracia em suas partes, a representatividade, reflete a mesma no seu todo.

3.2.7 Questão VII.

VII. Se há preconceito, quando você consegue visualizar o preconceito, seja nos colegas ou Universidade, exemplifique se possível?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Como falei antes, a nossa grade curricular, pra mim, é o que demonstra mais como nós damos prosseguimento a ideias preconceituosas. E, grande parte dos professores, mesmo que tenham um discurso progressistas, não se esforçam para haver uma mudança significativa. Lembro de uma situação muito pesada que aconteceu comigo. Na matéria de Ciência Política II estávamos no debate sobre teóricos antigos e um deles era o Santo Agostinho, a professora pediu pra que vissemos um filme que contava um pouco de sua história. Ao fazer a apresentação dele antes de vermos o tal filme ela disse “ele era um homem incomum”, essa foi a descrição dela para ele. Assistindo o filme depois da aula notei que os autores se remetiam bastante ao Continente Africano, mas achei estranho porque todos os atores eram brancos. Decidi parar de ver o filme e fui pesquisar sobre a vida do Santo Agostinho, resumindo, descobri que ele era africano, abriu escolas por lá, era casado também com uma mulher africana, ou seja, ele não era apenas um cara incomum, ele era um homem preto casado com uma mulher preta que tinha filho preto. Ele não era Romano, como até então parecia ser devido a apresentação feita pela professora. Eu fiquei horas chorando de raiva, achando que eu tava maluca, que esse lugar não

era pra mim e quando tive a próxima aula com ela externei toda a raiva que estava sentindo dela e de toda essa institucionalização do racismo. E daí, a gente percebe que mesmo que os professores se dizendo antirracistas eles não fazem o determinado esforço para mostrar que são, de fato, em suas práticas rotineiras. E, o mais interessante é que quando ela apresentou o Santo Agostinho ela não disse onde el tinha nascido, não falou de sua família coisa que tinha feito quando apresentou Sócrates, Aristóteles pensadores brancos. E ao questionar isso ela me respondeu que na matéria não levava em consideração de onde a pessoa vinha, mas sim sua contribuição para a política, porém, ao questioná-la que ela havia feito isso com autores brancos ela ficou sem resposta. Logo, isso tudo demonstra todo um racismo que nos cerca e que se você não estiver atento à algumas coisas a Universidade te sufoca ou te faz acreditar em coisas completamente distorcidas ou mal explicadas reforçando, com isso, toda essa perpetuação da hegemonia histórica contada até os dias de hoje.

Aluno-UPAB2/3:

O preconceito não está apenas na fala explanada, como citei no item dois, mas também no descaso da reitoria com relação a algumas pautas verbalizada pelo coletivo, no qual há uma demora para solucionar o problema.

Aluno- UPAB3/3:

Eu consigo visualizar quando nossas demandas não são prioridades da universidade, quando percebo que pessoas brancas não percebem seus privilégios e fala que é “mimimi” nosso no sentido de exigirmos nossos direitos e respeitos.

Análise a sétima resposta da pessoa do (UPAB)

Verificamos aqui, um consenso por parte dos alunos firmada na denúncia a um preconceito institucional. Outro ponto visível se faz na reação imediata desses alunos, onde toda forma de expressão, seja por um colega, professor ou mesmo instituição, revelasse um conceito preconcebido, impossibilitando um esclarecimento ou mesmo um diálogo entre as partes.

A marca que inflama com o contato social caracteriza essa pessoa mais uma vez como estigmatizada internamente. Tornando-se sensíveis diante de situações como essas.

Com uma aproximação, diferente de um contato casual, o que veremos mais para frente, é que tanto aluno como instituição, permitem se conhecer, ditando sua fala agora sem o estigma antes internalizado.

3.2.8 Questão VIII.

VIII. Você acha que suas dificuldades dentro da academia são agravadas por sua raça, ou no caso de Pessoa com Deficiência, agravado pela mesma, se sim ou não, poderia falar um pouco?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Acredito que sim. Lembro que quando estávamos atrás de respostas sobre o caso de racismo eu falava muito “um dia queria acordar branca pra poder ter a possibilidade de só acordar e levar a vida como uma pessoa normal”. Nas discussões do Ensino Remoto percebi muito que se não tivesse pessoas do PNE nas discussões grande parte das pessoas que tem deficiência seriam muito prejudicadas. Lembro que tentamos, enquanto representantes discentes do CEPE, por muitas vezes colocar alguns integrantes com Deficiência nos grupos de discussão, mas éramos frequentemente ignorados. Por isso acredito sim que pessoas sofram dificuldades por serem não-brancas ou terem alguma deficiência. A própria estrutura física da Rural, dos prédios, da bandeirão, das salas etc. demonstram que dá muito pouca acessibilidade. Então, essas pessoas, ao acordar, não pensam só em viver, mas em formas como essa vivência pode ser menos pior, ou seja, elas estão sempre tendo que pensar em mil coisas ao mesmo tempo.

Aluno-UPAB2/3:

Minhas dificuldades dentro da academia são devido ao déficit de qualidade no ensino médio e o pouco tempo que tenho para me dedicar as matérias por conta do meu trabalho.

Aluno- UPAB3/3:

Acho sim, pelo fato de ter tido uma educação muito defasada nas escolas que passei. A falta de didática/empatia de alguns professores tanto influencia nesse percurso também podem atrapalhar de certa maneira, principalmente nesse formato novo (ECE), dificultam e muito nossa permanência na universidade.

Análise a oitava resposta da pessoa do (UPAB)

Nessa resposta a empatia por parte dos outros, o espaço de voz ou mesmo visibilidade, são posicionamentos, que revelam um ponto comum a todos os grupos menos favorecidos. Contido na falta de acessibilidade, colocamos as barreiras atitudinais como obstáculo a ambos os grupos, onde a dificuldade expressa retira as possibilidades de um otimismo, fixando a esses a característica de pessoa fragilizada, que Hage de acordo com as possibilidades presentes.

A consciência das lutas e da diferença que para alguns se faz na cor, separa segrega, discrimina, ao ponto

3.2.9 Questão IX.

IX. Em uma escala de 0 á 10, qual o seu grau de familiaridade com as seguintes leis: (A) Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei Caó, transformando em crime o que era visto apenas como uma contravenção; (B) Lei nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão- LBI de 2015; (C) Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) , Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo observação: não se preocupe se não conhecer, é exatamente sua relação até o devido momento que importa para pesquisa:

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

A-(0) B-(5) C-(8)

Aluno-UPAB2/3:

A-(7) B-(5) C-(9)

Aluno-UPAB3/3:

A-(0) B-(10) C-(10)

Análise a nona resposta da pessoa do (UPAB)

Percebemos diante dessas respostas, que desconhecimento em parte da Lei 7716 é compreensível, quando vemos análise voltadas as oportunidades dentro da academia, com tudo o que dizer quando se trata de crimes de racismo, marco da demanda de militância do grupo.

Fazendo da Lei de Cotas o centro das atenções, podemos dar a essa pessoa a característica de consciente de seus direitos acadêmicos, com tudo o que dizer sobre as Leis de racismo. Ponto que levanta questionamento como:

Como lutar por uma discriminação racial institucional, sem um prévio conhecimento legal?

Nesta feita, observamos mais uma vez o poder da representatividade em um dos alunos entrevistados, tirando o peso das partes e colocando sobre o todo, não levando em conta o quantitativo, nas sobretudo o qualitativo presente na pessoa do (UPAB) conseguimos converter (1>2) no que diz respeito ao todo. Confirmando a característica não só de consciente a essa pessoa, como antes apresentado, mas acima de tudo esclarecida, na diferença de níveis pontuados as outras Leis.

3.2.1.1 Questão X.

X. Diante a toda diversidade e multiplicidade de grupos dentro do campus da (UFRRJ) em Seropédica, qual seria sua sugestão hoje em 2021 para uma inclusão satisfatória?

Respostas:

Aluno UPAB 1/3:

Penso que é necessário que a Administração num todo da Universidade precisa ouvir esses grupos com o coração aberto e se colocar disposto a se questionar, mudar, contribuir, na prática. Acredito que assim nós podemos com o tempo ir fazendo com que essa inclusão seja satisfatória já que isso beneficia a todas e todos não apenas os grupos

“excluídos”.

Aluno-UPAB2/3:

Resposta deixada em branco.

Aluno- UPAB3/3:

Eu acho que seria ótimo, palestras em rodas de forma mais participativa, onde as pessoas possam experienciar as próprias vivências, diálogos nas salas sobre os coletivos existentes na universidade, pra concluir, um dialogo/interação maior da universidade com os alunos

Análise a décima resposta da pessoa do (UPAB)

Nessa última resposta podemos visualizar uma falta de Interpessoalidade institucional entre as pessoas do (UPAB) e (UFRRJ). O que falta a Universidade na fala dos alunos, fixa a esses a posição de conscientes ante essa rede de relações dentro dos campos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O que configura mais do que tudo maturidade dessa pessoa mediante seu posicionamento.

Características da pessoa do (UPAB): Experiente; estigmatizada internamente; Insegura; Altruísta; Realista; Democrática; Sensível; Fragilizada; Esclarecida; Madura.

Lembrando que as dimensões desta pesquisa, não saem do pessoal para o institucional, antes fazem do institucional uma pessoa comum, capaz de influenciar e ser influenciada a todo momento.

Nesse ponto trazemos debates conceituais, como: o termo interpessoalidade, que acrescentaremos ao fim o termo institucional; comportamento atitudinal, que migramos para comportamento organizacional; vínculo, interdependência, todos com base na pessoa institucional.

Observar as relações interinstitucionais, isso é, nos concentrarmos nas redes de relações que ocorrem entre as pessoas dos grupos e pessoa da Universidade, possibilita-nos neste contato social condensar o que Bourdieu chamaria de Capital Simbólico. Contraste que nos leva a experimentar com vista no estigma, um sentido contrário, ao invés de capital simbólico, miséria simbólica, que aqui confirmaremos como auge do estigma internalizado.

O estigma quando internalizado para muitos teóricos poderia ser mais um estágio dessa marca, que quando sujeitada ao sujeito, por ele se sujeita, internalizando, desta forma deixando de ser apenas uma marca visível aos olhos do outro, fixando as bases de nossa obra, permitindo-nos constituir nosso marco teórico que coloca o termo “miséria simbólica” na contra mão ao “Capital Simbólico” de Bourdieu (1989).

Se o Capital Simbólico com o contato social se manifesta diante a classificação de cada indivíduo, exemplo: uma pessoa com vários títulos acadêmicos ou mesmo a antiga nobreza em torno do rei, conseguem manifestar seu capital. O oposto se faz com a Miséria Simbólica, que no contato permitido de uma aproximação, o preconceito se converte em conceito e como veremos mais afrente estas serão notas que juntas a outras comporão a tessitura, única capaz de revelar possibilidades diante ao quadro traumático vivido por alunos com o estigma já internalizado.

Exemplificar melhor o termo, miséria simbólica, se faz necessário, sobre tudo como representações de alguma carência diante do confronto em sociedade, contudo isto só será possível quando após a análise as entrevistas, materializarmos os grupos UPAB e PNE, constituindo também um corpo em sua estrutura como já bem colocado nesta pesquisa com relação a pessoa da Universidade. O que precisamos agora antes de tudo é constituir nos mínimos detalhes, que esta pessoa institucional e como tal sofre os mesmos conflitos que uma pessoa na sua singularidade.

Constatar que os objetos dessa pesquisa são representados pelo corpo de alunos presentes em coletivos que institucionalizados nos grupos, geram instituições ligadas a uma instituição maior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) nos permite compreender não somente a relação, que perpassa suas Histórias, mas acima de tudo confrontar articulações que comprovem uma intersubjetividade institucional, digo isso quanto o corpo social que em um todo ou em parte se relacionam, subjetivando e sendo subjetivados.

4. O agenciamento e a institucionalização de grupos dentro da Universidade (a participação voluntária e involuntária na constituição de coletivos)

Para compreendermos como os próximos passos dados dentro desta pesquisa serão desenvolvidos, atentemos as teorias de Peter A. Hall Rosemary C. R. Taylor (2003): pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de "neoinstitucionalismo", apareceram de 1980 em diante. Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Esses diferentes métodos desenvolveram-se como reação contra as perspectivas behavioristas, que foram influentes nos anos 60 e 70. Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos... (HALL e TAYLOR, 2003, p. 3), com base nesse estudo é que caminharemos neste capítulo.

Contemplar a relação entre as pessoas do (UPAB), (PNE) e (UFRRJ) sem uma visão das formas mais relevantes presentes nas três vertentes do neoinstitucionalismo, não seria possível dentro dessa pesquisa. Através da relação entre essas pessoas, desvendamos mecanismos que puderam materializar em resultados que se aprofundam além das pessoas institucionais, nos permitindo uma internalização, afim de chegar ao outro extremo, a saber a pessoa de cada aluno, um dos locais onde se encontra ou se recebe pela primeira vez o possível estigma internalizado, objeto de nossa pesquisa.

Fazendo da análise desses autores a chave para a obtenção de resultados significativos, quando esclarecem os pontos que podem completar ambas as vertentes do Neo-Institucionalismo. Ao invés de uma disputa sobre qual deverá ser usados dentro de nossa pesquisa, optamos assim como esses em observar o que cada uma dessas pode contribuir e Completar-se possibilitando melhores resultados.

Vejamos como a análise ao Institucionalismo histórico pode dar andamento a nossa pesquisa, envolvendo as três pessoas.

4.1 institucionalismo histórico no cenário das relações (UFRRJ) versos ((UPAB) e (PNE))

Quando atentamos a proposta dessa linha de pensamento, precisamos fixar uma condição além, deixando em aberto que em nossa análise capturamos todos os pontos de vista.

Ainda que o grupo de teóricos recortem ou ainda se apropriem de da concepção de outros, como acrescenta Peter A. HALL e Rosemary C. R. TAYLOR (2003):

Esses teóricos foram igualmente influenciados pela concepção, própria aos estruturo-funcionalistas, da comunidade política como sistema global composto de partes que interagem⁵. Eles aceitavam esse princípio, mas criticavam a tendência de numerosos estruturofuncionalistas a considerar as características sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos como os parâmetros responsáveis por uma boa parte do funcionamento do sistema. Consideravam, ao contrário, que a organização institucional da comunidade política ou a economia política era o principal fator a estruturar o comportamento coletivo e a estruturar resultados distintos. Em consequência, privilegiavam o "estruturalismo" inerente às instituições da comunidade política de preferência ao "funcionalismo" das teorias anteriores, que consideravam as situações políticas como respostas às exigências funcionais do sistema (HALL E TAYLOR,2003, p.04)

4.1.1 Motivos de caráter Endógenos e exógenos que se completam

Um Sistema que mesmo reduzido as relações dentro de uma Universidade, interage entre as duas concepções, o que faz com que observemos, que o mesmo Sistema que gera dentro da comunidade a instituição, sofre a ação dos indivíduos desse grupo. Sem uma análise direta ao qual seria a melhor posição, concentremos em qual se constitui primeiro, ou ainda, quais os mecanismos, que movimentam as engrenagens na constituição do que GOLFEMAN (1975) chamaria de identidade social real, ou ainda identidade social virtual.

Os atributos que o indivíduo, em nosso caso os alunos apresentem sem a desqualificação fixada pela marca, a saber o estigma internalizado ou por se internalizar, são suas identidades reais. As identidades geradas pela fixação de estereótipos pejorativos, que após tomarem o senso comum semeiam o preconceito, resulta em uma identidade social virtual.

Lembremos que o mesmo preconceito teria alguma relevância positiva se acionada a uma pessoa de identidade real ou Virtual, que no contato social sem uma aproximação significativa daria margens para possíveis desconfianças, como exemplo: um criminoso procurado, o risco com uma aproximação se faz eminente, os preconceitos gerados pela falta de conhecimento do outro, agravados pela impossibilidade de uma aproximação, fazem do preconceito uma pratica protetora.

Portanto mais uma vez, acrescentamos, que não há ignorância por parte das pessoas no que diz respeito ao racismo e discriminação, o que ocorre acaba por definir a característica de desumano a essas pessoas, ao retirarem qualquer das características humanas, ou mesmo desqualificasse qualquer das diferenças presentes nestes possam tirar desses a condição de humanos tentando definir um único padrão físico ou mesmo de cor, desqualificam a si mesmos.

Em nosso segundo caso com respeito a identidade social virtual, ainda que não seja a realidade daquele aluno, é ela quem vai determinar a necessidade de reunir grupos, que possam dar visibilidade e voz, como bem antes apontado nessa pesquisa onde o que era da pessoa referente ao indivíduo se expande na criação dos coletivos, que instituídos, recebem como sua, a identidade agora institucional.

Nesse ponto todas as escolas do Neo-institucionalismo se articulam, para isso basta que olhemos os vínculos de interdependência que acabam por estruturar a instituição. Os agentes ao criarem as instituições, colocam em pratica demandas que já tramitam no meio social. Seja no sentido de otimizar os interesses, como bem aponta os intelectuais do Institucionalismo da escolha Racional, ou mesmo em pró de uma satisfação, como apresentado pelos do

Institucionalismo Sociológico, todos os alunos como em resposta ao questionário, buscavam satisfazer interesses comuns e próprios.

Sendo assim podemos concluir, que a instituição é constituída, como tal, por um grupo de indivíduos, contudo o que dizer o que caracterizaria as pessoas do (PNE) (UPAB) e (UFRRJ) ao ponto de constituir estereótipos, que confirmam a presença de uma marca, que insiste em se acender com o passar dos tempos?

Ainda apenas com o conceito de Institucionalismo Histórico, quando olhamos para os resultados até aqui obtidos durante o processo de caracterização dessas pessoas, lembramos que todas as três tem em seu corpo, a característica de uma pessoa engajada. Nesse ponto observasse que o engajamento tem um certo nível de funcionalidade, referente ao grau de representatividade, que nas pessoas do (UPAB e (UFRRJ) fixam no todo e no caso do (PNE)) nas partes. Nas duas primeiras observamos que a representatividade fixa pelas semelhanças, exemplo: sou negro, não aceito preconceito contra meus irmãos de cor; sou ruralino, tenho muito orgulho.

Com tudo quando nos referimos a pessoa do (PNE), que tem em seu lema a seguinte frase “Nada sobre nós, sem nós” vemos que se nos dois primeiros os alunos que constituem as partes definidas, buscam ser representados por essa pessoa, podemos verificar quanto ao (PNE), uma busca em se representar o todo. Verdadeiramente até aqui verificamos, que o (PNE) tem na pessoa dos alunos uma forte influência, capaz de ditar uma especialidade incomum em cada uma das partes.

Com respeito a representatividade, lembremos o panorama feito no início dessa pesquisa com respeito a pessoa da (UFRRJ), bem desenvolvida por OTRANTO (2013), enfatizando a autonomia dessa pessoa institucional. Para isso basta citarmos alguma ação dos alunos, que representados pela revista ESAMV, já falavam como pessoa da (UFRRJ): Obra de vulto, não só pela riqueza de suas instalações, como pelo grande número de estabelecimentos que congrega, o Km 47 está destinado a um desempenho relevante no desenvolvimento agrícola de nosso país.

Já no próximo ano aí estarão Professores e Alunos prontos a se dedicarem, com todas as suas forças, para fazer jus ao esforço despendido por administrações sucessivas dispostas a dotar os estudantes de veterinária e agronomia de instalações adequadas. Na oportunidade em que se realiza a inauguração das novas instalações da Universidade

Rural, “VETERINÁRIA”, em nome dos alunos da Escola Nacional de Veterinária, traz a público o agradecimento e o reconhecimento dos mesmos a todos os que contribuíram para a construção do Km 47, dotando o Brasil de sua primeira Universidade, em todos os sentidos do termo (ESAMV. Veterinária. Ano I, nº 2, jun./1947, p. 62-63, Apud OTRANTO, 2003, P. 45). Modelo de instituição que se constitui no todo, representando suas partes em todo tempo

. Posto essa feita temos a possibilidade avançarmos em nossa análise, trazendo ao debate uma linha que caminha paralela ao Institucionalismo Histórico, conhecida como Neo-institucionalismo da Escolha Racional

4.2 institucionalismo da Escolha Racional no cenário das relações (UFRRJ)

versos ((UPAB) e (PNE)):

A Escolha Racional confirma outro ponto capaz de elucidar de onde parte esse estigma internalizado, vejamos mais uma vez na fala de Peter A. Hall Rosemary C. R. Taylor (2003):

os institucionalistas dessa escola desenvolveram um enfoque que lhe é própria no tocante à explicação da origem das instituições. Em geral eles começam utilizando a dedução para chegar a uma classificação estilizada das funções desempenhadas por uma instituição. Explicam em seguida a existência da instituição com referência ao valor assumido por essas funções aos olhos dos atores influenciados pela instituição. Essa formulação pressupõe que os atores criam a instituição de modo a realizar esse valor, o que os teóricos conceituam no mais das vezes como um ganho obtido pela cooperação. Assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados. Se a instituição está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos atores interessados do que as formas institucionais concorrentes⁴⁵... (HALL e TAYLOR, 2003, p. 09).

Todas as instituições possuem uma Ata Constituinte, única capaz de contemplar acordos firmados entre as partes do todo, seja no momento da criação feita pelos fundadores, seja no momento em que um novo integrante é adicionado ao grupo. Essa linha teórica, pressupõe que o estigma pode partir de ambas as partes, contudo verificamos que no caso das pessoas (UFRRJ) e (UPAB), como na primeira sigla de seus nomes: (U), que no caso da (UPAB), significa Unidade, ou da (UFRRJ), significando Universidade, ambas fixam os conceitos e normas acordadas antes no momento da criação firmados por estatutos e Lei, que veem átona na voz de suas pessoas institucionais.

Diferentemente como já observamos a pessoa do (PNE), apesar de possuir estatutos e Leis, não fala por sua voz, mas como já vimos seu lema, a presença de cada aluno, ainda que não visual deve ser lembrada por sua deficiência, o que nos faz mais uma vez responder à pergunta antes desenvolvida com respeito ao porque essas pessoas institucionais constituem estereótipos, que confirmam a presença de uma marca, que insiste em se acender com o passar dos tempos?

No caso do (PNE) o estereótipo mais lembrado, é o de pessoa doente, de caráter pejorativo, a todo estante em que há um contato sem uma aproximação maior. O aluno que tem por obrigação se expor, fala de suas Necessidades Específicas diante a um ambiente, que não comporta as devidas condições, seja para receber esse aluno, como para mantê-lo. Tornando fácil verificarmos que o estigma, a marca, que está no aluno, por ele é lembrada e depois absorvida pela pessoa do (PNE).

Em outra vertente, verificamos antes na fala de um dos alunos do (UPAB), que: a primeira intenção quando na formação foi de reunir um grupo de alunos para estudos e pesquisas, com tudo as demandas foram surgindo e uma pessoa institucional ganhou forma, assumindo as rédeas na representação do todo. Todos militariam em um só interesse, isso é, aquilo que ofendesse ou prejudicasse qualquer aluno, tendo em vista temas relevantes, como: racismo; uso indevido das Cotas; racismo institucional. Pautas que inflamam a marca ao ponto de manter viva essa pessoa

Quanto ao racismo institucional, podemos verificar na fala de alunos que responderam ao questionário, quando interrogados se haviam se sentido deprimidos dentro da Universidade, obtemos a seguinte resposta: Sim. Como coletivo, estamos há dois anos tentando que um crime de Racismo, por parte de aluno contra um professor, consiga dar em alguma justiça. Mas ficamos sabendo ano passado, durante a pandemia, que a pessoa já estava formada e num mestrado. Foi um momento muito difícil porque parece que tudo que eu tinha feito até ali tinha sido jogado no lixo. Até hoje isso me abala no sentido de que “será que vale a pena continuar

com esse ativismo já que nunca dá em nada?”. E é muito complicado porque essa impunidade teve ajuda, fundamental, da própria Instituição e, principalmente, do Reitor...

Nessa fala entra a outra pessoa, que aqui por nós é examinada, agora tida na fala de um dos alunos, como racista, ou melhor, como bem já sabemos, não na fala de um, mas do todo, ou não, quando o foco se faz na representatividade veremos, que essa pessoa institucional só tem voz, quando duas ou mais vozes se pronunciam, ao ponto de falar e ao mesmo tempo obter uma confirmação.

Contido na pessoa do (UPAB), que acusa a pessoa da (UFRRJ), de ter cometido racismo. Não nos concentraremos por agora nessa acusação, toda via tornaremos a esse conceito quando mais a frente esclarecermos as relações das pessoas institucionais em análise, para então adentrarmos sem estranhamento as posições que ocupam cada uma dessas pessoas dentro do contexto acadêmico, sejam esses na posição de subalternos, ou não.

Diante essa conjuntura fica fácil visualizar no momento da formação dessas instituições a consolidação de estereótipos, no caso da pessoa da (ufrj), que tinha no conceito de rural até a segunda metade do século XX, a marca que alavancou o espaço conquistado como uma das maiores Universidades do Brasil, voltada para a preparação do homem do campo, antes da preparação da terra. Chega ao século XXI, principalmente com a criação do REUNE em 2007. Para alguns como um simples clichê, que diante da imagem arquitetônica de estilo colonial em sua maioria até os dias de hoje fixam o status antes consolidado, para outros, o título de Rural, diante as possibilidades de licenciaturas ampliadas, deixa a Universidade em desvantagem diante da marca “Rural”, que nos dias atuais perde por não ressignificar este conceito, inserindo-o de maneira correta no cenário capitalista, que cada vez mais frisa o quantitativo, ao invés do qualitativo.

Agora com uma Agropecuária voltado em sua maioria para o Agronegócio, que independe de uma maior mão-de-obra, onde os grandes, como pequenos e médios produtores, ignoram o pacto de subsistência entre homem e natureza, ignorando os devidos cuidados com o meio ambiente. A falta de rodízio entre as culturas, técnicas inadequadas de cultivo, o uso exagerado de máquinas, a adubação e fertilização química, são alguns dos pontos, que conduzem a esgotamento das reservas naturais, únicas capazes de permitir uma resiliência a longo prazo. Tudo isso confirma que em algum tempo se o título de rural foi favorável, hoje em sua maioria só repercuti em alguns dos cursos voltados para Agropecuária.

Grande revelação quando comprovamos a total influência da Agropecuária, com seu papel fundamental na escrita da História, que certamente nos levaria a uma outra pesquisa, contudo é a mesma Rural, que dá os seus primeiros passos à partir da segunda metade do século XX no campos de Seropédica, em preparar o homem, para daí então preparar a terra, chegando ao século XXI, com a diminuição da população rural, que passa a ver nas cidades, melhores condições de vida, em reação a um Agronegócio, onde a marca Rural hoje tem muitas das vezes um peso negativo.

Observemos que os estereótipos pejorativos, caminham a margem do senso comum, como uma marca que se acende no contato superficial. Quando analisamos a superficialidade na relação, observamos que tanto o conceito de Campo para Bourdieu firmado no interesse de uma classificação, emprestado juntamente ao de Figuração de ELIAS, que se constitui na tecitura presente nos vínculos, quando superficial, podem ser reunidos de identidades sociais virtuais, dando ênfase a criação de grupos comuns, que se instituem gerando pessoas institucionais com uma marca comum, um estigma.

A necessidade de uma classificação para alunos que internalizam a marca, torna-se de extrema relevância, uma vez marcados suas relações sociais ultrapassam o campo acadêmico. O que para Bourdieu tramita no contato social entre esses alunos, que se dá dentro da Universidade competindo por uma classificação, onde o Capital Simbólico é muita das vezes ofuscado pela marca, seja na cor, na deficiência ou mesmo condição econômica. Nos alerta para

o fato que aquilo que vem junto com esse aluno precisa ser reconhecido como normal, ou ainda por uma questão de aceitação. Em se tratando desses dois pontos conseguimos verificar ações tomadas por esses agentes.

Quando nos referimos aos agentes, incluímos não só os alunos, mas sem sombra de dúvidas o estigma, que como vimos dá uma outra identidade social, virtual, que no contato social na luta por uma classificação, impede um equilíbrio social real, isso é, ofuscado por uma identidade destruída como diria Goffman, levando-os a um aprofundamento com respeito a diferença contida no aluno que contem a marca o obrigando à inserir-se a grupos que contemplem as mesmas necessidades ou ainda o reconhecimento pela marca, agora não mais como um problema, mas sobre tudo como uma questão de honra.

Podemos configurar a pessoa da (UFRRJ), como aquela que pode transcender em sua figuração, elementos identitários que em todo tempo, dialogam com as três vertentes do Neo-Institucionalismo,

Dentro da análise a Escolha Racional, que caminha paralela ao Institucionalismo Histórico, chegamos pôr fim a um recorte do que seria para HALL e TEYLOR (2013) O Institucionalismo Sociológico.

4.3 Institucionalismo Sociológico no cenário das relações (UFRRJ) versos (UPAB)

e (PNE)):

Com uma análise mais envolvente em um sentido mais globalizante, essa vertente segundo nossos teóricos, ressignifica contextos já antes postulados: Nada nisso tudo sugere que os indivíduos não sejam dotados de intenções, ou sejam irracionais. O que os teóricos do institucionalismo sociológico sublinham é que aquilo que um indivíduo tende a considerar como uma "ação racional" é ele próprio um objeto socialmente constituído, e eles conceituam os objetivos que um autor se impõe numa perspectiva muito mais ampla que a de outros teóricos:

Se os teóricos da escola da escolha racional postulam um universo de indivíduos ou de organizações empenhados em maximizar seu bemestar material, os sociólogos, por seu lado, descrevem um universo de indivíduos ou de organizações em busca de definir ou de exprimir suas identidades conforme modos socialmente apropriados... (HALL e TAYLOR, 2003, p. 12).

Quando observamos a experiência das pessoas do (UPAB) e (PNE), podemos confrontar as três linhas de pensamento institucional. Seja por parte do tempo de construção do grupo, como no caso do (PNE) ou mesmo o (UPAB), que tem sua experiência na representatividade que se remonta por séculos, ou mesmo como vimos com relação a (UFRRJ), presente na sua diversidade identitária.

Responder frente a uma pessoa institucional de tamanha grandeza como a (UFRRJ) requer mais do que fazer parte desse corpo como aluno. A diversidade de cursos gera uma multiplicidade de Coordenações, que se comunicam com a Reitoria, todas com voz institucional acabam por ignorar a ação do aluno na sua individualidade.

Desse fato tiramos a relevância do nascimento das pessoas dos coletivos, que buscam assim como proposto pelos teóricos da Escolha Racional otimizar seus interesses, ou ainda como o institucionalismo sociológico, que materializa a satisfação de cada aluno, que se reconhece na semelhança aos outros, seja por uma demanda ou mesmo a presença de uma marca estigmatizante.

O fato de ser (PNE) ou (UPAB) não isenta essas pessoas institucionais ou mesmo seu corpo representado pelos alunos, de uma segregação, antes essa estrutura estruturante antes estruturada, busca fazer frente, seja em corpo ou em voz, onde a mesma marca que os exclui, os une.

4.4 A Indiferença como Desrespeito as Diferenças

Para entendermos como as diferenças tramitam dentro dessa conjuntura, basta evidenciarmos a fala de alguns alunos, que refletem o interior das pessoas (UPAB) e (PNE), como havíamos prometido, um exame aprofundado sobre o estigma internalizado se torna dentro desse contexto possibilidade concreta.

Além disso, os fios até agora constituídos, conseguimos compreender, que o motivo da marca outrora internalizada se insurge, não pelas diferenças ou semelhanças, onde seria preciso um comparativo constante de cunho quantitativo ou mesmo qualitativo, mas sobre tudo na indiferença, não como o oposto das diferenças, mas como descaso, isso é, na impossibilidade de construção de uma equidade consensual:

Diferença lado, a noção de indiferença pode ser empregada com o sentido de indiferenciação, de desconstrução da diferença (ou da desigualdade) que oprime, de eliminação das discriminações com vistas a restabelecer a igualdade. Da mesma forma, poderemos ter a indiferenciação como estratégia de dominação, de desconstrução de padrões de identidade indesejáveis para depois subjugar e até escravizar. (BARROS, 2017, p.25), firmando que as diferenças estão em todos e em tudo, continuemos tecendo.

Feita essa que coloca os conceitos igualdade e desigualdade, firmados, não mais na diferença, mas no equilíbrio desta. Esclarecemos, que mesmo o racismo institucional, pelo qual a pessoa da (UFRRJ) foi acusada, não condiz com as normas e Leis que regem seus estatutos, ao qual todos estão ligados, seja em conformidade ou não, acusação a pessoa da (UFRRJ), não procede de um consenso, uma vez que bem sabemos, como já aqui apresentado as normas e Leis, presentes na constituição de qualquer Instituição fixam sua representatividade

Voltemos mais uma vez o termo representatividade, se observarmos, que quando um dos alunos responde ao questionário, alegando ter sofrido Racismo Institucional, responde como parte de um todo. Ainda que cada parte represente o todo, confirmamos, que somente o consenso faz parte do todo, isso é, normas e Leis, constituídas na intenção de otimizar os interesses.

Condição que coloca a pessoa da (UFRRJ) mediante a demora em solucionar ou ainda tomar uma atitude diante do fato apresentado por parte da pessoa do (UPAB), como indiferente. Sem ocorrer a uma discriminação dessa pessoa, lembremos, que assim como as pessoas (UPAB) e (PNE) estão para a pessoa da (UFRRJ), esta está para uma rede ainda maior, que burocratiza, deixando mais longe a essência do humano.

Sem parcialidade ou mesmo aprofundamento sobre o caso, uma vez que o ponto a ser investigado nessa pesquisa se faz no estigma internalizado e não propriamente à uma acusação de racismo.

Levantar evidências de indiferença responde mais mediante as redes de relações e necessidades de sobrevivência do grupo, que se esforça na proteção de suas partes, onde no contato mais uma vez a marca reage e o que poderia ser retratado como: descaso ou indiferença, ganham proporções raciais, agora não por parte do aluno, mas sobretudo com relação a pessoa da (UFRRJ), que no contato interpessoal institucional, conceito que transcende da pessoa dos alunos para a instituição revela conflitos possíveis de análise.

Quando lembramos o questionário, destacando resposta em relação ao termo preconceito, confirmamos que ambas as pessoas dos grupos fixam o descaso e indiferença. A um aluno essa barreira talvez fosse impossível de ser vencida, porém quando ampliados a voz e a imagem através dessas pessoas já instituídas, o que vemos, são: vínculos de interdependência alimentados na expansão do corpo e uma amenização das barreiras atitudinais, diminuindo com a diluição expansiva da marca, essa que já não se faz presente diretamente sobre o aluno, mas sobre o todo, que confronta em suas características diante do outro.

4.5 Estigma da Diferença e Estigma da Desigualdade

Começamos por uma equação para melhor exemplificarmos:

(multiplicando)X(multiplicador)= produto

Vejamos as seguintes propostas:

(Diferença)X(Equidade)=(Igualdade) (Diferença)X(iniquidade)= (Desigualdade)

Observamos nas equações que o multiplicando contido nas diferenças causador de ambos os produtos, seja a Igualdade tal como a Desigualdade, se fazem refém do multiplicador contido na equidade e na inequidade.

Portanto não é a diferença que deve ser avaliada como fator relevante, mas sobre tudo a justiça sobre ela aplicada, onde mesmo estigma da Diferença sendo um fator, sempre no resultado o produto será a Igualdade.

Logo se a Diferença é fator, estando em cada indivíduo, como alcançarmos um produto justo, sem marcas, ou mesmo um estigma, que tem em sua essência a capacidade de destruir? em nosso caso nossas pessoas institucionais falam e reagem no seu interior, vejamos:

O estigma da Diferença como representamos se faz presente tanto em alguns alunos que adentram aos grupos, como nas pessoas do (UPAB) e (PNE), com tudo sabemos que o estigma da Desigualdade é produto e como tal para que sofra alterações, basta que façamos gerar um fator segundo capaz de dar equilíbrio. Nesse ponto trazemos o conceito de aproximação, único capaz de dar alteridade a essas pessoas, sejam institucionais como físicas.

Como sabemos que em sua maioria o ser humano tende a se sociabilizar, fica como papel das instituições, ou melhor (UFRRJ), (UPAB) e (PNE) no papel de pessoas instituídas, controlarem de forma justa, isso é com vínculos de interdependência, dando sentido e valor as Diferenças, controlar o fluxo das relações.

Mais uma vez faço uso de meu papel como parte dessas pessoas declarando: são muitas as pessoas que não tem nenhum vínculo, sejam institucionais ou mesmo na pessoa de cada aluno, faltam políticas públicas e internas no que diz respeito as pessoas (UPAB), (PNE) e (UFRRJ).

Como (PNE), sou até hoje Coordenador, apesar de estar no Mestrado e confirmo que aquilo que começou com demandas levantadas por essa pessoa, em um primeiro instante, diríamos de 2016 até o fim de 2017, a ligação era de interdependência, em um determinado momento quando algumas demandas foram consolidadas, mais certo com a implantação das Cotas e bolsa (PNE), o número de Pessoas com Deficiência, saiu de aproximadamente 12 para 120 alunos matriculados. Nesse momento o coletivo, começa a diminuir, outros órgãos como o (NAI) sem uma funcionalidade aparente no início, verdadeiramente instituídos tomam as rédeas e o que era uma aproximação com vínculos que favoreciam a ambos se transforma.

Em 2016 como estudante de História cego, recebi já no segundo período o contato de duas representantes do (NAI), com a seguinte pergunta: você usa braile para ler?

Resposta: não uso, uso leitores de tela ou leitor e escribas.

(NAI)- estamos com um valor em dinheiro que supera os cem mil reais, portanto precisamos de demandas, do contrário esse dinheiro retornará aos cofres públicos.

Pasmem dos três alunos que se uniram no começo em 2016, criamos a pessoa do (PNE) com total apoio do (NAI), era Interpessoalidade institucional na sua melhor performance, quebrava-se ali barreiras atitudinais entre as pessoas do (PNE) e (UFRRJ), de um comportamento atitudinal positivo surgia um comprometimento mútuo.

O estigma contido na Diferença se diluía nos vínculos criados, uma equidade se fazia possível. O horizonte de expectativas de uma inclusão começava a surgir.

Uma observação faço: durante os sete anos que se passaram de 2015 à 2021, a pessoa do (PNE) contempla a mesma liderança, sendo apenas acrescentado novos membros ao corpo, enquanto a pessoa da (UFRRJ) representada pelo (NAI), tem a troca de coordenação a cada dois anos. Dentro da influência das partes do corpo dessas pessoas podemos entender o porquê, do distanciamento hoje da pessoa da (UFRRJ) representada pelo (NAE), não propriamente da Pessoa com Deficiência, mas sobre tudo da pessoa do (PNE) representada ainda hoje por um grupo aproximado de vinte alunos, que reunidos no jardim do Pavilhão central (P1) em 2019 reafirmaram seu lema fundador “Nada sobre nós sem nós”.

O mesmo coletivo instituído em junho de 2016 chega hoje diante dessa tessitura, como parte das bordas, sendo facilmente substituído por qualquer efetivo, de alunos que adentram por Cotas por Deficiência, podendo substituir a pessoa do coletivo, uma vez que o nome do coletivo criado tem a sigla (PNE)- referente à Pessoa com Necessidades Específicas, nome que sem ser antecedido pelo nome coletivo, pode ser facilmente entendido como o mesmo. O perigo de se generalizar à ação para esse grupo é a seguinte: cada cadeirante é um cadeirante, cada deficiência motora é uma, cada deficiência visual é única.

Feita que nos faz lembrar o Institucionalismo Racional, que faz a otimização dos interesses, onde reunidos como grupo esse coletivo dava propostas, enquanto agora como (PcD) tem o amparo da Lei 13146, com tudo não existe como pessoa devido a sua generalização.

Hoje o Coletivo pouco se envolve nas decisões tomadas sobre eles. A diversidade de (PcD) expõe essa pessoa, que não é somente uma, com tudo como foi bem esclarecido no início, a necessidade de visualização dá lugar ao desejo de voz.

Nesse ponto conseguimos entender a necessidade da pessoa da (UPAB). Com uma só voz que ecoa a vários ouvidos, basta que um irmão negro seja acometido de uma discriminação racial do outro lado do mundo, para que em pouco tempo possamos sentir os efeitos da propagação do estigma da Desigualdade.

Duas visões distintas, se de um lado quando generalizamos o estigma da Diferença sobre o (UPAB) vencemos com o estigma da Desigualdade, do outro quando generalizamos o estigma da Diferença sobre o (PNE) acabamos por fixar o estigma da Desigualdade. A imagem pode ser representada, todavia a voz no máximo se consegue replicar, fator que não adiantaria em vista das múltiplas Deficiências de um mesmo tipo

Diferentemente dos negros, a Pessoa com Deficiência não é representada, ainda que a deficiência seja a mesma, como vimos, cada cego é um, onde a deficiência não está nele, mas no ambiente.

4.6 Interpessoalidade Institucional

As relações interpessoais, que se completam nas interpessoais institucionais, são fundamentais as relações humanas, onde a qualidade dessa interação pode facilmente interferir

na baixa alta estima desses alunos com reflexo em todo o grupo, fator de relevância que permeia toda nossa pesquisa.

Tecem a trama da vida social. Evidentemente, o significado culturalmente atribuído a essas relações e seu lugar na rede social mais ampla variam historicamente (CARVALHO; POLITANO; FRANCO, 2008, p. 239).

Cada pessoa vive de acordo com seus valores, crenças, experiências, conceitos e pré-conceitos, tecer, fiar, construir uma nova tessitura social, começa em mim, em você e no outro haverá “um espelhamento”, que reverberará no espaço físico em que estamos, portanto nas pessoas institucionais. Como negociar tudo isto no encontro com outra pessoa? Cada espaço social dita as suas regras de convivência, como acontece, então, o encontro entre pessoas institucionais em uma Universidade, seja nas partes ou no todo, sendo que uma delas tem a condição da marca?

As habilidades necessárias nas relações interpessoais, na interpeçoalidade, vão além da racionalidade ou da formação acadêmica. Elas são atravessadas por inúmeros sentimentos e comportamentos éticos, tais como empatia, compreensão e solidariedade. A habilidade em estabelecer vínculos positivos fortes relaciona-se ao respeito, e não à simples tolerância. Todos estes aspectos pautam-se no valor dado à vida. Estas habilidades podem ser aprendidas e utilizadas em mediação de diferentes tipos, a inclusiva é uma delas (COSTA, TORREGO, MARTINS, 2018).

Em situações de conflito ou divergência de posições, o confronto social pode ser negociado através do diálogo e do bem comum. Para que haja a negociação, as pessoas envolvidas sejam institucionais ou não, precisam se comunicar de modo horizontal, sem opressão ou submissão, respeitando as especificidades de cada um. Como já bem embasado: diferença mais diferença, igual à igualdade.

Aproximemo-nos da marca, o estigma agora de uma forma internalizada, motivador desta pesquisa, visualizado nas pessoas do (UPAB) e (PME) em um contato social. Para Goffman (1975), a marca dessa pessoa se manifestou, nos permitindo entender seu fluxo internamente.

Compreendemos, que apesar da pessoa do (UPAB, em algum lugar do seu interior, isso é, em algum aluno, essa marca pode vir a inflamar, isto é fato. Cogitar uma possível negligência ou mesmo descaso por parte da (ufrj) pode ser possível, contudo, lembremos antes, que as políticas públicas de ação afirmativas propostas pela (UFRRJ, são consideradas vínculos de relações entre essas pessoas possibilitando uma ação interpeçoal institucional, porem como todas, acabam por ser excludentes em seu processo, para isso basta que lembremos como já visto aqui na pesquisa.

4.7 Vínculos de interdependência presentes nas Políticas Públicas

Todo debate sobre a Lei de Cotas de 1968, conhecida como Lei do Boi, fixa com relevância conhecermos duas vertentes: de um lado, que as Cotas nessa época favoreceram só os filhos de fazendeiros. Do outro que todas as classes ligadas a terra, fosse por posse ou mesmo algum vínculo trabalhista davam direito de entrarem em uma Universidade ao homem do campo, que diante da demanda, levantada pelo parlamentar Ultimo de Carvalho, é preciso preparar primeiro o homem, para então prepararmos a terra, abriu um leque a todos menos favorecidos.

Lembremos que seja qual for a instituição, todas se constituem de uma demanda, logo há quem diga, que a Lei de Cotas [nº 12711](#) de agosto de 2012, foi absorvida em toda sua plenitude já no mesmo ano pela pessoa da (UFRRJ), ou até o prazo dado, que seria para alunos

de escolas públicas, obrigatório somente a partir de 2015, mesmo ano em que se cria a Lei nº 13.146, sancionada em 2016, chegando a responsabilidade de cumprir pôr parte da pessoa da (UFRRJ) somente em 2017. Para quem está de fora pode até parecer, que tudo ocorreu sem nenhuma exclusão, contudo para quem estava lá, sem deixar brechas para uma possível acusação de parcialidade, reafirmo que toda essa pesquisa é de cunho etnográfico e caráter qualitativo e como tal esclareço:

No primeiro ponto no que se refere ao tipo de pesquisa, apesar de ter sido feito um questionário, respondido remotamente devido ao momento de pandemia que assolava o mundo, passei 4 anos e meio em campo como observador e participante do corpo das três pessoas institucionais, sendo possível sentir em mim a dor e alegria dos outros.

A influência da pesquisa etnográfica (MATTOS, 2011) contribuiu para sustentar teoricamente a minha inserção enquanto pesquisador no local de estudo e ter o contato real com as pessoas do contexto Universitário (OPAB e PNE), para poder descrever detalhadamente as relações temáticas explícitas e implícitas do cotidiano. A pesquisa nesta abordagem caracteriza-se por:

a) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura: b) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; c) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado (MATTOS, 2011, p.49).

Continuemos, ao ingressar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2015. 2, pude fazer uso da Lei de duas possíveis formas: por ser negro, ou ainda por baixa renda, sendo essa última condição adicionada no mesmo ano, contudo digamos que eu não utiliza-se desses direitos e pensasse que seria possível entrar por Cotas para deficiência, mesmo sendo eu sego certamente isso não seria possível, pois bem sabemos que apesar da Pessoa com Deficiência e seus direitos estarem presentes na mesma Lei desde 2012, a mesma só foi inserida pela (UFRRJ) em 2017, bem depois da Lei n 13146.

Sem previsões de adesão pelo Mestrado até o momento dessa pesquisa, os passos dessa construção narrativa, que pretendem esclarecer que políticas públicas atendem demandas e demandas precisam ser visualizadas, acabam por ser um dos motivadores na formação dos grupos.

Sem o intuito de alencar um exame sobre o conceito inclusão, lembremos, que para tal efeito antes discriminamos, chegando ao ponto de segregar, aquele que outrora já estava incluso

Tal como todas as políticas públicas, a inclusão é um processo, que após visualizar separa, selecionando dentro das diferenças, semelhanças que aproxime, as partes de uma equidade.

Grifo meu, Inclusão é para todos, enquanto buscarmos demandas exclusivas, fragmentamos os interesses comuns, diluímos uma realidade solidificada ao longo de séculos. Todos os marcadores, sejam: raça, gênero, etnias, deficiência, religião, que existam outros, todos encontram sua maior barreira no Capital. A nível de esclarecimento acrescento: Uma mulher trans, negra, deficiente, certamente não encontraria tantas barreiras sendo rica.

As semelhanças nas diferenças se consolidam na marca, ou em uma identidade social virtual

Todo esse parecer de um lado retira a hipótese de uma pessoa racista, todavia do outro consolida a possibilidades de condição de pessoa indiferente à (UFRRJ), visto que durante dois anos segundo a fala d um dos alunos, as expectativas não resultaram em resposta qualquer, antes o desfecho de resultado com a aprovação do aluno acusado de racismo no Mestrado, acaba por fixar a submissão dessa pessoa a um sistema burocrático.

Aproveitando o gancho do Neo-institucionalismo em todas as suas vertentes, com respeito a identidade, atentemos que esse conceito é capaz de trazer à tona uma ação de mão

dupla, fazendo da instituição e dos alunos, que se beneficiam dessa relação em um primeiro momento cúmplices na fixação do estigma internalizado, para isso precisamos lembrar que os conceitos, como: Subalternos, Outsider, Estabelecidos, Capital Simbólico e outros, flutuam em um campo acadêmico, onde as relações de poder, dialogam a teoria entre autores conceituados e a nossa contida na Miséria Simbólica.

Por parte antes de adentrar ao conceito de Aproximação, que revela em nosso diagnóstico, um remédio para nossa problemática desenvolvida nessa pesquisa. Continuemos.

Apresentado as escolas e suas principais relevâncias dentro da nossa pesquisa, podemos agora estruturar mecanismos que falem por meio de vínculos de interdependência, acionados pelas características antes constituídas as pessoas da (UPAB) e (PNE) com relação ao objeto contido no estigma internalizado que tramita todo tempo nas entre linhas dessa Dissertação.

4.8 - A Busca por uma Identidade Digna

Uma identidade é o que precisam todos aqueles acometidos por uma marca, durante as análises ao questionário, atentemos as características obtidas com a terceira pergunta: III. Se lembra de ter se sentido deprimido alguma vez dentro da Universidade, acrescente os motivos e causas se possível?

Ao (PNE), pessoa resiliente, buscando manter a calma durante os confrontos sociais, que reafirmo, serem todos em um contato superficial, mantendo de fora a aproximação, ponto que retiraria o sentido e obrigação de superação, da pessoa do (PNE), mas sobre tudo daria à (ufrj), a característica de consciente.

Ao (UPAB) a característica de insegura, frente a indiferença, como bem salientamos, agravada pela burocracia institucional. Aqui podemos acrescentar, que as lutas de nossos irmãos negros, com a aproximação entre as pessoas, assim como no caso do (PNE), colocariam a multiplicidade humana em um contato de interdependência institucional ou mesmo pessoal, sem possibilidades a estranhamento do outro, esse fato reverbera uma identificação identitária, agora não mais firmada no preconceito, mas sobre tudo no conceito constituído na aproximação.

Afim de entendermos mais a fundo essa busca por uma identidade, tornemos aos conceitos: Estigma Internalizado e Baixa autoestima, conceitos já bem examinados por (FELICISSIMA, FERREIRA, SOARES, SILVEIRA), 2013 que após pesquisas constataram, que quanto maior a autoestima, maior a consciência do estigma internalizado, possibilitando um tratamento imediato.

Até aqui essa condição nos leva além com nossa pesquisa, uma vez que para se aumentar a autoestima, antes precisamos nos identificar, fato que ocorre dentro da fala do outro, você é o que os outros dizem acerca do outro. Uma alteridade contemplativa define bem tudo, sendo a única capaz de definir características a uma identidade Real, ao invés de virtual.

Podemos verificar diante disso, que mesmo na posição de subalternos, isso é aquele que está sob uma mesma missão, não consegue ser visualizado, sendo mais uma vez segregado pela indiferença, aqueles que busquem se libertar da marca.

4.9 A aproximação Institucional como chave para uma aproximação pessoal

No sentido de afinidade, nossa Aproximação vai além do se chegar ou mesmo um relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. Movendo com as barreiras atitudinais, considerada hoje um dos maiores obstáculos para uma inclusão, essa é visualizada como via de mão dupla dentro de nossa pesquisa.

Ampliar o quadro de disciplinas optativas fora da área comum, certamente favoreceria ao desenvolvimento desses alunos, mas sobre tudo expandiria suas redes de relação, limitadas por um Sistema burocrático, que engessa suas possibilidades para um desenvolvimento completo.

Como será bem exemplificado no capítulo seguinte, a possibilidade de expandir a rede de relações, permite uma divulgação automática do Eu, onde o que era preconceito se converte em conceito. De forma que a interdisciplinaridade faz frente a nossa proposta. Outra forma que poderemos visualizar se faz no trabalho voluntário, ponto que veremos mais a frente, gerando uma aproximação voluntária, quebrando com as barreiras atitudinais

Lembrando que essa aproximação tem na pessoa da (UFRRJ) a chave única capaz de olhar para seu interior e resolver de uma vez por todas eliminando com esse estigma internalizado

Com uma História Imediata em um estilo narrativo, nosso próximo capítulo busca definir em minha trajetória como aluno da (UFRRJ, membro do (PNE) e (UPAB) provas que confirmem o estigma com suas causas e efeitos.

Em nossa Narrativa histórica poderemos reconstruir por meio da ficção uma realidade que ultrapassa os contextos bibliográficos ou mesmo uma realidade Antropológica, de forma vivenciarmos realidades além do concreto ultrapassando as barreiras da imaginação, dando ênfase a multiplicidade dos Eu contida no personagem central e autor estigmatizado em suas várias nuances.

Exemplificado o tipo de Aproximação por parte dessas pessoas, implicaremos a uma série de soluções, as quais poderemos estruturar em nosso próximo Capítulo, que romantiza essa realidade dando vida à série conceitual organizada até agora no intuito de definir os caminhos de internalização seguidos por esse estigma, visualizados esses caminhos poderemos direcioná-los sem no muito mudar a realidade, quando no muito acrescentaremos.

5. NeBreD (Ne-negro/ Bre-pobre/ D-deficiente) o Diagnóstico Psíquico Histórico Social de três estigmas dentro de uma trajetória acadêmica

Sidney da Silva, escritor da monografia: Impacto Da Lei Brasileira De Inclusão Na Interpessoalidade na Escola: Reflexões De Um Licenciando Em História. 2019. Coautor e escritor do livro “Políticas Públicas de Educação do Campo: Experiência do PET educação do campo e movimentos sociais na UFRRJ (2021). escritor da obra dissertativa: Na Tessitura da Inclusão- Estigmas internalizados- Efeitos e Causas- dentro da UFRRJ 1948 aos dias atuais.

Fundamentada em uma História Imediata com bases em narrativa Psíquico Histórico Social, o historiador Sidney da Silva narra partes de sua trajetória na imagem do personagem de Ciclope, não como integrante dos X-Men, mas um aluno Universitário com três estigmas bem definidos.

Da Licenciatura ao Mestrado: os sintomas; as causas; os efeitos; o diagnóstico; o tratamento; o processo de limpeza. Etapas reveladoras, que só na prática poderiam após seu diagnóstico serem tratadas com resultados positivos. A indiferença como multiplicador e aproximação em um sentido de afinidade, serão as palavras chaves dessa História Imediata. Com essa forma de historiografia permitimos uma narrativa própria bem próxima ao nosso presente.

Leitura de orelha

Mais ansiosos que esperançosos, o casal SILVA adentra os portões do pavilhão central da UFRRJ, deparando-se com uma aula mais do que inaugural, a grandiosidade, a diversidade cultural e social ativa gatilhos de memórias killer antes esquecidas. Os olhares, o lugar de pertencimento, a grandiosidade que reflete muito do luxo intimida a Sidney, que chamaremos de “Ciclope” e sua esposa, que chamaremos “Jean Grey”, contudo mais do que somente espanto espera, não só o casal jovem de espírito e maduro de experiência, como todos que constituem a grande tessitura de vidas em torno de Ciclope.

Aluno ingressante no curso de História em horário noturno na UFRRJ é também negro, pobre e ainda cego. Um turbilhão de pensamentos flutuam em sua mente, contudo quem guiará e sentirá na pele os efeitos da marca juntamente com ele é sua companheira Jean, não só como seus olhos, mas um guarda-costas, capaz de dormir pelos bancos enquanto o espera em suas aulas, largando todos seus afazeres e seus filhos, adentrando madrugadas na possibilidade de conseguir realizar a leitura de seus textos, para que possam ser ouvidos em formato de áudio, visto que tudo isso era uma novidade, um aluno cego não ler em braille dentro da Universidade em pleno século XXI.

Nosso personagem X- PNE tem na sua trajetória um laboratório prático, os estigmas, as barreiras, os confrontos, o preconceito, a depressão, a segregação, o descaso, antecedem uma aproximação em um modelo de afinidade.

Leitura de Contracapa

No Romance Psíquico histórico social *NeBreD: o Diagnóstico Psíquico Histórico Social de três estigmas dentro de uma trajetória acadêmica* de Sidney da Silva, permite que avancemos em uma diagnose além do psicológico e psiquiátrico. Materializando de forma contrária o real em ficção, Ciclope nome inspirado na série animada X-Men levará-nos a enveredar-se nos estigmas sobre a raça e Pessoa com Deficiência. Ao ponto de mover com as nossas emoções e paradigmas construídos sobre o estigma internalizado. Causas, efeitos, não propriamente nessa ordem.

Agradecimentos:

Ao maior filósofo que a todo tempo me inspirou, Jesus Cristo, a minha ajudadora e esposa, protagonista desse Romance, aos parceiros do X-PNE e (UPAB), além dos filhos que revisaram com sua mãe e amigos sem os mesmos estigmas, que permitiram todo o processo de aproximação, conceito chave desse diagnóstico. Autor: Sidney da Silva

Nesta obra algo escondido aos olhos de muitos é desvelado, o estigma, a marca, que quando internalizado reage. Colocado em evidencia o estigma internalizado é confrontado ao ponto de prescrevermos tratamento eficaz ao fim dessa História.

5.1. A Manifestação do Estigma

O primeiro dia de aula, a figuração, o posicionamento. Assustador, empolgante, Ciclope adentrava a uma sala de aula após quase vinte anos longe dos estudos, com quarenta anos de idade, chegava bem próximo a classe, parando no pátio com sua esposa Jean de quarenta e cinco anos, que trazia o na garupa de sua bicicleta. Trajando roupas simples, percebia que isso não era o foco das atenções, como se todos, não sei se por efeito de um estigma internalizado ou por ouvir — olha ele, ele é cego — murmuravam alguns alunos. O que não sabiam os aspirantes a futuros professores de História que o passado só fala se confirmado no presente e ouvido no futuro.

O presente momento e lugar no setor de Humanas próximo ao de Educação, seria a primeira providência tomada pela Universidade em não deixar um aluno cego andando a noite por um campo com quilômetros de área, com múltiplos pavilhões com quase nenhuma acessibilidade.

Todos pareciam ansiosos, jovens em sua maioria, ainda que não pudessem ser vistos por Ciclope, eram minimamente detalhados por sua esposa. Primeira descrição feita por Jean ao adentrar os portões do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

— Filho, é muito bonito, tem várias salas com um corredor feito por varandas, do nosso lado direito, que vai até lá no fundo e a nossa esquerda tem um portão, onde ficam as coordenações - falava Jean. E assim foram eles, caminhando pelas varandas,

— Cuidado! Tem um degrau na sua frente, estamos agora debaixo de uma varanda, se estou lembrada da indicação da coordenação, é por aqui — orientava Jean conduzindo-o

.— Vamos agora para direita! Que legal! — declarou Ciclope.

— O que foi? — perguntou Ciclope, após sentir que ela parava.

— Tem uma rampa na nossa esquerda que leva para o segundo andar — explica Jean, continuando a detalhar o caminho — agora, depois dela vamos para esquerda, agora atrás da gente fica a xerox, tem salas, ao nosso lado direito, do esquerdo tem um pátio com algumas árvores — falava Jean.

— Sigo reto? — perguntou Ciclope.

— É só continuar — responde Jean.

— Estamos passando agora pelo banheiro masculino, quer ir ao banheiro? — indagava Jean.

— É melhor acharmos a sala primeiro — disse Ciclope, muito ansioso.

— Cuidado com o bebedouro, quer água? Veja como é, coloca aqui sua mão, tem duas torneiras, com uma bolinha de cor azul em cima de uma e uma bolinha vermelha da outra — prosseguia Jean. Ciclope enfiou logo as mãos embaixo das torneiras, exclamando ser o único jeito dele saber, qual era fria ou quente.

— Enquanto você bebe água vou ao banheiro, está logo aqui depois do bebedouro. Me espera aí — afastava-se Jean, ainda olhando para ele.

— E para onde eu iria?! — acrescenta Ciclope, sorrindo. Ciclope parado de frente para o banheiro, mas ainda próximo ao bebedouro, é catucado nas costas por uma caneca nas mãos de uma estudante, que ao ver a guia em suas mãos se desculpa pelo incomodo causado. Ciclope se afasta um pouco para trás e Jean saindo do banheiro, grita:

— Cuidado!

— Que foi? — perguntou surpreso Ciclope.

— Tem um precipício atrás de você!. Ciclope se vira arriando a guia e logo depois pula no precipício de 50 centímetros, tornando para cima em outro salto, fazendo do momento uma piada manifestando sua alegria como sua principal característica.

Brincadeiras à parte Jean continua a conduzi-lo, passando pela sala de estudos chegam diante de duas pequenas rampas.

Seguindo reto atravessariam um lugar com 6 metros de comprimento, com muitas pedras soltas, com um pouco de mato e iluminação precária, terminando em um lance de escadas com 5 degraus, pensou Jean ser um lugar muito perigoso para que viesse a aprender a passar, preferindo leva-lo pela esquerda, dando acesso ao pátio, essa conduzia a duas escadas com cinco degraus largos e compridos cada uma, ou a duas rampas com acesso para cadeiras de rodas, com tudo essas rampas tinham o corrimão auto e não possuíam tela protetora.

Adiantando um fato que só ocorreu já no terceiro período, prossigo. Pensando Ciclope estar mais familiarizado com a geografia do local, antes do acesso a essas duas rampas que davam de frente a sala dele há uma cantina, onde aos poucos aprendera a ir. Nesse dia Ciclope estava só, Jean o tinha deixado com alguns amigos na cantina, tomou um café, mas estava preocupado como o início da aula, indagando aos colegas:

— Será que não começou a aula? — fala Ciclope um tanto incomodado pela despreocupação dos colegas. Ambos olhando para sala lhe disseram que não e continuaram a conversar. Ansioso que era, Ciclope se mexia de um lado para outro na cadeira, quando de uma vez, após perguntar mais algumas vezes e ser ignorado, levanta-se sem ser notado se dirigindo para a sala de aula, meio sem direção. Por um caminho que nunca houvera passado, Ciclope ao dar uns seis passos da cantina, simplesmente agarra sua calça em um pedaço de ferro enfiado no chão, com a perna com um leve corte, mas com um grande rasgo na calça, se desvia ainda mais parando de frente com a rampa, estava no meio do pátio, olhou para os lados tentando ver algum vulto, inútil, era quase noite, resolveu sair da rampa e achar as escadas, não conseguiu, frustrado retornou em direção a rampa, antes olhou de um lado para outro sentindo-se muito envergonhado. Com muito custo tocou a guia no corrimão, bastou alguns passos até que chegou a curva da rampa e por não ter as telas que poderia limitar seus passos no contato, passou direto, enfiando a guia por baixo do corrimão não conseguiu parar, caiu batendo o rosto no ferro do corrimão, ficando com um dos pés na parte de baixo da rampa, o pescoço preso no corrimão e o outro pé em cima da rampa. Mais constrangedor do que doloroso, Ciclope rapidamente se recompõe e nesse momento percebe que ninguém o olhara em nenhum instante. Todo esse fato só foi revelado a Jean e outros amigos depois do que chamaremos mais à frente de processo de limpeza do estigma.

Por fim retornamos ao primeiro dia de aula, chegaram finalmente à sala 21, com alguns minutos para o início da aula. Jean pergunta a Ciclope se quer que ela fique em sala com ele ou esperando no banco do lado de fora, a sala estava cheia, ambos acharam melhor que nos primeiros dias ela ficasse com ele na sala, afinal era alguém de olhos fechados diante de vários que não conseguiriam se comunicar com ele. Toda aula ocorreu como se a grande surpresa nunca fosse o professor novo que entrava, mas a presença de um aluno cego. Um dos professores fazia perguntas, chegando a vez de Ciclope.

— Porquê você quis fazer História? — Perguntou o professor a Ciclope.

— Quem não tem dinheiro conta História — declarou Ciclope. — Desculpa, brincadeira! como todos podem ver sou cego e acho que seria muito difícil uma Física ou Matemática — fala explicando Ciclope.

Com o decorrer das aulas e uma aproximação impessoal com alguns colegas, Ciclope via surgir diante de si barreiras de ordem não só, arquitetônica, comunicacional, mas sobre tudo a que mais interessa a nossa História, presente nas barreiras atitudinais o preconceito ganhava força nos primeiros contatos.

5.2 A Realidade Virtual

Em um intervalo de aula que contemplava uma classe com 65 alunos da mesma turma, ficava difícil para Ciclope ganhar a confiança, o desconhecido sempre gera desconfiança. Em um momento em sala, a professora propõe que toda a turma se ajunte em grupos, arras tação de cadeiras era constante, o falatório constante, para quem não sabe qualquer barulho mais intenso retira o equilíbrio de um cego, e era assim que Ciclope estava. Muito pior todos já haviam formado seus grupos, lá estava Ciclope, no meio da sala com todos os grupos afastados, com um olhar desolado, os olhos marejados e um sorriso amarelo, sua maior vontade terrível era sair de sala correndo, o que certamente faria se Jean não o contivesse. Um pouco aquela realidade e a professora manda: Cadê quem vai fazer grupo com Ciclope? Perguntava a professora. Meio que sem escolha, parte dos rejeitados se unem a Ciclope formando um grupo de cinco, na verdade os que chegaram atrasados, os que estavam fumando do lado de fora e não tinham escolha, em fim melhor do que nada.

Ao término de uma das aulas ao ver Ciclope se afastar sem Jean. Um dos colegas de classe apressa o passo e fica do lado de Ciclope

— É uma pena que você não vai conseguir acompanhar a turma, os textos são na maioria impressos. Desfechava o colega em um comentário pobre de espírito. Ciclope sacodiu a cabeça confirmando, seguiu seu caninho, logo mais à frente, antes de chegar ao portão onde esperaria Jean, foi surpreendido por outros alunos que se revelavam mais do que colegas, era uma moça e um rapaz que se ofereceram para ler todas as apostilas para ele, de forma que gravassem para que ele pudesse ouvir. Obra muito linda, que surpreendia Ciclope, se durante o decorrer dos períodos, todos não ficassem enrolados não conseguindo ler nem para si mesmos.

5.3 - A Miséria Simbólica

Ainda nos três primeiros períodos em um dia de aula normal estavam todos em sala, um vídeo iria ser apresentado, até aí tudo bem para Ciclope, que poderia ao menos ouvir. Se isso fosse possível, ao menos se algum aluno entendesse alemão ou conseguisse ler legenda em italiano seria perfeito o entendimento de todos. Diante a essa condição a exclusão foi para todos, com tudo o pior se faria após o intervalo, já com outro professor em sala de aula foram divididos entre os alunos laudas com fontes históricas, que precisavam ser lidas e interpretadas. A professora com cada aluno em seus lugares, pergunta: “o que vocês veem nessa fonte? “

— Por um breve momento Ciclope ficou calado, com a folha na mão, a sensação de excluído, enquanto alguns colegas já murmuravam: — professora, o Ciclope não vê — afirmavam eles. Outros, continuavam —Aí, caramba — ou ainda —que palhaçada!.

Mais uma vez disparos de memória abriam memórias killer, que como o grande Psicólogo Cury revelou no contato, as maus memórias guardadas no interior, vem a tona, era o que acontecia com Ciclope, o estigma internalizado reagia.

— Falem! O que vocês veem?, pergunta a professora. Ciclope vendo que ninguém respondia, respirou e disse:

— Eu! — falou nosso amigo.

— O que? insistia a professora, “pode falar Ciclope”.

— Só vejo uma página em branco — declarou Ciclope em tom de ironia.

— Me desculpe. Alguém sente com ele, pessoal — constrangida com a situação tentava se redimir a professora.

Em uma tarde Ciclope houvera chegado mais cedo com Jean para assistir uma palestra no auditório, durante o decorrer da mesma uma colega de outra turma sentara ao lado deles, Jean falou

: — vocês têm aula juntos a noite, pode ir com ele até a sala mais tarde, já vai estar escuro? — perguntava Jean a colega de Ciclope. — Claro — respondeu a colega.

Mais tarde ao fim da palestra Ciclope e sua colega se dirigem para a sala, como ainda era cedo, sentaram em um banco próximo e conversavam:

— Você conversa comigo, é meu amigo, mas acho que é porque você não vê, se visse — declarou a colega, mostrando traços de um estigma já internalizado.

— Como assim? Perguntava Ciclope.

— Olha para o meu braço, você não vai ver nada, se ver vai ser tudo preto – trazendo em sua fala reflexos de prováveis janelas killer. Ciclope se fez de desentendido e tornou a indagar:

— Como assim?

— Você está brincando eu sou negra cara olhe para mim — insistia a colega.

— Então eu sou um privilegiado, por ter conseguido enxergar toda sua beleza: Na maneira como você grita de longe: meu amigo, me dando um abraço tão carinhoso; na maneira como se preocupa comigo dentro da sala de aula; Toda a sua doçura e simpatia — lembrava Ciclope a sua amiga.

— Ainda que não tivesse cor, seria certamente a mais bela. A verdadeira beleza não se mede no visual. Esse que a todos engana e condena, se remonta no processo interpessoal, mediante uma aproximação em sentido de afinidade – declara Ciclope, comovendo sua colega.

Em uma aula em outro pavilhão, com uma sala muito pequena, estavam: Ciclope e mais 5 colegas. Onde as imagens eram as fontes, Ciclope achou que não poderia conseguir resultados satisfatórios, uma vez que não conseguiria decifrar sem ver as imagens. Um teste foi feito por ele e seus colegas durante a aula foi pedido pela professora a seus colegas que definissem cada uma característica da imagem analisada, com isso todos ouvindo as colocações um dos outros poderiam definir as condições e o provável significado da imagem. Após uma sequência de características, somente Ciclope, que a todo momento só ouvia pôde dar um resultado conivente com as características dadas por cada um. Talvez por ter ficado cego aos 30 anos de idade, conseguia se beneficiar do imaginário, com tudo todo aprendizado estava por vir.

Ao terminar a aula ainda a tarde Ciclope se adiantou despediu-se e saiu acompanhado de um colega negro homossexual, ao chegar no portão ficou conversando até a chegada de Jean. Enquanto isso a professora se aproximou e começou a conversar com seus colegas que estavam com ele, que tentava a todo tempo participar da conversa, se dirigindo diretamente a professora, era em todo o tempo ignorado, trecho:

— Professora quando vai ser a próxima aula? — pergunta que Ciclope fez de frente para ela, no intervalo do diálogo com seus colegas, porém nada se ouviu por parte da professora.

Enquanto insistia chegou sua guarda-costas, ou melhor Jean, que vendo sua insistência em ser notado, tomou a frente da professora e disse:

— A senhora não está vendo que ele está tentando falar contigo — irritada com a situação Jean interveio. — A tá — responde a professora com indiferença, virando-se para outro aluno, deixando Jean falar ao vento.

— Um estigma diferente ainda não notado vinha à tona, vejamos as condições:

O colega de Ciclope era homossexual e negro, recebia a maior atenção, a outra era mulher, Ciclope em um primeiro momento pensou que era pela deficiência, mas quando Jean chegou empurrando uma bicicleta velha barulhenta, de vestido e chinelo de dedos, teve a certeza que o preconceito era de classe.

A multiplicidade de estigmas se somam, sobre tudo como em Ciclope muita das vezes esse reage, como no caso da amiga negra de Ciclope, que internalizou o estigma ao ponto de achar que todos, se riem, riem dela, se olham de cara feia, é por causa da sua cor, como definir quando o estigma já está internalizado?

Poderíamos dizer que a baixa autoestima, a agressividade de reação a tudo que contrarie presente em alguns dos colegas sejam (PNE) ou (UPAB) revelam um estigma já internalizado.

5.4 A Criação da Pessoa do (PNE)

Ainda no segundo período já bem desanimado com os estudos, Ciclope pensava por várias vezes em parar. Um dos principais motivos era sua dificuldade com as leituras dos textos, parecia se cumprir a falácia de seu colega que outrora fora pobre de espírito, que ele não poderia acompanhar a turma. Fato que ainda no primeiro período caíra por terra com a aproximação dos dois em um seminário, onde Ciclope conseguiu ganhar a confiança da maioria da turma.

Já de noite em casa Jean e Ciclope, passavam horas tentando converter os textos para um formato possível a ser lido por leitores de tela, uma luta que se estendia até o amanhecer.

Na manhã do dia seguinte Ciclope recebe uma ligação. Jean atende e diz:

— Alô! — atende Jean ao telefone. — Parece um rapaz que ligou outro dia. Ele queria falar com você sobre formar um grupo, eu acho que (PNE), não sei — Jean tenta adiantar o assunto para Ciclope. — Quer falar com ele? — pergunta Jean.

— Claro — responde seu companheiro Ciclope. — Ele está na linha — confirma Jean entregando o celular A seu companheiro.

— Bom dia — diz Ciclope.

— Você não me conhece, mas eu sou Wolverine, estou a um bom tempo tentando reunir pessoas com Necessidades Específicas como as minhas para que juntos possamos ter voz, será que poderíamos nos reunir? — falava Wolverine do outro lado da linha.

— Claro, quando? — confirma Ciclope, já perguntando pela data. Ciclope chega à tarde na Universidade acompanhado de Jean, deixam a bicicleta trancada e vão ao encontro dos colegas para uma reunião que mudaria o futuro daquele grupo.

Logo de longe Wolverine cumprimenta Ciclope com muita simpatia. Esse apresenta sua companheira Jean. Aproximando-se pelo outro lado outra X-(PNE), Vampira já conhecia Wolverine, só faltava conhecer o casal, após se cumprimentarem se dirigiram a uma sala reservada.

Sentados os quatro em uma mesa, de um lado Wolverine e Vampira, do outro Ciclope e Jean, tinham no centro uma cadeira vaga, onde para o espanto de Ciclope se sentou a mesma mulher, que a alguns dias atrás houvera falado com ele em nome da pessoa Nai, essa seria a cerebro-PNE, A grande mentora que daria asas ao primeiro coletivo da Pessoa com Necessidades Específicas- PNE. Se Ciclope era cego a 15 anos, Wolverine sofreu um acidente caindo de um andaime fraturando a coluna e Vampira sofria com os traumas deixados em suas pernas e coluna, após ter sido atropelada já como estudante da Universidade.

Naquele momento um documento que futuramente seria reconhecido por todas as coordenações e Reitoria era assinado pelos três, com o seguinte lema: “Nada sobre nós sem nós”.

Com tudo por que esses nomes, podemos dizer: Wolverine era barbudo e tinha em suas mãos sempre duas muletas. Enquanto Vampira recebeu esse nome de Ciclope, quando em um belo dia Ciclope precisava andar de um Instituto para outro e estava com ela.

— Vampira- quer que eu te leve, é muito longe e a Jean só vai vim mais tarde — explicava Vampira ao se oferecer para ajudar Ciclope. — Está bem, vamos — confirma Ciclope.

— Vou segurar no seu ombro — apontando o lugar onde iria segurar em Vampira. — Está doido, não consigo, tenho uma das pernas meio centímetro mais curta, dessa forma você vai dificultar mais para mim — explicava Vampira.

– E como eu faço então?! Tenta entender Ciclope.

– Menino segura no meu braço, que eu vou apoiando em você e te guiando — esclarece vampira.

— Que beleza, estamos parecendo um casal — brinca Ciclope.

— Menino vou te beliscar! — reage com outra brincadeira vampira. Bastou alguns centos e cinquenta metros para Ciclope que ao mesmo tempo que era guiado por ela, e à ajudava apoiando a em seu braço, sentir seu peso que aumentava a cada vez que mais andavam, daí o nome Vampira, era como verdadeiramente ela sugasse as forças de Ciclope.

Com tudo onde fica a especialidade de Jean?

— Essa Ciclope pode explicar melhor que ninguém: – A Convivência de Jean com ele, despertou um sexto sentido, capaz de colocá-la em uma sintonia, não só com suas dificuldades de tempo prolongado como a de todos os X-(Pne)

5.5 O Fortalecimento das partes no todo

Era o início do começo de um grupo, que venceria dentro de suas diferenças. De um lado Wolverine aluno do Direito, era um dos coordenadores, lutava por um status legal para o coletivo. Vampira da Física, chefe de relações públicas, perita em Libras, fazia seus movimentos além da comunicação. Jean que mais tarde entraria para a Licenciatura do Campo sempre os apoiando em todas as áreas. Em quanto Ciclope aluno da História e coordenador do (PNE) era também o mediador, único que podia revelar aquilo que os olhos não podiam ver, aconselhava, tinha o dom de ouvir, um pacificador que mantinha o equilíbrio do grupo.

Ainda no segundo período após várias reuniões, fossem com a Reitoria, com o Fórum de coordenadores ou mesmo com outros coletivos, era de consenso mútuo de todos os participantes a pessoa do (PNE) precisava nascer de uma vez por todas.

Uma grande cerimônia marcaria a fundação do primeiro coletivo de Pessoa com Necessidades Específicas -pne, o único até aquele momento em toda América.

5.5.1 A ligação Direta com o (NAI)

Era 9 de julho de 2016. Em um mesmo auditório estavam representantes ilustres de toda a Universidade, com atenção especial a Reitora da Pro grade. Ciclope, Vampira e Wolverine alcançavam a visibilidade tão essencial a pessoa do (PNE).

Olhando pela visão de Ciclope tudo se fazia muito mais complexo, além de ter que organizar mentalmente toda aquela situação, o mesmo se propôs a cantar e tocar uma música no início da celebração.

Ciclope chegara assim como seus amigos uma hora antes, adentrando o auditório com seu equipamento, acompanhado por Jean, buscava testar junto com ela o microfone, caixa e violão.

— Som, som – repetia Ciclope no microfone — porém parecia que nada estava funcionando

– Eu acho que deve ser lá em cima na mesa de som— declarou vampira.

— Já estou aqui mexendo — apressou-se Volverine em falar.

— Parecia que tudo estava dando para trás, foi quando Ciclope músico que era pediu a Jean e Vampira que levassem o a mesa de som. Em uma simples manobra com os cabos estava resolvido, todos ficaram atônitos, um cego que subira até a mesa de som com os cabos dos microfones e pudesse resolver aquilo que os videntes não conseguiam.

Com o reconhecimento público da pessoa do (PNE), várias demandas puderam ser absorvidas pelo Nai e o plano iniciado pela mulher que fora a mentora na criação do coletivo, chegara ao fim.

Depois de conquistas como: bolsa (PNE), Bolsa tutoria, além da obtenção de algum material para acessibilidade, as relações com o NAI perdiam sua força. Das duas mentoras que uniram forças ao coletivo só restara uma que ficara muito atarefada frente as demandas principalmente com a implantação da Lei 13146- Lei Brasileira de Inclusão em de 2015, sancionada em 2016, seguida da inclusão da Pessoa com Deficiência a Lei de Cotas à partir de 2017, todo efetivo de Pessoas com Deficiência se multiplicara.

5.5.2 O Quase Fim das Tutorias

Já acostumado com a tutoria, Ciclope assim como seus amigos, viam na bolsa ou mesmo no apoio dado pela Universidade, representada na pessoa do Nai, um apoio que por vezes se distanciava. E assim foi em 2017, com o quase fim da tutoria, representado por alunos selecionados pelo corpo do (NAI, que preso a uma burocracia segregadora, enxergaria mais tarde o papel fundamental do X-(PNE).

Era semana de provas, alguns dos (PNE) já haviam relocado ou mesmo reagendado suas provas, uma vez que muitos necessitavam de ledor ou escriba. Sem a presença dessa tutoria um caos se instalava, não para os que eram normais, mas sobre tudo para os X-(PNE), que possuíam um efetivo 30 vezes maior do que no ano da fundação.

Ao se aproximar o dia da prova, Ciclope comunicou a necessidade de um escriba e ledor:

— Amanhã vou fazer uma prova e como já houvera comunicado com uma semana de antecedência, estou aqui para a confirmação — Ciclope pedia na coordenação a possibilidade de uma tutoria para assisti-lo.

— Infelizmente não temos pessoal, das seis tutoras, só estamos com uma, precisamos abrir nova edital — se explicava a coordenadora.

—E o que eu faço, fico sem fazer as provas — desabafava Ciclope.

Um vazio frente a incapacidade era o que Ciclope sentia em seu interior. Já era noite

– Não sei o que fazer — falava Ciclope a Jean.

— Será que eu posso ser sua escriba — cogitava Jean.

— Já sei, porque você não liga para a super amiga Diana — sugeria Jean. — Será... — duvida um pouco Ciclope.

Ciente de que Diana não fazia mais parte do quadro de tutoras, além de estar no fim do seu curso, hesitou um pouco, porém não tendo muitas opções.

— Alô, Diana, como vai minha superamiga? — Ciclope ligara para Diana.

— Oi, meu amigo, como você está — responde Daiane com muita alegria.

— Bem — responde Ciclope, concluindo — que precisaria dela para fazer uma prova no dia seguinte e para alegria de Jean e Ciclope e não espanto, a superamiga não hesitou:

— Amanhã vou voando para lá, meu amigo — declarava ela muito feliz.

No dia seguinte Ciclope torna a falar com a Coordenação. — Alô!, bom dia — conversa de Ciclope no telefone.

— Alô, Ciclope — responde a coordenadora.

— A senhora me havia dito, que não teria uma tutora para me acompanhar — esclarece Ciclope. Pois eu digo: quem tem amigos não precisa de tutoria — a resposta apesar das palavras fora dita em um tom bem agradável.

Apesar de não utilizar a tutoria, Vampira mesma chegou ser tutora de Libras para Ciclope, contudo Volverine também sofria com a escassez das tutoras. A maior briga de Vampira era com respeito a locomoção e o descaso da instituição com sua condição motora. Processo que seria facilmente resolvido com uma bolsa (PNE), onde essa poderia pagar por algum transporte dentro da Universidade, fato que não ocorreu até o dia de hoje. Que se cristaliza essa realidade romantizada.

5.5.3 O Surgimento da Tutoria voluntária

Ainda no terceiro período Ciclope e Jean não tinham intimidade com a tecnologia, achavam que os áudios da internet, as leituras de Jean e de alguns amigos seria a única forma que poderiam utilizar para se preparar para as provas. Profecia ou maldição, foram as palavras proferidas por um colega de espírito pobre logo no primeiro período?

Em uma aula bem próximo do fim desse mesmo período, Ciclope Jean se encontravam cansados; A busca incessante por uma forma para ler os textos com autonomia para Ciclope era uma questão de honra para Jean e de permanência para Ciclope.

Ciclope sentava-se na primeira fileira ao lado de Jean, quando comentou:

— se eu tivesse, ou se existisse um conversor de imagens para textos, que pudesse fazer isso para mim sem tantos erros — desabafava Ciclope lembrando as inúmeras tentativas de Jean.

— Você falou em converter imagens para texto editável — falava o colega de trás de Ciclope. — Que se aproximou e nesse ponto chamo a atenção a uma Interpessoalidade, que mais tarde daria frutos.

— Não sei se posso te ajudar, mas tenho um conversor do tipo que você precisa — se explicava o colega de trás de Ciclope.

— Como assim, é claro que preciso, quanto é? — entusiasmado falava Ciclope.

— Não vou te vender, eu te dou — ponderava o agora amigo.

No dia seguinte seu amigo já estava a instalar o conversor OCR em seu Laptop. Ali dentro daquele diálogo surgiria a primeira manifestação por parte dos colegas a uma futura relação de vínculos, uma interdependência que gera uma verdadeira aproximação.

Retornando a nossa trajetória já no quinto período, com uma aproximação maior de Ciclope com os colegas ainda que superficial, com tudo na emergência com o quadro de tutoras que diminui de 6 para 1, uma luz se reproduz em meio as trevas.

Estavam todos no pátio, Ciclope esperava Jean, que ligou para um de seus colegas avisando que iria demorar um pouco para chegar, e se esse poderia levá-lo ao ponto de ônibus.

— Obrigado amiga — declarava Ciclope ao se despedir da amiga, que se distanciava, deixando o já no ponto.

— Oi, meu amor — falou Jean ao chegar, beijando-o.

Em casa Ciclope discute a ideia com Jean de criarem uma tutoria voluntária que suprisse suas necessidades assim como a de outros colegas

— ótima ideia! — confirma Jean, acrescentando: – em troca eles poderiam receber horas complementares

— Show — comemorava Ciclope.

Em um dia de aula como tantos outros, Ciclope sempre precisara do apoio de seus amigos. O que muitas das vezes parecia constrangedor, a medida em que Jean podia contar mais com os colegas de Ciclope, isso se tornara mais comum, com tudo algo precisava se aprofundar.

Naquela altura falávamos do estigma internalizado de Ciclope, que a todo tempo se sentia um peso par Jean e seus amigos. Apesar das boas notas e de ser àquela altura um dos alunos mais requisitado para uma prova em grupo, era como se eles fizessem algo enquanto ele muito pouco podia fazer. Se essa foi a intenção da tutoria em um primeiro momento, os frutos foram diversos.

Em sala de aula Ciclope vira-se para o lado e propõe a dois de seus amigos:

— O que vocês acham de ser meus tutores? – perguntou Ciclope aos amigos.

— Não sei — respondeu o rapaz— declarando que não saberia fazer isso.

— Ora basta fazer o que vocês já fazem e além disso vocês seriam remunerados com horas complementares já acordadas por mim com a pessoa do (Nai)— esclarecia Ciclope.

Naquele momento a primeira tutora se prontificava, sua amiga concordou na hora, — me explica melhor — indagava ela.

— Basta que você me auxilie, é claro que você não fará as minhas provas, com tudo trabalhos em grupo, leitura de textos, descrição dos vídeos, auxílio de um instituto para outro ou mesmo me colocar no ônibus como você já faz, sendo meus olhos – esclarecia Ciclope.

Trinta horas complementares por período haviam sido acordados entre Ciclope a pessoa do (Nai) que contava com uma coordenação atuante e flexível. Após um breve desligamento direto entre as pessoas do (PNE) e pessoa do (Nai), toda a dificuldade com o enfraquecimento das tutorias remuneradas deu lugar a uma oportunidade significante.

5.6 Ditando o Conceito na aproximação

Mais do que um apoio a qualquer uma das pessoas institucionais, a formação dessa tutoria, que mais tarde após sua criação em 2017, contaria com mais de 12 alunos, via surgir um vínculo de interdependência, onde a necessidade que faz a força, gera uma verdadeira aproximação em sentido de afinidade.

Muitos foram os tutores voluntários, de forma estratégica em 2018.2 Ciclope e Jean, ela que agora como estudante da Licenciatura em Educação do Campo estava de vez ao lado de seu amado, agregavam alunos de outros cursos possibilitando que esses pudessem fazer o papel de leitores ou mesmo escribas durante as provas.

Uma aproximação mais significativa, laços de uma verdadeira amizade quebravam com os paradigmas do preconceito, o que muitos reputavam como dependência e falta de autonomia se convertia em reconhecimento, uma alteridade capaz de refletir momentos contido em uma simpatia mutua.

Todas as vezes que Jean deixava Ciclope na Universidade, recomendava: – cuidem bem do meu bebe – brincava ela — pedindo a atenção de todos— pode deixar Jean – declarava a primeira tutora voluntaria. – Cuida do seu pai— era como Jean e Ciclope consideravam aquela jovem, sentimento que era recíproco por parte dela. Com o decorrer e avanço naquele ano em

que Jean já estava como aluna, algumas vagas foram abertas para tutores bolsistas, como ela ainda não tinha o segundo período não poderia concorrer a uma vaga. Com tudo que havia acontecido com a criação de uma tutoria voluntária, que por várias vezes assumiu o trabalho remunerado era próximo a relação entre a pessoa do (Nai) e pessoa do (PNE).

Jean estava com Ciclope no pátio do (ICHS), quando toca o celular: trinn!

— Alô! — atende Jean.

— Jean, será que você e Ciclope poderiam nos ajudar, indicando alguém para as vagas de tutores — era a coordenação do (Nai), requisitando na experiência dos dois, alunos que poderiam assumir sem qualquer avaliação qualificadora, pois não havia tempo para abrir um edital, mais uma vez aumentava o efetivo de ingressos de alunos com Deficiência. Confiando unicamente nas indicações e nos vários favores já prestados por esses alunos e na indicação da pessoa do (PNE) foram admitidos quatro tutores, dois em uma primeira levada e logo em seguida mais dois.

Meses antes dessa proposta feita a Ciclope e a Jean, Ciclope já houvera alertado a sua filha forma como tratava sua amiga e tutora voluntária desde o início: — a coordenação do (Nai) está precisando de ajuda, então te aconselho filha, não só você, mas a todos da tutoria voluntária: tentem ser prestativos, se pedirem ajuda de vocês não vacilem e aceitem logo — falava Ciclope no grupo pelo WhatsApp.

— Com certeza estou dentro — respondia sua filha. — Vocês podem se organizar dentro das necessidades do próprio (Nai), só quero que nunca digam não, tentem ser útil e garantam sua vaga mais tarde como tutores remunerados — explicava os detalhes Ciclope.

— Show; dá sim; estou dentro — respondiam seus amigos. — Vou adicionar ao grupo a coordenadora do (Nai), obrigado — encerrava Ciclope.

Nessa loteria de oportunidades adivinham que foi a primeira requisitada, certamente a primeira que se voluntariou.

A relação entre Ciclope e seus amigos, assim eram chamados os colegas que venciam com as barreiras atitudinais era de confiança, não haviam mais dúvidas quanto suas capacidades, Ciclope a tempos houvera ditado seu conceito na aproximação. A segregação não se fazia mais possível, as diferenças se complementavam em uma rede de relações de interdependência.

Se de um lado o estigma da Deficiência se incluía com sua diferença, do outro os de raça e classe subjugavam uma realidade identitária em virtual.

Já no quinto período Ciclope tinha apresentado seus conceitos, o estigma da Deficiência perdia o poder do preconceito. A confiança dos colegas e amigos se tornara blindada, não era Ciclope mais um aluno cego, tinha sua identidade construída na aproximação com seus amigos.

— E aí como foi a aula — perguntou Jean a Ciclope a pós o término, enquanto esse falava com seus amigos, que se despediram chamando de Sócrates.

— Porquê Sócrates? — Perguntou Jean. — Imagina que logo depois da aula debatíamos um assunto muito complexo para todos e eles estão me elogiando por ter entendido com tanta facilidade, por isso o apelido do grande filósofo.

— Entendi, legal, meu Sócrates. — Confirma Jean, repetindo.

Em um dia de aula com a turma muito eufórica com a possibilidade da obtenção de bolsas PIBIDE, principalmente a alunos com um bom índice escolar, além do mais estava ali uma das professoras responsável pela avaliação, todos a interrogavam:

— Então, professora se o índice acadêmico é o que conta mais, é certo que uma das vagas já é do Ciclope — falavam os amigos de Ciclope em volta da professora, com ele sentado logo a frente. — Com um olhar de desdém, declarou a professora:

— Ele ainda não está preparado. — Todos os amigos ficaram contrariados.

— Por que? — perguntava sua amiga filha.

— Vai saber — respondia sem resposta a professora.

Naquele momento os estudos sobre o sociólogo Goffman com respeito ao estigma que destrói se uniam a teoria das janelas Killer de Augusto Cury remontando as marcas, restava saber qual, com tudo Ciclope já tinha sua avaliação.

— Acabou a aula — disse Jean ainda da porta, vendo que todos estavam de pé. — Ciclope se levantou e foi para fora

— Oi, meu amor — disse Ciclope a Jean à abraçando a.

— E aí Ciclope vai fazer a inscrição no edital? – perguntava sua filha amiga.

— Eu acho que você já ouviu o resultado — lembrava a conversa dentro de sala de aula à sua filha amiga.

– Papo daquela bruxa, você é o que tem mais competência. Defendia as capacidades dele.

— Não sei, não é pela Deficiência, parece que essa mulher tem raiva de mim — desabafava Ciclope. — Só vive falando que viajou para o Peru, que entrou no peru — declarava Ciclope debochando. Ka, ka, ka, ka... — riam sua filha amiga e Jean. — Mas com certeza vou me escrever — confirmava Ciclope.

Depois a reprovação de Ciclope no edital do Pibid, chegou à conclusão que as barreiras atitudinais para serem vencidas devem ser desconstruídas de ambos os lados.

5.6.1 As Consequências da Indiferença

Durante uma noite no (ICHS) já no quinto período lá estava Ciclope em um fim de aula seus amigos o perguntaram por Jean.

– Já está chegando por aí — respondeu Ciclope, sinalizando que ficaria tudo bem com ele, se despedindo de todos. Mais tarde já próximo as 22 horas Ciclope foi seguindo em direção ao portão para esperar Jean, quando:

— Opa, que foi isso – indagava Ciclope a si mesmo pensando que estava sozinho. — Eita! Foi mal cara — pedia desculpas Charles Xavier, por ter deixado Ciclope bater em sua cadeira.

— Prazer — falou Ciclope.

— O prazer é meu, eu fico vendo você, se é difícil para a gente que está vendo tudo, imagina — Os dois conversavam sobre suas deficiências, seus obstáculos, além do estigma presente na cor, enquanto falavam chegava Jean, já estavam quase todas as luzes apagadas

— O que houve, ninguém falou que vocês estavam aqui esperando — reclamava Jean, completando que ainda não estava na hora.

— São nove e quarenta — confirmava Xavier. — Jean esse é Xavier, Xavier essa é minha esposa, ele já vai entrar para os X-(PNE). — Falava Ciclope já apresentando os dois

– É um prazer, mas é melhor agente se apressar. Vamos antes que eles fechem – disse Jean.

– Deixa que eu levo a cadeira falou Ciclope.

— Caramba, filho, você vai matar ele — declarava Jean.

— É ruim, é ele que dirige, eu só empurro — explicava Ciclope como iria fazer aquilo.

— Ei moço não fecha — correu Jean na frente alertando ao vigia, que ainda haviam dois alunos, bastou passar Ciclope empurrando a cadeira para o portão ser fechado logo atrás deles.

Foi naquela noite que ao conhecerem a esposa de Xavier, tiveram a ideia do nome Charles Xavier, o sobrenome Xavier era de sua esposa, dessa forma tudo se formou. Com tudo um incidente com Xavier em uma das entradas que dava acesso a um dos portões do (IE) alguns meses depois fez o crime da indiferença reinar mais uma vez. O acesso fora reclamado por outros X-(PNE) inclusive Ciclope, que por várias vezes bateu suas canelas, que não tinham nenhum super poder, por não ser dada a atenção devida, imaginemos:

— Boa tarde, quer uma ajuda — ofereceram dois homens a Xavier, para passar por alguns tocos de concreto colocados para inibir a entrada de carros.

— Vamos lá pega daí, que eu pego daqui — levantavam a cadeira de Xavier acima dos tocos e nesse o momento o pior:

— Caramba falou um dos homens deixando cair a cadeira com Xavier.

— Ai! — gritou Xavier ao cair no chão — além de perder a cadeira, Xavier sofreu várias luxações.

5.6.2 A última reunião dos X- (PNE) antes da pandemia que assolou o mundo (COVID-19)

Para falarmos dos acontecimentos com Ciclope e seus amigos, precisaremos, acrescentar cada encontro, para entendermos como as linhas dessa tessitura se constituem.

Em uma reunião, ainda em 2017 com a Reitoria, tínhamos representantes de outros grupos como o COPAMA, que trazia em seu meio a nada mais, nada menos, que a tão explosiva Tempestade, com baixa visão em uma das vistas, essa recebeu o seu nome por fazer uma tempestade, bastava que a provocássemos, lembro de seu encontro com Ciclope e Jean:

— E aí gostosão — gritava Tempestade no meio do corredor do (P1) a Ciclope com Jean a seu lado.

— Sai fora jaburu se referia Jean a tempestade.

— Oi lindona — cumprimenta Tempestade a Jean sorrindo.

Lembremos também de Noturno, que mesmo sem uma das pernas está em toda a parte, até surfar o cara surfa, além de ser um outro ponto de relevância por ser jovem e estar na mídia.

Outro que somou forças aos X- (PNE) foi Gambit, que recebeu esse nome por sua semelhança com seu personagem, com tudo esse não tinha cartas atrás da orelha, mas um aparelho de implante coclear, com um microfone capaz de permitir que esse pudesse ouvir, fazendo da sua diferença, mais uma característica da pessoa do (PNE.).

Quando se encontrou com Ciclope e Jean pela primeira vez, não precisou do intermédio de vampira, uma vez que ele não falava em libras caso o auto falante estivesse sem baterias, não adiantaria nem gritar

Mas foi Kitty que durante a reunião em 2019 que marcou sua participação, foi ali que ela conheceu a maioria dos X-(PNE), a Lince Negra com sua deficiência motora rompia todas as barreiras, ganhou esse nome de Ciclope devido sua doçura ao falar.

Ali estavam reunidos: Ciclope, Jean, Tempestade, Lince Negra, Gambit, Vampira e Noturno.

— Bom pessoal, para quem não me conhece eu sou Ciclope, estamos aqui para debater o futuro não só do X- (PNE) mas sobre tudo das Pessoas com Deficiência- PcD dentro da Universidade — falava Ciclope, quando chegou Vampira.

— Não deu a reunião vai ter que ser aqui mesmo no jardim do (P1 — anunciava Vampira a todos dos X- (PME).

— Como é que é — gritava Tempestade.

— Calma pessoal já arrumo umas cadeiras — falou Jean. — E assim foi, sem sala, mesmo com a promessa de um espaço físico para o grupo se reunir, essa proposta nunca passou de um lembrete em uma das salas de estudo do (ICHS) desde 2017 até os dias de hoje.

A reunião prosseguiu com toda alegria possível, levando em conta demandas, como: a higiene, acessibilidade atitudinal e bolsas para que todos pudessem ao menos amenizar suas barreiras. Duas pautas ficaram bem acordadas: 1. Que a pessoa do (PNE) não teria mais uma liderança, onde agora todos com suas diferenças podem fazer algo e que o nosso lema continuaria “Nada sobre Nós, sem nós”

5.6.3 O primeiro contato com (UPAB),

O setor de Educação já bem frequentado por Ciclope e Jean, contemplava muitos cursos. Em uma sala de aula, Ciclope com Diana ainda como sua tutora pelo (Nai) no quinto período sentavam-se em roda com uma série de alunos de grupos diversos. Quando vendo que um dos representantes do grupo de negros falava da indiferença da Universidade, Ciclope pediu licença e perguntou: — o que eu faço para entrar para o grupo? — você não é negro — respondeu uma das representantes. A meu ver passou de branco preto é, não será preconceito da sua parte? Confirmava em tom de pergunta Ciclope. — Nesse momento todos se entre olharam, até Diana que só vivia olhando para o celular. — Isso é verdade. — Disse o professor. Sou (PNE) e digo: não sabia que iria ficar cego, por isso todos que simpatizam com a causa podem ser uma Pessoa com Deficiência, pois como bem sabemos a Lei (LBI torna a condição ao ambiente, logo todos nós sofremos ou podemos vir a sofrer com a indiferença, quando da parte daqueles responsáveis por possibilitar uma equidade mínima. — Não tem nada a ver sou negra e sofro preconceito o tempo todo— fala a jovem em tom ofegante. — Não acho que haja preconceito racial — falava Ciclope — quando intervêm o professor: — como assim Ciclope? — perguntava o professor em um tom de discordância — uma vez que esse também era negro e sofria segundo ele com os mesmos preconceitos raciais. — Viajando esse cara — falava um dos jovens do grupo de negro. — Com tudo todos esperavam a resposta de Ciclope, que após o silêncio da classe começou a falar:

— Como eu disse, digamos que não houvesse preconceito, como você ou eu nos aproximaria uns dos outros. Confirmo que aquele que antecede o conceito, o preconceito pode e deve ser visto como uma forma de defesa perante o desconhecido, exemplifico melhor: imaginemos que entrasse por aquela porta um homem branco, negro, amarelo de qualquer cor, trajando jeans e uma camiseta com sua mochila, é claro que seria notado por poucos, como muitos, que já adentraram e se sentaram sem serem ao menos notados. Agora digamos que o mesmo entrasse com um olhar reto, com os cabelos meio despenteados, com a mochila abraçada contra o peito, fazendo um som incômodo com a boca, com os sapatos nas mãos ao invés de estarem nos pés. Certamente, como diria nosso amigo homem aranha: o sentido aranha de vocês ativariam ao mesmo tempo, com exceção do meu é claro — pera aí Ciclope entendi muito bem sua colocação, foi por sinal muito boa, inclusive depois quero saber a opinião dos outros alunos, com tudo como o seu sentido não ativaria? O professor elogia em seguida faz uma pergunta provocando Ciclope. — é claro, ele é cego — acrescenta um dos alunos rapidamente. — Pode ser, com tudo como você explicaria eu ter notado a entrada de vários alunos e principalmente homens? — Ciclope confirma, em seguida abre espaço para outro esclarecimento:

—Diferente de um vidente tenho meus outros sentidos mais aguçados. Como vocês podem sentir o vento sopra através da porta todo o tempo, se vocês notaram em nenhum momento o professor pediu para que alguém a escorasse, portanto todo aquele que se aproxima da porta seja para sair ou entrar eu sou um dos primeiros que nota, o cheiro seguido da mudança

de luminosidade me alertam, mas não ao ponto de despertar um preconceito, ainda que fosse o maior mau cheiro, perguntaria o que era aquilo, um sentido confirmado pelo outro ditaria meu conceito, mas é claro voltando a pergunta do professor, quanto ativar ou não meu sentido aranha:

Digamos que o personagem utilize de um sexto sentido, presentindo um perigo, faz uso dos outros sentidos, no caso dos videntes esse sentido aranha que mencionamos é ativado pelos olhos, o único sentido egoísta, que na maioria das vezes acaba por cegar os outros. Portanto não querendo me alongar termino: o que ocorre conosco que somos negros é uma total desumanização, isso é, uma discriminação racial anticonstitucional — terminava a sua conclusão, quando a mesma aluna que recusara sua entrada no grupo replicava: – pois eu acho que é preconceito sim – insistia ela com Ciclope. — Discriminação é o que ocorre — declarava um dos alunos concordando com Ciclope. — Muito boa galera, mas por hoje concordamos, que mais do que um simples preconceito, o que sofremos é sem dúvida total discriminação, fato lastimável — concluiu o professor, agradecendo aos alunos e encerrando a aula.

Era final de 2018, um movimento político ocorria, foi contra a PEC 241 e a Unidade Preta Alice Bruno também foi incorporada ao nome por conta do histórico desse coletivo dentro do campus, surgia daí à pessoa do (UPAB), pessoa a qual Ciclope só consegue fazer parte ao fim de 2019, depois do balde de água fria, Ciclope preferiu ficar na dele por um tempo, só buscando fazer parte depois dos incisivos ataques racistas por parte de alunos a um professor negro, também muito amigo de Ciclope.

Uma luta por parte do coletivo de negros começava, era preciso expor a discriminação racial, sofrida por aquele professor, não podiam passar impunes aqueles alunos sem escrúpulos. Após a entrada de Ciclope para o grupo definitivamente, agora já no Mestrado em 2020, relembavam por grupo de WhatsApp os fatos apontando algumas das consequências:

Foram 2 anos que passamos cobrando da instituição uma providencia— fala um dos amigos de Ciclope do (UPAB). — O que verdadeiramente ouve com esses alunos — perguntava Ciclope, tentando ficar a par do assunto. – Imagina você que agora vimos um deles defendendo sua qualificação de Mestrado —falava o jovem. É muita burocracia —acrescentava Ciclope. — Acho que o que ouve foi racismo institucional — declarava o colega. — Acho que não podemos generalizar — replica Ciclope. Como assim? – pergunta o colega. – Nesse momento Ciclope relembra os motivos de ter entrado para os grupos (PNE dando origem ao X-(PNE)) e agora para o (UPAB).

— Quando entrei para o (PME) tinha por interesse representar em mim a Pessoa com Deficiência, quando entrei para o (UPAB) tinha por interesse representar no (Upab) a minha pessoa — falava Ciclope. — Faz alguma diferença? — perguntava o colega.

Quando resolvemos formar a pessoa do (PNE) criamos um lema “Nada por nós sem nós” explicava Ciclope. Fora racismo é o nosso lema — acrescenta o colega.— Se você reparar como uma das lideranças do (UPAB) verá, que para o mesmo ser instituído necessitou ao menos de um conjunto de normas, que obedecessem um consenso ético e moral ou mesmo no caso do (PNE)tínhamos regras, lembro até de uma muito importante, que declarava: que seríamos à partidários, na verdade não sei até hoje como isso pode funcionar — falava Ciclope, tentando elucidar ao colega todos os códigos e normas, que permitem a instituição de um grupo. — Acho que começo a compreender o que você quer dizer, mas no que isso isenta a Universidade de racismo institucional — como disse uma pessoa institucional de tamanha proporção certamente constrói sua estrutura não só dentro de códigos e normais, mais do que isso sua constituição é instituída dentro de Leis — falava Ciclope. E daí — acrescentava o colega, meio sem saber onde Ciclope pretendia chegar.

— O que quero explicar é que se a Universidade como instituição comporta você e a mim como partes, logo a nossa fala em um consenso determina suas características — tentava explicar Ciclope.

— Não eu não compactuo com racismo — replicava o colega. — Exatamente o que eu quero dizer, a Universidade como um órgão Federal jamais teria em seu conjunto de normas e Leis, qualquer frase ou mesmo palavra que deixasse um crime como parte de seus estatutos.

— Dentro de minhas pesquisas aprendi que as nossas diferenças devem ser respeitadas e como tal, um equilíbrio entre as diferenças, determina uma equidade, onde essa como tal gera um produto, que podemos chamar de igualdade — dissertava naquele momento Ciclope.

— Não entendi — pontuava o colega.

— Quero dizer que qualquer órgão institucional tem suas bases nos Direitos Humanos de forma internacional, portanto seja cor, gênero, religião, etnias ou mesmo classe devem ter suas oportunidades, pois somente assim teremos alguma possibilidade de alcançarmos um equilíbrio — continuava o papo prolongado no Whatsapp, Ciclope e seu colega.

— Tudo muito belo, mas se não é racismo, diz você o que é? — provocava o colega de Ciclope.

— Como você começou falando A instituição foi racista, eu diria com certeza que ela foi indiferente. Assim como as instituições (PNE) e (UPAB) estão para a Universidade, essa mesma está para um governo maior. De forma que mesmo como pessoas institucionais não conseguimos voz suficiente perante a (Universidade), tendo que nos submeter a uma serie de burocracias, acontecendo semelhantemente com ela — recortava as bordas de sua conclusão Ciclope, quando seu colega acrescenta.

— Eu acho que não ficamos de braço cruzados antes corremos atrás, colocamos a boca no mundo — replica meio sem argumentos o colega.

— Exatamente. Nesse caso você a coloca como conivente, vamos ver se eu posso explicar melhor: diferente da instituição (PNE) que representa em cada parte seu todo, uma vez que só existe um cego ou mesmo um único cadeirante, diferentemente ocorre com (Ufrj) e (UPAB) elas representam suas partes no todo, logo tudo que a pessoa da (UPAB) ou mesmo a (Ufrj) falam só se consolida dentro de um consenso comum, concluo que se a Universidade foi racista, mais da metade dentro dela se condena na sua acusação — amarrava Ciclope em seu argumento .

— Porém isso não à absolve de um crime hediondo contido na indiferença — declara o colega.

— Verdadeiramente capaz de matar mais do que o racismo ou qualquer outro crime — acrescenta Ciclope retirando um crime, fixando a consequência de vários outros crimes. — Agora concordo, completa o colega satisfeito.

— Filho quer sair desse Whatsapp, ou a comida vai esfriar – falava Jean com o prato na mão.

— Valeu irmão, agente se fala — despedia-se Ciclope.

5.7 Capítulo IV — A Entrada no Mestrado

Aqui no momento da entrada por Ciclope no Mestrado que se deu em 2020, podemos retratar a indiferença.

Durante o processo que permitiria a entrada de Ciclope e Vampira, ele em História e ela na Educação, as lutas foram em vão ao que parecem, mas como bem sabemos a invisibilidade os deixaria em maiores dificuldades. Segundo período de 2019. Jean vai até o instituto do PPH, afim de solicitar alguma Cota para Ciclope.

— Boa tarde meu esposo Ciclope é cego, queria saber como faço para colocá-lo por Cotas — falava com o secretario enquanto se aproximou um dos antigos professores de Ciclope — como vai Ciclope? Perguntava o professor.

— Professor me responde não tem nenhuma Cota para Deficientes — perguntou Jean.

— Aqui é outro mundo, não temos cotas, por que ele não espera até 2021, até lá vamos ter Cotas — declarava o professor.

— Está de brincadeira, meu bebê vai entrar esse ano com ou sem cotas — declarava Jean muito entusiasmada.

— Com certeza já passei — confirmava Ciclope.

— Eu acredito — afirmava o professor.

A mesma indiferença caracterizada como crime hediondo por Ciclope e seu amigo do (UPAB) assombrava mais uma vez a Ciclope e sua amiga Vampira.

Todos os tramites para entrada de Ciclope foram prontamente organizados e preparado por Jean, diferentemente da Licenciatura, que teve toda uma ajuda das três meninas superpoderosas da PROGRAD (Karól, Liz e Jana) que os ajudaram em todo o processo. Como afirmou o professor: Um outro mundo. Nada que os X-(PNE) não conseguisse em algumas alianças resolver.

Durante o processo de provas que se seguiu no segundo período uniram-se a Ciclope, Jean e a Vampira sua amiga filha, que também estava concorrendo a uma vaga no Mestrado.

Um dia de visibilidade, foi o dia em que os X-(PNE) resolvem ir ao setor de Pós-graduação, em um andar estavam Ciclope e sua filha em reunião com o pró-reitor Fraco, enquanto no outro estavam Vampira e Tempestade em reunião sobre inclusão decisões que envolviam todos os setores.

— Pode entrar — disse o pró-reitor Fraco a Ciclope e sua filha amiga.

— Com licença disseram eles ao entrarem na sala do pró-reitor.

— Então a você eu já conheço Ciclope, mas quem é essa linda moça? — Pergunta Fraco, após declarar já conhecer Ciclope.

— Essa é minha tutora e quase filha que me acompanha desde a licenciatura e é sobre esse um dos pontos que queremos conversar. Expõe Ciclope, já adentrando o motivo de estarem ali. — Com um sorriso amarelo Fraco começa expondo que estava ciente, que teriam se inscrito no Mestrado um aluno com Deficiência

— Não só eu, mas uma outra, a Vampira entraria na Educação — acrescenta Ciclope.

— Mas em enfim no que podemos ajudar? — Perguntava Fraco.

— Como já bem sabem a maioria ou quase todos, principalmente os da História, preciso de leitor e escriba, não só durante as provas, mas sobre tudo durante as aulas, no auxílio leituras e exposição de vídeos — explicava Ciclope.

— Hoje mesmo teremos uma reunião que envolve essas pautas — acrescenta Fraco. —

— Então desde já posso acrescentar, que o resultado dessa reunião não é de relevância a um fato presente como o nosso — pontua Ciclope demonstrando, que não estava ali para uma vez mais ouvir historinhas, ou mesmo promessas sem fundamentos.

— Compreendo e serão debatidas medidas que possam ao menos dar possibilidades de receber com todas as condições para uma permanência de ambos no Mestrado — acrescenta Fraco.

— Exatamente por esse motivo, saber o que necessitamos é fácil, basta que perguntem a pessoa do (Nai), eles têm todo nosso histórico, com tudo é como eu disse de providencias para ontem é o que falamos aqui — exemplifica Ciclope.

— Sim estou ciente, com tudo existe toda uma burocracia — acrescenta Fraco. — Verdadeiramente, que pode ser facilmente vencida quando deixamos de lado a indiferença, isso

é como relevantes situações expostas com exemplo – pontuava Ciclope. Nem bolsa para o Mestrado ele tem — acrescenta a tutora. — A minha proposta é simples:

— Sabemos que vocês têm bolsas, a Lei (LBI) assegura a Pessoa com Deficiência o direito a permanência e total acesso a uma Educação igualitária, o que quero dizer é que no mínimo uma bolsa de auxílio deveria ser dado aos alunos ingressantes com alguma deficiência, além é claro de uma bolsa tutoria a um aluno com experiência na área. Vamos acrescentar isso, mas e você menina — terminava Fraco desconversando. — Acho que ele necessita ao mínimo de uma bolsa e eu vou ser tutora mesmo sem bolsa, já fiz isso antes e sei o quanto é gratificante — finalizava a amiga de Ciclope desacreditada das palavras de Fraco, que para ela suaram em tom de indiferença.

Depois de se despedirem de Fraco, Ciclope, sua amiga se encontraram com vampira que acabará de sair da outra reunião. E aí amiga, como foi — perguntava a amiga que via com Ciclope. — Palhaçada! Nem me deram oportunidade para falar – declarava vampira. — Como a gente ouviu situação parecida, o cara de chiclete, só ficou babando nossa colega — desabafava Ciclope.

No dia da prova inscrita com todos os requisitos previamente requisitados fora para prova Ciclope e sua filha amiga que houvera se inscrito juntamente NO Mestrado. Jean que levou os dois até o local da prova desejou boa sorte e ficou esperando do lado de fora. — Pode entrar Ciclope — falou o secretário a Ciclope. Posso leva-lo até lá dentro — indagava Jean para saber o local exato de sua prova. Boa sorte! — declarou Jean a Ciclope. Obrigado! — exclamou Ciclope.

Os requisitos para a prova eram os seguintes: tempo de duração previamente determinado, oquei; um escriba e leitor, em uma única pessoa, quando sabemos que são um para leitura e outro para escrita; a prova seria com consulta para todos, sem assinatura, ponto que colocava Ciclope em desvantagem, uma vez que para se consultar as fontes seria necessário que a escriba e leitora fosse tão conhecedora das fontes como Ciclope, confirmando com a ausência de assinaturas, que a prova de Ciclope foi submetida as mesmas formas de correção, isso é, com o mesmo peso de uma prova com consulta.

— Estamos gravando — disse a escriba antes de começarem. — Então eu vou gravar uma coisa: Vocês estão cientes desde o início que eu não poderia fazer uma prova com consulta — esclarece Ciclope.

Uma prova que segundo ele foi a mais fácil, que ele já houvera realizado, sendo bem mais fácil do que as da licenciatura.

Ao fim da prova Ciclope chega a perguntar: — vocês vão considerar minha prova como sendo sem consulta — perguntou Ciclope ao fiscal. Após sair, expõe o fato a Jean, que pergunta — e qual foi a resposta dele? — pergunta Jean.

— Sei lá, segundo minha escriba só ficou com cara de palerma — explicava Ciclope.

— Vamos ver no que vai dar — conclui Jean.

No dia da prova de Espanhol a escriba declarou não saber bem espanhol — que beleza! — declarou Ciclope. — Vejamos eu trouxe um dicionário maravilhoso basta que você revise poucas palavras, a essa prova o que vale segundo o edital é não zera – explicou Ciclope.

Do lado de fora depois da prova

— Foi bem? — perguntou Jean.

— Sim estava bem fácil só utilizamos o dicionário para 3 palavras — conclui Ciclope.

Depois de muita humilhação durante o processo de qualificação, Ciclope entra o ano de 2020 com uma aprovação na prova afinidade das Belas Artes, seria um chute no Mestrado, se não fosse pelo motivo do seu Enem ser de 2014 e não valia para seu ingresso naquele ano.

Jean e seu filho de 8 anos decidem em janeiro reclamar a entrada de seu pai no Mestrado.

– Eu queria saber quando meu esposo vai ser chamado — perguntava Jean, já muito chateada.

— Senhora é só esperar falava o secretário, quando foi interrompido pelo filho de Cíclope de 8 anos de idade:

— Esperar nada, a onde fica a assistência social, vamos lá agora mãe – falava o menino sem paciência com a indiferença de todos ali.

— Não vai adiantar — declarava o secretário.

— Vai sim — replicou o menino com o maior bicão. sabiam bem os dois que Cíclope já estava classificado e como tal não poderia ser deixado de fora mesmo que esse fosse o último da lista, o que não era o caso.

5.8 Processo de limpeza do estigma

Apesar de algumas marcas estarem em Cíclope ainda hoje. A forma de para como vencê-las nos foi revelada dentro de um processo gradativo de uma aproximação, revelando nos vínculos de interdependência uma afinidade, que remove a marca, mesmo já estando essa internalizada.

— A Aproximação em caráter de afinidade — move e remove com todas as barreiras atitudinais e para que isso deixe de ser uma utopia, basta que a indiferença seja considerada um crime.

— A indiferença, falava Cíclope — nos faz refém da miséria e como tal mendigamos aquilo que nos é por direito. Sabedores dos nossos direitos, joguemos sempre com uma carta na manga. De um lado cega, a indiferença, do outro a motivação e dedicação com afincos esclarecem o que estava oculto na indiferença.

— Em dezembro de 2022 finalmente defendi minha banca de Mestrado com aprovação e elogios, ainda que sem orientador apesar de estar com todo o material já pronto desde agosto de 2021, mais uma vez esbarrei na burocracia, há quem diga: eu também passei por isso. – Se tantos passaram por isso, o que hoje ocorre é única e exclusivamente indiferença.

Encerra Cíclope ciente de que, nem de todos conseguimos nos aproximar.

6. Considerações finais

Como bem pudemos observar o estigma está sempre internalizado, o consenso comum firmado nos estereótipos acaba por fixar uma identidade virtual, que acaba por falar mais. Motivo que pudemos constatar na análise as respostas aos questionários e materialização na trajetória romântica de NeBreD, que pode expõe denúncias.

Mesmo todo estigma que transcende vários processos de mudanças se mante na contramão de uma aproximação em um sentido de afinidade. Tanto classe perigosas, como doentes foram as marcas colocadas sobre negros e Pessoas com Deficiência a partir do início do século XX

Nessa feita as Leis acabam por corroborar para criminalizar uma ação que muitas das vezes por alguns se torna involuntária. Nesse ponto me atrevo com uma fala imparcial de quem tem alteridade e autoridade para falar: sou negro, pobre e deficiente e como tal sei bem quando a ação é contra a minha cor, classe ou mesmo minha Deficiência.

As diferenças estão em todos, uns menos outros mais. Ainda que seja consenso de muitos, que quanto maior a diferença, menores as possibilidades de uma igualdade. O que devemos lembrar é que a diferença está para o meio, assim como o meio está para a diferença, logo quando lembramos que as diferentes pessoas podem e devem ocupar diferentes posições percebemos sua importância na construção de uma estrutura social perfeita, seja qual for o ambiente, seja ele acadêmico ou não.

Pudemos dentro dessa relevância, principalmente fortalecidos pela Lei Brasileira de Inclusão migrar da pessoa como única responsável pela fixação da marca para um conceito estruturante, contido na burocracia, que faz com sua inércia gerar a indiferença.

Como maior agravante desse estigma, essa parte como bem vimos daqueles que são as bases dessa organização. A estrutura social tem seu estigma internalizado,

Mesmo as pessoas do (UPAB) e (PNE) podem mover com essa situação, ao invés de esperarem por demandas para reclamar, poderiam junta as outras pessoas institucionais, gerar mecanismo que acelerem o processo burocrático.

Com relação a acelerar esse processo, as possibilidades foram apresentadas em vários momentos, separando aqui atenção a criação das tutorias voluntária, que sem uma ação que viesse de cima, partindo de alunos do coletivo, essa criação ganhou proporções reconhecidas pelo próprio (NAI) onde esse não só contou com essa, como também utilizou os títulos de experiência obtidos para qualificar os novos tutores que entraram após uma baixa no efetivo em 2017.

Os vínculos de interdependência, que regem a tessitura humana, trabalham em vários níveis, permitir essa aproximação gera vínculos, os quais levam a um reconhecimento, isso é, a um conceito, que como a tal quebra com o preconceito.

No todo, as políticas por parte das pessoas institucionais são as únicas capazes de mover com a marca, que até então estava internalizada. O comprometimento atitudinal, gera comportamentos atitudinais, que quebram com as barreiras imaginárias, semelhantes às que haviam entre Ciclope e seus amigos, se a aproximação não é prática dos alunos, flexionar essa condição seria o primeiro passo.

Enquanto agrupamos, separamos, todos somos afrodescendentes, todos somos deficientes em um ambiente sem as menores condições de acessibilidade. Uma pesquisa foi feita, envolvendo vidas essa se fez, uma marca, um estigma, por muitos considerada o causador da segregação.

Ainda que as diferenças contidas nas marcas sejam visualizadas, não é a aparência que define quem somos, todavia pelo contato proveniente de uma aproximação com afinidade.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula Decano de. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. In: Revista psicopedagogia, vol.28 n.86. São Paulo, 2011.

Araújo, Regina Célia Lopes. A universidade no contexto urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica / Regina Célia Lopes Araújo. – 2011. 318 f.: il. color.; 30 cm.

BARROS, José. D'Assunção Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades, 2018.

BEZERRA, G. F.; ARAUJO, D. A. C. Inclusão escolar e educação especial: interfaces necessárias para a formação docente. Revista brasileira de educação especial, Marília, v. 17, n. 3, p. 535-536, Dec. 2011.

BORGES, ANDRADE; Jairo Eduardo; PILATI, Ronaldo. Comprometimento atitudinal e comportamental: relações com suporte e imagem nas organizações. Revista de administração contemporânea, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 85-106, Dec. 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CURY, Augusto. Armadilhas da mente. 1ª Ed. São Paulo: Editora Arqueiro.

CARDOSO, CLAUDETE BATISTA EFEITOS DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE DO RENDIMENTO E DA EVASÃO BRASÍLIA - DF MARÇO DE 2008.

CARVALHO, A.M.A.; POLITANO, I.; FRANCO, A. L. S. Vínculo interpessoal: uma reflexão sobre diversidade e universalidade do conceito na teorização da psicologia. Estudos de Psicologia. Campinas, 25(2), p. 233-240, abril - junho 2008.

COSTA, E. P.; TORREGO, J. C.; MARTINS, A; O. Mediação escolar: a análise qualitativa da dimensão interpessoal/ social de um projeto de intervenção numa escola TEIP. Revista Lusófona de Educação, 40, p. 111-126. 2018.

CSHALHOUB, Sidney Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial, de Sidney Chalhoub. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 206–219, 2012.

FERREIRA, M. Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação. Revista Nova Escola. 01 out 2008.

Flaviane Bevilaqua Felicissimo; Gabriela Correia Lubambo Ferreira; Rhaisa Gontijo Soares; Pollyanna Santos da Silveira; Telmo Mota Ronzani, Estigma internalizado e autoestima: uma

revisão sistemática da literatura¹, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG – Brasil, abril de 2013.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 [1968].

GLAT, R. Educação Inclusiva Para Alunos Com Necessidades Especiais: Processos Educacionais E Diversidade. In LONGHINI, M. D. (Org.). O uno e o diverso na Educação. Uberlândia/MG: EDUFU, p. 75- 92, 2011.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Acesso em janeiro de 2022.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (1975).

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Vozes da História: Contribuições da História Oral à Pesquisa Organizacional. Anais. ENANPAD. Encontro Nacional da Associação nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2003

KOYAMA, Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro. Monografia. Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do Título de Bacharel em Direito. Orient. Prof.^a. Dra. Ana Cláudia Scalquette. São Paulo, 2021.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em janeiro de 2022.

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

LEI Nº 12.711, DE janeiro DE 2022. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em janeiro de 2022.

Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em janeiro de 2022.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, promulgada em 06/07/2015. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em janeiro de 2022.

LIMA, C. M. G.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. Rev. latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 2130, janeiro 1996.

Luiz Fernandes, De Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa. Sociologia para jovens do século XXI: manual do professor, ed. - Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

MARQUES, V. Ruptura epistemológica e Psicologia: importância do olhar fluido. Tese de Doutorado em Psicologia. Oriet. Profa Maria Luiza Seminário. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P.A. (orgs.). Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MENDES, A. R.; DOHMS, K. P.; LETTNIN, C.; ZACHARIAS, J.; MOSQUERA, J. J. M.; STOBAÜS, C. D. Autoimagem, autoestima e autoconceito: contribuições pessoais e profissionais na docência. Anais. IX ANPED SUL, 2012, p1-13.

Minuta-da-proposta-de-diretrizes-de-acessibilidade-e-inclusão-da-UFRRJ-paraaudiência DELIBERAÇÃO N°. _____/2020/CEPE, de _____ 2020. Disponível em < <https://institucional.ufrj.br/soc/deliberacoes-cepe-2020/>> Acesso em janeiro de 2022.

Narrativa Autobiográfica do Próprio Pesquisador Como Fonte e Ferramenta de Pesquisa. Linhas Críticas. v.23, n.51, p. 369-386, jun. 2017 a set. 2017. (2017): Dossiê: Educação, desenvolvimento humano e narrativas de formação. Brasília, 2022.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

OTRANTO, Célia Regina. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a constituição da sua autonomia. 2003. 193 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2003.

Peter, A. HALL e Rosemary C. R. TAYLOR, AS TRÊS VERSÕES DO NEOINSTITUCIONALISMO, trad. Gabriel COHN, LUA NOVA nº 58- 2003 p. 32.

Pierre Bourdieu, O PODER SIMBÓLICO, Tradução de Fernando Tomaz, TOMBO; 116069 1989. Disponível em <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/988/o/BOURDIEU_Pierre._O_Poder_Simb%3%B3lico\(2\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/988/o/BOURDIEU_Pierre._O_Poder_Simb%3%B3lico(2).pdf)> disponível em 09 de janeiro de 2022.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. Estrutura E Funcionamento Dos Núcleos De Acessibilidade Nas Universidades Federais Da Região Sudeste. RIAEE – Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, v.12, n.3, p. 1610-1627, jul. /set. 2017 Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354/6733>>. Acesso em janeiro de 2022.

Programa Incluir. Documento Orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior SECADI/Seu. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=127_37-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013pdf&Itemid=30192>. Acesso em: janeiro de 2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão - Revista da Educação

Especial. Brasília, p; 19-23. Out/2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em janeiro de 2022.

SATRIANO, C. R. Narrativa, subjetivação e enunciação: reflexões teóricometodológicas emancipatórias. Linhas Críticas. v. 20 n. 42. 2014. Narrativas de Formação. Dossiê 2014. Brasília. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4275>>. Acesso em janeiro de 2022.

Secretaria de Educação Superior. Edital nº 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008, Seção 3, 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: janeiro de 2022.

SILVEIRA, ANA LÚCIA DA COSTA A UFRRJ DO TEMPO RECENTE: RELAÇÕES ENTRE A OFERTA DEGRADUAÇÕES E A SUA VOCAÇÃO RURAL 2011. Disponível em <<https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2729?mode=full>> Acesso em: janeiro de 2022

SISS, Otair Fernandes de Oliveira Ahyas OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA DO SUDESTE (OPAAS) Cadernos do GEA, n.8, jul. Dez. 2015.

UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994. Documento divulgado por Brasília. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em janeiro de 2022.

VENANCIO, A. T. A. A Construção Social da Pessoa e a Psiquiatria: Do Alienismo à "Nova Psiquiatria". PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva Vol. 3, Número 2, 1993.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1987]. Acesso em janeiro de 2022.

Wallace Lucas Magalhães, POLÍTICAS PÚBLICAS DE “INCLUSÃO”: A “LEI DO BOI” E O ACESSO AO CURSO DE AGRONOMIA DA UFRRJ (1968-1985)(UFRRJ-2018.